



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Denise Salim Santos

**Tradição e transgressão:
um estudo do vocabulário em *O feitiço da ilha do Pavão***

Rio de Janeiro
2008

Denise Salim Santos

**Tradição e transgressão:
um estudo do vocabulário em *O feitiço da ilha do Pavão***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/B

R484 Santos, Denise Salim.
Tradição e transgressão: um estudo do vocabulário em *O feitiço da ilha do Pavão* / Denise Salim Santos. – 2008.
180 f.

Orientador: André Crim Valente.

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Ribeiro, João Ubaldo, 1940- . O feitiço da ilha do Pavão – Teses. 2. Linguagem e línguas – Estilo – Teses. 3. Língua portuguesa – Lexicologia – Teses. 4. Análise do discurso literário – Teses I. Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Denise Salim Santos

**Tradição e transgressão:
um estudo do vocabulário em *O feitiço da ilha do Pavão***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 28 de março de 2008
Banca Examinadora

Prof. Dr. André Crim Valente (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto
Faculdade de Letras da UFRJ

Prof. Dr. Irineu Eduardo Jones Correa
Fundação Biblioteca Nacional

Prof^a Dr^a Maria Teresa Gonçalves Pereira
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo
Instituto de Letras da UERJ

Rio de Janeiro
2008

À Flávia,

*filha querida e companheira sabiamente silenciosa pelos
meandros labirínticos da vida.*

Hora de agradecer...

A Deus, por me fortalecer nos momentos em que o desânimo me aconselhava a desistir.

À minha família, pelo respeito ao meu esforço.

Ao professor André Crim Valente, meu orientador, por acreditar em minhas idéias e ajudar-me a vencer os desafios desta tese.

Aos professores Maria Teresa Gonçalves Pereira e José Carlos de Azeredo, por acolherem minhas lágrimas em momentos de fragilidade e pelas sugestões sempre pertinentes.

À Banca Examinadora, por aceitar o convite para participar desta defesa

A João Ubaldo Ribeiro, por me reensinar a ler as palavras, os livros, o mundo, a vida.

À Marília Clara, pela leitura atenta e cuidadosa desta tese.

Ao Paulo César e Oliveira, pelo abstract.

À Maria Inês Storino Nunes, pelo resúmen.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação, pelo valor dos ensinamentos recebidos.

A todos os amigos que me emprestaram seus afeto, suas experiências, suas palavras de estímulo para que eu chegasse até aqui.

A Ramon Quintela (In Memoriam) cuja ausência se fez presença todo tempo pela saudade

E, por fim, um agradecimento especial

À amiga, Maria Lília, por ter estado a meu lado sempre, sofrendo comigo o medo das caribdes antropófagas, vencendo os precipícios abissais, mergulhando no tempo querendo que o mundo parasse, enfrentando as escarpas da ilha para que eu, finalmente, fundeasse as águas plácidas da calheta e chegasse tranqüila ao porto final desta tese.

*Busca palavras límpidas e novas,
Resplandecentes como sóis radiosos
E sentirás como te surgem trovas
Belas de madrigais deliciosos.*

*Busca também palavras velhas, busca,
Limpa-as, dá-lhes o brilho necessário
E então verás que cada qual corusca,
Com dobrado fulgor extraordinário*

Cruz e Sousa

*Que seria de mim fora da minha terra? Que sabe alguém mais do
que eu? A minha língua, minhas palavras, estas coisas todas
posso esquecer? Não posso.*

João Ubaldo Ribeiro

RESUMO

SANTOS, Denise Salim. *Tradição e transgressão: um estudo do vocabulário em O feitiço da ilha do Pavão*. Rio de Janeiro, Março, 2008. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta tese estuda o vocabulário do romance *O feitiço da ilha do Pavão*, de João Ubaldo Ribeiro, privilegiando substantivos, adjetivos e verbos, em seu emprego estilístico na construção dos discursos das diferentes vozes presentes na narrativa. A seleção lexical é vista como recurso identificador da variação lingüística na fala do narrador e de algumas personagens do romance. Faz parte desse estudo o levantamento de palavras do uso culto da língua, enfocadas nessa tese como representantes da tradição vocabular ao lado de neologismos, formas arcaizantes, palavras obscenas e chulas que materializam a transgressão vocabular. Tradição e transgressão combinam-se na elaboração de um texto em que circulam diferentes usos lingüísticos demonstrando a variedade dentro da unidade da língua portuguesa.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Léxico. Seleção vocabular. Estilo. Língua literária

RESUMEN

Esta tesis estudia el vocabulario del romance *O feitiço da ilha do Pavão (El hechizo de la isla del Pavo Real)* de João Ubaldo Ribeiro, privilegiando sustantivos, adjetivos y verbos, en su empleo estilístico en la construcción de los discursos de las diferentes voces presentes a la narrativa. La selección del léxico es vista como un recurso identificador de la variante lingüística en el habla del narrador y de algunos personajes más del romance. Forma parte de este estudio el inventario de las palabras de uso culto de la lengua, planteadas en esa tesis como representantes de la tradición al lado de neologismos, formas arcaizantes, palabras obscenas e groseras que materializan la transgresión del vocabulario. Tradición y transgresión se combinan en la elaboración de un texto en el cual circulan diferentes usos lingüísticos enseñándonos la variedad dentro de la unidad de la lengua portuguesa.

Palabras clave: Lengua Portuguesa. Léxico. Selección de vocablos. Estilo. Lengua Literaria.

ABSTRACT

This thesis studies the vocabulary of *O feitiço da ilha do Pavão*, João Ubaldo Ribeiro's and, in order to carry out this task, will focus its attention on nouns, adjectives and adverbs, mainly on their stylistic use on the speech construction of different voices acting in the narrative. The lexical choice is understood as a means of identification of the linguistic variation in the narrator's speech as well as in some character's speech. This study has also the objective of surveying words used in formal language usage; these words are viewed in this thesis as representatives of the popular tradition side by side with the neologisms, the archaic forms, and the obscene and coarse words that materialize vocabulary transgression. Tradition and transgression are combined in the construction of a text in which different linguistic uses can be found, demonstrating the variety inside the unity of the Portuguese language.

Key words: Portuguese Language. Lexicon. Vocabulary selection. Style. Literary language

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	20
1.UM CADINHO DE MISCIGENAÇÃO:O FETICHE DA ILHA	26
2.PERCEBENDO DIFERENÇAS: A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA	34
3.FUNDEANDO AS ÁGUAS PLÁCIDAS DA CALHETA: A LÍNGUA LITERÁRIA....	43
3.1 Do popular ao culto. Ou vice-versa	52
4.PARA TUDO HÁ UMA HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS ..	58
4.1 Novas terras, novas gentes, novas palavras	59
4.2 Uma ancoragem mais antes da chegada ao porto: léxico à vista	64
5.TRADIÇÃO VOCABULAR E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	75
5.1 Em trevas abissais com caribes antropófagas: as palavras eruditas	79
5.2 Os meandros vocabulares do escritor	85
5.3 Os meandros vocabulares das eminências da ilha	92
5.4 Entre a majestade e o bufão: o vocabulário de mani banto	111
6. A TRANSGRESSÃO VOCABULAR E O JOGO DE SENTIDOS	123
6.1 De <i>txutxurianas</i> e <i>solta-baixios</i> : as formações neológicas	123
6.2 Empalar ou ...\$%!#*+ %: as palavras obscenas	135
6.3 Nem chus nem bus: os arcaísmos se apresentam	147
6.4 O <i>discurusso</i> de Tantanhengá. Ou Balduíno da Anunciação. Ou Galo Mau. Como se queira.	152
7. CONCLUSÃO	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
ANEXO	178

APRESENTAÇÃO

A busca incessante da palavra certa, da palavra justa em seus textos, aproximou-nos da produção literária de João Ubaldo Ribeiro. Em seus livros há sempre referência direta ou indireta a essa unidade de significado como elemento fundamental da existência humana. É por ela que o homem expressa sentimentos, angústias, vontades, desejos, idéias, a maneira de ver o mundo. No romance *O feitiço da ilha do Pavão* (1997), esse apuro não é menor. Pela seleção vocabular ora representante da tradição da língua ora transgressivamente elaborada, Ubaldo vai construindo um texto onde a história do povo brasileiro é apresentada de forma carnavalizada. Nesse mundo de ficção nada é ou não é sempre. Nem tudo é bom ou mau, exclusivamente. E as palavras, sempre inquietas sob a pena do escritor, ajustam-se ao seu dizer. Conheçamos um pouco mais desse trabalho com as palavras.

Tantanhengá ou Tontanhengá no parecer de alguns (FIP:1997, p.59), cujo nome de batismo cristão é Balduíno da Anunciação, tem a alcunha popular Galo Mau. Muitas denominações para um ser somente. Tais referências surgem como resultado de um intenso processo de interação voluntária ou involuntária do homem com os grupos sociais que o rodeiam e mostram como esse ser é percebido pelo outro.

“[...]Índio tupinambá muito do péssimo no ver da maioria, homem de alto valor no ver de lô Pepeu, rastejador mestre, doutor dos matos, amigo de todas as ervas, conhecedor de todos os bichos, íntimo de todas as árvores, velhaco como toda mascataria levantina, matreiro como oitocentos curupiras, mentiroso como um frade viajante, o mais entendido em aguardente de cana de que se tem notícia, do fabrico ao desfrute_ e a única coisa que lhe falta saber é falar direito língua batizada, mas há quem afirme que é fingimento”.(FIP, p.31)¹

¹ Usaremos, a partir de agora, a sigla FIP para nos referirmos ao título do romance em estudo *O feitiço da ilha do Pavão*, de João Ubaldo Ribeiro, publicado pela Editora Nova Fronteira, em 1997 .

Para o amigo Iô Pepeu, ele é um “índio tupinambá”, “homem de alto valor”, “rastejador mestre”, “doutor”, “amigo e conhecedor das plantas e dos bichos”. Para alguns outros, um beberrão, que vive a desfrutar da aguardente de cana que fabrica, e talvez por isso Tontonhengá. Já a sociedade civilizada da época vê nele características menos honoráveis: “velhaco”, “matreiro”, “mentiroso”.

Quem nos passa tais informações é um narrador que, cumprindo seu papel de intermediador entre narrativa e leitores, vai buscando palavras e expressões que construam o universo ficcional do romance. Cada palavra tem seu peso, sua função discursiva, sua força ideológica assim como é ela, a palavra, que marca a sua importância no desempenho das relações do homem consigo mesmo e com o mundo.

A ilha do Pavão é uma ilha-país onde não deveria haver mais lugar para desigualdades ou preconceitos de quaisquer espécies. A justiça social desempenharia a função de sustentáculo da liberdade de cada habitante da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão e de outras tantas vilas que compõem esse mundo imaginário, espaço no qual a ação narrativa acontece. Olivieri-Godet (2005) comenta a incorporação do gênero utópico no romance ubaldiano, baseando-se na obra de Thomas More, que inaugura a utopia literária moderna:

L'inscription de l'utopie dans le roman "O feitiço da ilha do Pavão" produit des représentations du territoire brésilien qui vont du mythe fondateur de < l'île fortunée > aux spéculations prophétiques d'un Brésil < terre d'avenir >. Au mythe des terres fortunées, " o feitiço da ilha do Pavão" ajoute les utopies des cités parfaites pour mieux exposer les tensions entre les images réelles et les projections mythiques e utopiques du Brésil.
(2005,119)²

O conceito de utopia neste romance não é mais visto como algo que viveria apenas no plano do inatingível, irrealizável. Pelo contrário, segundo cita a pesquisadora, a utopia literária se aplica perfeitamente, pois projeta um ideal construtivo da vida em sociedade.

² O texto correspondente na tradução é “A inscrição da utopia no romance *O feitiço da ilha do Pavão* produz as representações do território brasileiro que vão do mito fundador da “ilha da Fortuna” às especulações proféticas de um Brasil < terra do amanhã > . Ao mito dessas terras afortunadas “o feitiço da ilha do Pavão” reúne as utopias das cidades perfeitas por melhor expor as tensões entre as imagens reais as projeções míticas e utópicas do Brasil”

Logo no primeiro capítulo, o narrador dá a conhecer a ilha nas suas características físicas e geográficas e, principalmente, a constituição das gentes que a habitam:

“A Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão não parece evidenciar qualquer singularidade de monta. Observaria o visitante apressado que os joaninos são iguais a toda gente, ocupados em afazeres dos quais toda gente se ocupa. Talvez lhe cause um pequeno espanto ver como homens, mulheres e crianças, brancos e negros, bem-postos e pobres, diferentemente de outras terras, abraçam o uso de tomar banhos de mar, às vezes durante toda manhã ou mesmo todo dia, entre grandes folguedos e algazarras sem que constipem ou lhes advenha algum mal da excessiva infusão em humores salsos. Possivelmente estranhará ver negros calçando botas, sentando-se à mesa com brancos, tuteando-os com naturalidade e agindo em muitos casos como homens do melhor estofo e posição financeira, além de negras trajadas como damas e de braços dados com moços alvos como príncipes do norte.” (FIP, p.17)

De fato, o texto deixa transparecer a tentativa do escritor em criar dois mundos paralelos, baseando-se no contexto sócio-histórico de um Brasil colonial e no mito da ilha da Fortuna, que se confunde com as imagens de paraíso terrestre, presente no mito fundador do Brasil, haja vista a primeira carta de Pero Vaz de Caminha e as crônicas enviadas a El-Rei de Portugal à época do descobrimento.

Tal estratégia de organização discursiva ora está claramente exposta, ora se apresenta nas entrelinhas, embora o escritor costume afirmar em suas crônicas que ele “não entrelinha”, “não sabe entrelinhar nada”. É uma ironia do escritor de crônicas humoradas que divertem seus leitores assíduos e pouco convencidos dessa incompetência “entrelinha”, ao mesmo tempo que os instiga a repensar algum fato sério maquiado pelo humor do texto.

A excelência do vocabulário empregado por João Ubaldo é reconhecida entre seus pares. O poeta Haroldo de Campos, em depoimento cedido à revista *Cadernos de Literatura* (1999:37), ressalta que o escritor surpreende *por seus temas inusitados*,

por suas faixas vocabulares, por um tesouro vocabular que exhibe em sua obra. Tal repertório elogiado por Campos foi sendo cultivado, certamente, pelo íntimo contato com os clássicos nacionais e universais. Ainda na crônica *Memória de livros* (1987), João Ubaldo nos relata como foi a construção do seu universo leitor. A avó, durante as férias escolares, lhe fornecia as leituras “proibidas”. Quando retornava à casa paterna, já o esperavam as leituras compulsórias determinadas pelo pai, destinadas a *limpar os efeitos deletérios das revistas policiais.* (1987, p.151). Sobre seu convívio com a leitura, diz ainda Ubaldo:

Sei que parece mentira e não me aborreço com quem não acreditar (quem conheceu meu pai acredita), mas a verdade é que, aos doze anos, eu já tinha lido, com efeitos às vezes surpreendentes, a maior parte da obra traduzida de Shakespeare, O elogio da loucura, As décadas de Tito Lívio. D. Quixote [...] adaptações da Divina Comédia, a Ilíada, a Odisséia, vários ensaios de Montaigne, Poe, Alexandre Herculano, José de Alencar, Machado de Assis, Monteiro Lobato, Dickens, Dostoiévski, Suetônio, os Exercícios espirituais de santo Inácio de Loyola e mais não sei quantos clássicos, muitos deles resumidos, discutidos ou simplesmente lembrados em conversas inflamadas, dos quais não me esqueço e a maior parte dos quais faz parte íntima de minha vida.
(1987, p 151-2)

O poder plástico da palavra é apresentado por Ionne Bordelois, ao tratar do emprego das palavras no universo da função poética da linguagem:

A palavra poética é violenta contra a palavra estabelecida - mas se trata daquela violência que aponta o Evangelho quando diz que só os violentos arrebatarão o reino. Walter Benjamin fala das marteladas necessárias ao escritor que deve forjar uma nova linguagem golpeando a contrapelo a crosta que cega a palavra desgastada pelo uso, a máscara que afoga a palavra convencional, a rigidez que asfixia a palavra burocrática. Todas essas travas são arrancadas por esse golpe de luz que, como o vento que abre a anêmona, a poesia inflige aos sepulcros branqueados das linguagens oficiais. E a palavra ressuscita chamando e chamejando novamente, recordando sua e nossa origem.
(2005, p.31)

A importância do domínio da palavra na construção da liberdade do homem é um tema recorrente na obra ubaldiana. No romance sob nossa análise, encontramos várias passagens que comprovam a presença da ideologia de que o homem só se liberta, só se sente dono de seu destino quando se apropria da palavra e dela pode dispor como valiosa arma no confronto com o poder opressor. Em outro romance do

escritor, *Vila Real*,³ publicado em 1979, o povo brasileiro se faz representar pelo nordestino, “o povo de Argemiro”. A opressão se apresenta com a chegada da companhia de mineração estrangeira - a “Caravana Misteriosa” -, que expulsa o povo de Argemiro das terras por ele cultivadas em Vila Real, identificando-se a temática do romance com movimentos de fixação do homem à terra, numa alusão à passagem bíblica de busca da terra prometida. Argemiro é o líder dos sem-terra de Vila Real na luta desigual denunciada de imediato no excerto, pela palavra pouca:

“Argemiro achou-se tonto mais uma vez e de novo teve vergonha de si mesmo, por que não sabia como chamar o homem de mentiroso e se via na falta de palavras. Olhando para cima e respirando fundo, no entanto, pôde falar como se tivesse decorado alguma coisa remota ensinada, uma voz de flauta lhe assoprando nos ouvidos, faces de amigos e parentes, sorrisos do passado e, à medida que falava, sentia o peito mais leve e o ar mais fácil de inspirar”. (VR, p.34)

Em outras passagens da narrativa, depreende-se a angústia vivida pela falta da palavra para externar os pensamentos que movem o líder daquela comunidade:

“E(Argemiro) sentiu acanhamento em procurar falar mais, pois se bem que o homem fosse estrangeiro e sua língua diversa, tinha vergonha de não saber a língua dele e achava que ele podia corrigi-lo de qualquer forma, sempre havia de ter mais conhecimento”. (VR, p. 36)

“Argemiro logo chegou a imaginar que poderia também conversar com os homens da caravana Misteriosa, mas achou que, se o padre, cujo conhecimento ia além do de todos os homens, não pudera convencê-los, muito menos faria ele, que não sabia muitas das palavras de que iria necessitar, palavras que eram névoas e caroços por dentro do que via.” (VR, p. 29)

“Que não se entregariam à escravidão, a qual já parecera a alguns um caminho em outros tempos, pois que esta nem ao menos a comida garantia e a promessa que fazia era de ainda mais desespero e agonia, sem direito nem mesmo à palavra”. (VR, p. 31)

³ A partir de agora usaremos a sigla VR para nos referirmos ao romance *Vila Real*, de João Ubaldo Ribeiro, publicado pela Editora Nova Fronteira, em 1979.

“As palavras eram mais que os trabalhos, ao mesmo tempo menos. O trabalho vai com os cavalos e as ondas de vento agoueiradas e as gavinhas dos chuchus[...]. As pregações, no entanto chamam recordações. Estas pelo poder de cada palavra que se diz, levantam vôo na consciência.” (VR, p. 127)

“De lá vieram os que mataram Canudos e conhecem o que é melhor para nós. Pois trazem as palavras que fazem com que matem sem remorsos, bastando que se lembrem delas, de como elas lhes foram ditas, as palavras valendo tanto pelo que são como pela boca de quem saem”.
(VR, p.150)

“_ Pela palavra _ soprava a voz da velha _ você negará a palavra. Pela palavra, provará a palavra.” (VR, p.145)

Além de fortemente ideológica, é de beleza ímpar a narração do momento em que Argemiro toma consciência do seu domínio sobre a palavra, remetendo ao que disse Ionne Bordelois, já citada nesta parte do trabalho:

“Argemiro então observou que o chão embaixo das botas não eram mais um lamaçal, era um apicum. De descoberta, esse apicum. E amarelo inteiramente, esse apicum onde os pés não afundam [...]
Entretanto, o que mais doeu foi o Verbo. O qual acometeu os ouvidos e as partes falantes por baixo das bochechas, azedou a saliva, esboroou as peças interiores dos ouvidos com marteladas de dentro para fora. Igualmente a um arrote, subiu uma seta farpeada pelos olhos da barriga, mas em lugar de atingir o gozo esvaiu-se como coisa gasosa por todo o meio da cara então retiniu uma clarinada e acompanhantes ribombos de zabumbas [...]. Mas lembro antes que minhas palavras vieram para dentro de mim em forma de bofetadas e sovelas e verrumas e tantas travoelas e lancetas entre as curvaturas delicadas de meus ouvidos mais íntimos, [...]
E aí Argemiro compreendeu todas as palavras, em primeiro lugar pelo som que fazem, o qual traz cólicas ou risos ao rostos ou sopros abaunilhados ou ódios imorredouros ou pesadelos esquecidos antes de deixarem de ser nuvens escuras que rodeiam as cabeça das pessoas e volta e meia as envolvem como cobertores [...].” (VR, p. 146-7)

Em *Sargento Getúlio*⁴ (1971), Getúlio Bezerra dos Santos conta suas proezas a Amaro, seu companheiro de missão e a si mesmo como num longo monólogo. Amaro tem raras oportunidades de falar e, quando o faz, é de maneira truncada, confusa a tal ponto que provoca comentários de Getúlio que mais uma vez reforçam a importância social da palavra em sua função comunicativa:

“Amaro corta tiririca e desmonta o motor do hudson e assovia a mesma música, às vezes canta. Não entendo direito, porque Amaro enrola a língua, não sei o que é: até o sol (isso eu entendo: até o sol. Até o sol ipiaça invadiu a vidraça e o retrato dela icoiou [...] Perguntei a ele. Até o sol ipiaça, que vem a ser? Não sei, disse ele, aprendi assim. E o retrato dela icoiou. Acho que as músicas devia de ser feitas para entendimento, assim não.” (SG, p.50)

“Amaro gosta de palavras. Fica repetindo uma porção sozinho, feito maluco, acho que só para sentir o gosto”.(SG, p. 50)

“Luzinete, eu vou ser deputado e vou fumar charutos. Amaro pode guiar meu carro, que eu deixo. Para ser deputado não é preciso nada. Se eu fosse deputado, você ia, não ia? Pra ficar toda lorde e aprendia a falar difícil, não aprendia?” (SG, p. 123)

Na ilha do Pavão, a palavra mostra sua força das mais diversas maneiras. Lô Pepeu passará todo o romance tentando possuir Crescência, como possui qualquer mulher da ilha, mas não consegue, pois a negra congoleza se nega a pronunciar as “palavras mágicas”, afrodisíacas, melhor dizendo, aquelas que levariam o filho de Capitão Cavalo ao gozo extremo no fim do ato sexual. Ela lhe cede o corpo, é verdade, mas não a palavra, *palavras malditas, cravadas em seu miolo tão indelevelmente, desde aquela tremenda primeira ocasião em que a negra Sansona, umas das preferidas de Capitão Cavalo e três vezes maior que Lô Pepeu, puxou-o para a esteira e, com as feições assustadoramente transfiguradas e a voz parecendo lhe sair dos peitos enormíssimos, tirou-lhe a roupa, apalpou-o todo, mordeu-lhe o pescoço, alisou-lhe a bunda e abriu diante dele as coxas poderosas gritando* (FIP, p.33) as tais “palavras

⁴ Empregamos a sigla SG para referência ao romance *Sargento Getúlio*, de João Ubaldo Ribeiro, publicado pela editora Nova Fronteira, em 1971.

malditas” que o escravizariam para sempre, pois teria de ordenar que as dissessem, precisaria ouvi-las toda vez que o desejo tomasse conta de seus instintos. E por Crescência conhecer tais palavras, mas ter também o poder de não dizê-las, lô Pepeu tornou-se servo da linda negra. Se as palavras libertam, aqui elas escravizam.

João Ubaldo Ribeiro demonstra ter plena consciência da necessidade de preservação da palavra, pertença ela à modalidade escrita ou falada da língua, ou ao nível formal, coloquial, informal ou chulo por meio do texto literário. O importante é que ela exista como signo na intermediação do homem com o mundo. E o escritor precisa fazê-la emergir na memória do leitor, como percebemos nesta passagem do romance *Viva o povo brasileiro*⁵:

“Muitas coisas neste mundo não podem ser descritas, como sabem os que vivem da pena, azafamados entre vocabulários e livros alheios, na perseguição da palavra acertada, da frase mais eloqüente, que lhes possam render páginas extras e prosa à custa de alguma maravilha ou portento que julguem do interesse dos leitores, assim aumentando sua produção e o pouco que lhes pagam. Recorrem a comparações, fazem metáforas, fabricam adjetivos, mas tudo acaba por soar pálido e murcho, aquela maravilha ou portento esmaecendo, perdendo a vida e a grandeza, pela falta que o bom verbo por mais bom não pode suprir, qual seja a de não se estar presente ao indescritível”.

(VPB:1984, p.108)

Quem, lendo essa passagem de *Viva o povo brasileiro* (1984, p. 110) poderia imaginar que a grande preocupação do escritor naquele momento era refletir sobre a importância da palavra para descrever um...cheiro!

Como, porém descrever um cheiro? Um cheiro não, este vapor fatal, este miasma fabricado nos infernos, esse fartum de coisas putrescentes, de coisas rançosas, coisas gangrenadas, coisas azedas e repulsivas, coisas insuportáveis de imaginar, agora que o vento se encana por onde a carcaça de última baleia congrega nuvens de urubus e as caldeiras de fazer óleo baforam lufadas

⁵ A sigla VPB será usada em lugar do título do romance de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*, publicado em 1984, editora Nova Fronteira.

encardidas de uma fumaça impossivelmente
fedentina[...]. (VPB, p. 109)

Para Ubaldo, que sempre busca a palavra certa, é um grande desafio. Assim, encontra-se uma lista de itens lexicais usados na tentativa de captar a expressão exata para o fato, explorando a designação em nível de língua ou o uso metafórico do signo: **vapor fatal, miasma fabricado nos infernos; fartum de coisa putrescente, de coisa rançosa, coisas gangrenadas, coisas azedas e repulsivas, coisas insuportáveis de imaginar; fumaça impossivelmente fedentina.**

Estarão presentes nas descrições da ilha a fauna e a flora, apresentadas por meio das palavras da cultura popular ou por termos científicos, a depender de quem as use e mais ainda, de quando e onde as use.

De palavra em palavra, Ubaldo constrói seu romance, deixando ao alcance do pesquisador um vasto campo de trabalho em que a tradição e a transgressão vocabular convivem harmoniosamente, pintando o quadro da identidade brasileira, pelas vozes que representam as diferentes etnias, os variados grupos sociais que habitam a Assinalada Vila de São João Esmoler da Ilha do Pavão, onde todos os dias “cumprindo a missão que lhe foi dada desde a Criação, um grande bem-te-vi atitou energicamente, na copa de um oitizeiro do largo da Calçada”. (FIP, p.18)

INTRODUÇÃO

Balduino lhe dissera que de fato as palavras são de grandíssima importância, havendo homens que obram qualquer graça com elas a seu bel talante. Mas, por mais importantes, no fundo não passam de vento mastigado e, por conseguinte, não podem com a força das plantas e das qualidades dos bichos, que são a própria Natureza e ninguém vence a Natureza.

(FIP.p 31)

A epígrafe com que damos seqüência a este trabalho coloca em enfrentamento duas forças que envolvem o homem no seu estar no mundo: a palavra e a natureza. Também reflete o pensamento de uma das personagens do romance *O Feitiço da Ilha do Pavão* (1997) o jabarandaia Tantanhengá. Para ele, ambas são importantes, mas apenas uma é verdadeira: a natureza com a força de suas plantas e bichos e seus mistérios. A outra, a palavra, forja verdades ou mentiras “ao bel talante” de seu enunciador.

O que pretendemos apresentar nesta pesquisa é um estudo do vocabulário empregado por João Ubaldo Ribeiro em *O Feitiço da ilha do Pavão*, a partir do levantamento de itens lexicais, em especial substantivos, adjetivos e verbos que constroem o discurso das personagens presentes na narrativa, apoiando-nos nas noções de variabilidade lingüística, de discursividade e, subliminarmente, no compromisso do escritor com a busca da identidade nacional por meio do uso da língua portuguesa.

Ainda que nos cause algum temor a ousadia de propor o estudo das palavras na ficção de João Ubaldo Ribeiro, especificamente neste romance, é irresistível a atração que sentimos em investigá-las. De pesquisa iniciada durante o curso de mestrado em língua portuguesa, resultou na dissertação *Os processos de formação de palavras na crônica jornalística de João Ubaldo Ribeiro: a alquimia do riso* (2000), cujo corpus e objetivos eram outros. Dedicamo-nos naquela oportunidade às crônicas publicadas no jornal *O Globo*, observando estilística e discursivamente a relação entre humor e processos de formação de palavras.

A escolha de um título a ser trabalhado, no conjunto de uma obra com 15 publicações, dentre as quais se destaca um dos mais valorizados pela crítica literária nacional e internacional, *Viva o Povo Brasileiro* (1984), deve-se ao fato de *O feitiço da ilha do Pavão* constituir-se num texto literário que estimula no leitor a reflexão sobre questões de natureza política, histórica, antropológica, social e ideológica, mas carregado de um humor capaz de desestabilizar o *status quo*. Há um tempo presente vivenciado por todos os habitantes que nos permite observar a variação nos usos lingüísticos dentro de uma mesma sincronia.

O desenvolvimento de uma pesquisa de natureza lexicológica é tarefa desafiadora e ao mesmo tempo inebriante. Cada palavra, cada expressão desempenha um papel importante como fonte de informação sobre o léxico da língua portuguesa. A partir de uma seleção exemplar de que fazem parte termos comuns ou exóticos, eruditos ou populares, arcaicos ou neológicos, o escritor materializa seu discurso, deixando brilhar, à luz de seu talento, a riqueza do pluralismo vocabular que enriquece a literatura de nossa língua. Além disso, há um universo de tradição lingüística explorado pelo escritor, que também não abdica do traço transgressor. E, com os fios da tradição e a ponta afiada da agulha da transgressão, borda um texto rico em brasilidade, forrado de consciência lingüística, colorido como é a voz do povo brasileiro.

Como um cientista em seu laboratório, o escritor faz seus experimentos vocabulares: altera a plástica de alguns termos, de outros modifica as unidades fonéticas; reanima algumas velhas palavras já adormecidas na memória e afastadas do uso comum, confinadas nos verbetes dos dicionários, trazendo-as de volta, em plenitude de significações e expressividade, instigando seus leitores a consultarem dicionários, hábito que mantém até hoje, possivelmente pela influência do pai que, quando perguntado sobre o significado de alguma palavra, dizia-lhe: “Não sabe? Vá ao dicionário!”. Não raro em suas crônicas, reproduz tal prática procurando doutrinar seus leitores assíduos a fazerem o mesmo. De fato, da crônica ao romance, muitas vezes precisamos ter ao lado o dicionário para melhor entendimento do texto. Outras unidades lexicais são criadas para atender à expressividade do dizer, mas que não são tantas quanto parece.

O trabalho com a palavra ubaldiana leva o pesquisador a momentos desconcertantes. Certos termos nos ludibriam de alguma forma: às vezes, julgamos estar diante de um neologismo, criação expressiva do autor, mas que verdadeiramente é um termo tão antigo quanto a nossa língua ou mais anterior ainda, um arcaísmo ou uma forma arcaizante. Em outros momentos deparamos com vocábulos que nos soam familiares, já dominados, impressão que não resiste à visita ao dicionário. São neologismos formais ou semânticos criados para saciar a fome da palavra certa, a busca da melhor palavra. Assim como em outros romances de João Ubaldo Ribeiro, *O feitiço da ilha do Pavão* é uma verdadeira celebração à língua que falam os brasileiros de ontem e de hoje, em qualquer espaço geográfico ou social.

Mas, de onde vêm tais palavras? Qual a motivação para serem empregadas? Por que ora se mostram transparentes em suas significações e intenções de uso, ora são carregadas de mistério? Palavras novas, antigas, vernáculas, emprestadas a outras línguas. Palavras...

A história das palavras nos permite refletir sobre a história das sociedades em geral, pois os movimentos da linguagem ocultam e ao mesmo tempo revelam o desenvolvimento, o progresso, a evolução social, os medos, os desejos, os preconceitos e conhecimentos do homem em uma determinada época, em um momento historicamente desenhado. Assim, por meio das palavras, é possível chegar-se a grandes sucessos ou violências institucionalizadas que marcam uma sociedade quando, por exemplo, se cerceia a palavra, às vezes de forma camuflada, mas permanente e dolorosa, para que sejam preservadas certas hierarquias. A falta da palavra ou da palavra adequada é antes um problema para qualquer indivíduo, não só de um escritor ou de nosso escritor.

Nem sempre a palavra isolada é suficiente para tornar plena uma determinada mensagem, pensada por um emissor e endereçada a um ou mais interlocutores. Implícita ou explicitamente, reconhecemos em cada uma delas a possibilidade de se transformar, sob a pena cuidadosa do escritor, em símbolos valiosos na arte de esconder, camuflar, transgredir, corromper, buscando revelar aos interlocutores as trilhas de sentido por ele traçadas, por meio das quais o viés ideológico se apresenta com maior ou menor visibilidade. O escritor explora as possibilidades semânticas da

palavra nos “três estratos do significado lingüístico: a designação, o significado e o sentido, segundo Eugenio Coseriu (1980, p.99). A palavra em sua função designativa estabelece a relação entre uma expressão lingüística e um “estado de coisas”. Já o significado é o conteúdo de um signo ou de uma expressão numa determinada língua e exclusivamente através dessa língua. O sentido, por sua vez, é o conteúdo do próprio texto, o que um texto exprime pela designação e pelo significado. A comunhão de texto e intenção, aqui exposta de maneira simples, porém não reducionista, leva-nos ao universo discursivo. Citamos Maingueneau:

Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática, a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado pré-estabelecido e estável. A própria idéia de um enunciado que possua sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável. Certamente isso não quer dizer que as unidades lexicais de uma seqüência verbal não signifiquem nada, nem que suas relações deixem de orientar de maneira decisiva a interpretação. O que se quer dizer é que, fora de contexto, não podemos falar realmente do sentido de um enunciado, mas, na melhor das hipóteses, das coerções para que o sentido seja atribuído à seqüência verbal proferida em uma situação particular, para que esta se torne um verdadeiro enunciado, assumido em um lugar e em um momento específicos, por um sujeito que se dirige, numa determinada perspectiva, a um ou a vários sujeitos.
(2002, p.20)

A seleção vocabular que sustenta uma estrutura de tal complexidade não deve ser trabalho fácil, principalmente na construção do discurso literário. A este, por seu caráter ficcional, é permitido subverter. Nas entrelinhas do dizer camufla-se o não-dito, mas que será desmascarado pelo interlocutor arguto, que se solidariza com tal artimanha, aceitando a trapaça lingüística urdida para jogar com efeitos de verdade, tornando-se o discurso literário desestruturador, desestabilizador, desconstrutor mesmo de uma ordem social estabelecida, sem sofrer sanções, uma vez que circula no espaço da ficcionalidade “apenas”. Apenas? Assim devem pensar aqueles que não valorizam ou não reconhecem no texto literário sua força de interferir de alguma forma nas estruturas sociais pelo processo intenso de cumplicidade na interação texto-leitor, esperando o produtor que o leitor use a mesma “espécie de filtro ideológico” para perceber no discurso literário as marcas de um determinado momento histórico, cultural e social que pretende intencional ou inintencionalmente modificar. No caso de João Ubaldo, encontram-se arquivadas entrevistas e palestras

nas quais afirma não ter aspirado mudar coisa alguma na sociedade; talvez na cabeça de algum leitor. Argumenta Bernd (2004, p.21) que, *como toda a arte, a literatura é uma forma de conhecimento, podendo, pois, contribuir para que as pessoas vejam o mundo através de uma forma sugerida pelos escritores. A literatura pode, portanto, auxiliar na construção do conhecimento humano, abrindo portas.*

Os falantes de uma determinada língua não desempenham apenas este ou aquele papel social, mas vários, impostos pela necessidade de um mesmo indivíduo participar de processos interacionais diversos, usando discursos também diversos, adequados, porém, a cada situação, a cada contextualização. Isto obriga o falante a desenvolver maneiras de dizer variadas, dependendo do lugar onde esteja. O mesmo ocorre no espaço do texto literário, em que o leitor aceita as regras do jogo discursivo e cambia de um nível lingüístico-discursivo para outro, acompanhando as personagens, o narrador e com eles interagindo durante a leitura.

Para desenvolver as idéias aqui apresentadas, desdobramos o estudo do vocabulário no romance *O feitiço da ilha do Pavão* em seis capítulos.

Sob o título “Um cadinho de miscigenação: o fetiche da ilha”, encaminhamos o estudo pelo enfoque da formação do povo brasileiro, apoiando-nos em Freyre (1987), Ribeiro (1995) e Holanda (1995). Ali também são apresentadas as personagens, posicionando-as socioculturalmente, buscando entrelaçar o real e o ficcional.

A exploração dos efeitos expressivos conseqüentes das escolhas vocabulares realizadas pelo escritor também está presente de modo significativo nesta tese e para nosso embasamento nos socorreremos de Martins (2000), Lapa (1998) e Ullmann (1973)

Havendo na ilha diferentes estratos sociais, evidentemente a variação lingüística se manifesta concretamente na fala das personagens. Para a fundamentação teórica do segundo capítulo, intitulado “Percebendo diferenças: a variação lingüística”, recorreremos a Preti (2004;2003), Coseriu (2004), Carvalho (1979) e Travaglia (2000).

Considerando que o estudo vocabular que realizamos tem como *corpus* uma obra literária, no terceiro capítulo, “Fundeadando as águas plácidas da calheta...A língua literária”, propomos uma breve reflexão sobre a questão da existência ou não de uma língua especial para a produção da escrita artística.

O quarto capítulo, “Para tudo há uma história: a formação do léxico da língua portuguesa”, apresenta resumidamente as bases de formação do léxico português desde sua origem na Península Ibérica até sua consolidação em terras brasileiras. Servimo-nos dos estudos de Coutinho (1976). Incluímos neste capítulo a discussão sobre léxico, vocabulário comum, popular e culto e para isso consultamos Pottier (1978), Carvalho (1974), Genouvrier e Peytard [s/d]

No quinto capítulo, enfocamos especialmente a tradição vocabular encontrada em passagens do texto em que são detectados termos mais freqüentes no uso culto da língua. Inclui-se nessa parte da pesquisa um estudo sobre palavras eruditas. No aporte teórico para este assunto estão presentes Guiraud (1978) e Bizzochi (1997).

A transgressão vocabular cuidará dos neologismos. Estão presentes estudos de Pilla (2002), Barbosa (1996)⁶. Para os neologismos literários, buscamos Rifaterre (1989) e novamente Barbosa (1996). Faz parte desta seção o levantamento das palavras obscenas, chulas, que constroem o discurso injurioso e o discurso erótico encontrados no romance, cuja fundamentação teórica parte de Preti (1983). Fechando o capítulo, são apresentados os arcaísmos, segundo Coutinho (1976), Cressot ([s/d]) e Lapa (1998).

Servem-nos de *corpora* de exclusão os dicionários gerais *Houaiss* – versão eletrônica (2001), *Novo Aurélio XXI* (1999), *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (2004), *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo* (2004).

A obra literária de João Ubaldo Ribeiro propõe-se a fazer uma revisão da formação histórica e cultural do povo brasileiro, revigorar seu espírito em busca do fortalecimento da identidade nacional. Cada página escrita tem aqui e ali palavras que são marcas, pistas que nos levam ao tesouro vocabular do escritor, amalhado pelo contato íntimo e apaixonado com a leitura e com a língua portuguesa. Cabe-nos segui-las, observá-las, ouvir o que elas têm a dizer ou querem dizer e, a partir delas, construir sentidos, construir idéias, reconstruir o mundo idealizado pelo escritor que conta com a cumplicidade de seu leitor. Então, a elas sem pena!

⁶ Os estudos de Louis M. Guilbert, presentes em *La créativité lexicale* (1974), vieram-nos por Valente (2007) e Barbosa (1996).

1. UM CADINHO DE MISCIGENAÇÃO: O FETICHE DA ILHA

O feitiço da ilha do Pavão firma-se como um dos romances de João Ubaldo Ribeiro em que a identidade nacional se faz muito presente. É um trabalho de reavaliação da herança cultural e histórica da formação do povo sob um olhar diferenciado captador da mobilidade dos grupos sociais sob a influência de um poder que troca de mãos ao sabor da engenhosidade do escritor. A todo tempo a relação dominado x dominador fica exposta.

Três etnias se alinham na formação da nacionalidade brasileira, e o confronto elite x povo será constante em toda a narrativa. O índio, embora não mais escravizado, não tem reconhecida sua cultura, seus hábitos seculares e sofre ainda com a perseguição da Coroa e da Igreja, ambas defensoras da moral e dos bons costumes à custa de benesses que os cargos públicos, as fortunas pessoais, e os títulos que enobrecem as famílias da elite “assivissojoemapaense” lhes fornecem. O enfoque das relações entre dominador e dominado contrasta em parte com a visão do antropólogo Gilberto Freyre (1987) quando afirma em *Casa-grande & senzala* que a interação teria propiciado a absorção de traços culturais de parte a parte entre os dois povos. Como diz Zilá Bernd (2004, p.90), *o estatuto de negros e índios sempre foi inferior ao do colonizador branco. Sua cultura foi desconsiderada pelas elites entre as quais estavam os jesuítas, cuja visão predominantemente etnocêntrica determinou, desde logo, uma postura fóbica em relação aos autóctones*. Esta visão antropológica não é esquecida por Ubaldo que, pela voz de seus personagens, faz aflorar questões até hoje não tão bem conhecidas, não bem “digeridas” pelos brasileiros.

Mas que personagens são esses a quem o autor dá vez e voz para construir ou desconstruir ideologias ainda presentes em muitas formações discursivas que marcam a intenção de separar, segregar, estigmatizar a miscigenada formação do povo brasileiro?

Vamos às apresentações.

Representando a etnia autóctone que habitava a terra de Pindorama quando a frota de Cabral chegou temos Tantanhengá ou Balduíno da Anunciação, índio conhecedor do bom e do mau caráter da sociedade local e dos poderes da natureza, na qual, como herdeiro direto, busca a solução para enfrentar as necessidades que surjam, desde a utilização da cana para fabricar a “supupara de cobra coral” ou a “cachaça do dia” até a tisana mágica para resolver as questões sexuais de Iô Pepeu. Ou ainda a calda capaz de levar o gentio à vitória na batalha do Borra-Botas. É um líder naturalmente aceito por sua comunidade, ardiloso, matreiro, muito respeitado entre sua gente.

Os negros escravos ou libertos, diferentemente do grupo indígena, têm vários representantes numa alusão aos papéis e funções que desempenharam nas relações com o dominador, bem como às múltiplas nações de África, de onde vieram como escravos. A negra Crescência, jovem e bonita congolense liberta, cujos encantos enlouqueciam Iô Pepeu, prepara-se para ser a guardiã dos segredos da ilha. A negra Sansona, também alforriada, *apesar de entrada em anos, parecia bem menos velha do que era, a cara lisa, a peitarrama pesada mas dura* (FIP, p.207) trabalha no Sossego Manso, cuidando de Capitão Cavalo e de Iô Pepeu. Foi Sansona quem ajudou a criar o filho do Capitão, assim como quem o iniciou na vida sexual. Também aparecem as “boas negras” Vitória, Naná, Das Dores, Pureza, Eulâmpia, “mulheres com quem qualquer se gabaria de haver deitado e delas ter recebido chamego e denço, mas fiéis não eram” (FIP, p. 28). Outro representante da etnia negra é o rei Afonso Jorge II, negro congolense cuja autoridade fazia-o conhecido como o mani banto do quilombo da ilha, para quem, *enquanto o mundo for mundo haverá cativos, pois sempre existirão os que nasceram para isso e os que nasceram para mandar, esta é a voz dos verdadeiros filósofos e a voz da verdadeira vida.* (FIP, p.126).

A etnia branca está representada por figuras eminentes divididas em dois grupos, também pelos papéis sociais que lhes são atribuídos na narrativa. De um lado, representando a elite e o poder da Coroa, vêem-se o mestre-escola e farmacêutico Joaquim Moniz Andrade, um homem das letras e o mestre-de-campo José Estevão Borges Lustosa – o Lobo de São João - *implacável na peleja e magnânimo na vitória* (FIP, p.59). Há, ainda, o intendente Felipe Mendes de Melo Furtado, casado com Dona

Felicidade Divina Salustiano Couto de Melo Furtado. A igreja alinha-se a este núcleo nas figuras de monsenhor Gabriel Lustosa, irmão do mestre-de-campo, padre Tertuliano Jesus da Mota, Padre Pascoal Amora, secretário do monsenhor Gabriel, o seminarista João Manuel Taborda e o escrivão Terêncio Góes, que assessora as autoridades eclesiais.

Do outro lado estão Dão Baltazar Nuno Feitosa, o Capitão Cavalo, aventureiro português que chegou à ilha assim que a recebeu como dação do rei de Portugal a pedido do próprio Capitão, depois de muitas proezas pelo mundo. A alcunha foi-lhe dada *pela sua resistência e força legendárias, pelas muitas ferezas que cometeu e pela determinação invencível* (FIP, p.145). Já Pedro Feitosa Cavalo, filho de Capitão Cavalo, conhecido como Iô Pepeu, *fazia praticamente nada, além de andar com as mulheres, caçar, pescar e folgar* (FIP, p.151), pois o pai o provia de recursos que lhe garantiam não precisar trabalhar. Na furna da Degredada vive D'Ana Carocha, a Degredada, espécie de curandeira da ilha, *“que tanto serviço prestara aos que a buscavam e com ela aprendiam ou se beneficiavam* (FIP, p.289) *com sua feitiçaria, suas adivinhações por cristais, espelhos e cartas de tocar, de conluios com os demônios* (FIP, p.189). E ainda Hans Flussufer, que empreendera fuga de sua terra natal, Schweinfurt, na Alemanha, durante oito anos, devido a severíssima perseguição religiosa, vindo dar à praia de Beira Alta, onde foi *recebido na aldeia índia com naturalidade e aprendeu rapidamente a língua*. (FIP, p.53)

A heterogeneidade não só étnica, mas também social e cultural é marcada nos enunciados concretizadores dos atos de fala de cada uma dessas personagens, assim como traços da cultura, a visão de mundo, o lugar de onde falam e, conseqüentemente, a ideologia que permeia seus discursos.

A maneira como as personagens interagem na trama narrativa leva-nos a refletir sobre alguns pontos já apresentados por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* (1987), Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil* (1995) e Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995).

Na visão de Freyre,

[...]a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase

reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado.
(1987, p.91)

Segundo Darcy Ribeiro (1995,p. 54-7),o conquistador teve do índio, por exemplo, o auxílio na obra de desbravamento e de conquista dos sertões; o conhecimento de sementes e produtos da natureza foi por ele transmitido aos europeus recém-chegados. As mulheres índias, *em cujos ventres engendraram uma vasta prole mestiça, que viria ser, depois, o grosso da gente da terra: os brasileiros*, serviram ao colonizador para a geração e formação da família, fato de grande importância no processo de povoamento da nova colônia. Do vocabulário se apropriou o colonizador para nomear lugares, acidentes geográficos absorvendo da sabedoria milenar indígena a maneira de *como lidar com o que era da natureza circundante* (1995, p.56-57). Fixa a herança dos indígenas nos nomes de elementos naturais, mas não teve como forçá-los definitivamente ao sedentarismo, pois dificilmente se acomodavam *ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para as atividades menos sedentárias e que pudessem exercer sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos*, afirma Holanda (1995, p.48). O índio era tido como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para cultivo de gêneros e preparo de alimento, para a caça e a pesca, não para o trabalho sistemático na lavoura, por exemplo. Por seu preço menor, o índio foi-se transformando em escravo dos pobres ou aproveitado em tarefas cansativas, mas que não estavam diretamente ligadas à prática mercantil.

Ubaldo aponta esse aspecto do trabalho índio, o valor que lhe é atribuído socialmente e deixa por conta de Balduino as denúncias sobre a vida corrompida dos homens da corte e a exploração do trabalho índio :

“_[...] Toda gente gosta índio! Assomente é Dão Filipe que não gosta! Assomente Dão Filipe e as beata beguina! Assomente Dão Filipe, as beguina e os miserave! Quando índio tá na casa de mulher que eles vai, ajudando no sereviço e fazendo covitage, eles não recrama nem manda índio simbora. Quando índio vê o que eles faz e elas faz, fica tudo muito amigo de índio, pra índio espiar e não contar. Eles quer índio

trabalhando de graça, consertando rede, carregando fruta, capinando mato, levando barrica de bosta, pra depois nem comida querê dá índio, nem misgaia!" (FIP, p.41)

O processo de transculturação existiu bilateralmente. Se do lado do colonizador muito foi absorvido da cultura indígena, esta também recebeu acréscimos dos portugueses. Diz Darcy Ribeiro:

O invasor, ao contrário, vinha com as mãos cheias e as naus abarrotadas de machados, faca, facões, canivetes, tesouras, espelhos, também, miçangas cristalizadas em cores opalinas. Quanto índio se desembestou enlouquecido contra outros índios e até contra seu povo por amor dessas preciosidades! Não podendo produzi-las, tiveram de encontrar e sofrer todos os modos de pagar seu preço, na medida em que eles se tornaram indispensáveis. Elas eram, em essência, a mercadoria que integrava o mundo índio com o mercado, com a potência prodigiosa de tudo subverter.
(1995, p.48)

No romance, o escritor reconstrói essa face da história de nossa colonização na ação de Balduíno trocando os artefatos por outras necessidades adquiridas no convívio direto com a cultura européia e, mais importante, colocando o índio como conhecedor de seus direitos, negando-se a voltar para o mato somente porque assim determinara o administrador da ilha:

“ _ Índio não volta pro mato!-gritou Balduíno, com as veias do pescoço mais uma vez parecendo prestes a estourar. _ Se mato é coisa boa, branco ia pro mato! Branco só quer coisa boa! Por que branco não vai pro mato?”(FIP, p.41)

“ _ Era! Índio era besta e descompreendido, não tinha aprendido nada, índio era besta! Era! Agora não é mais! Tem çúcar no mato? Tem fiambre no mato? Tem sabão no mato? Tem jogo de carta no mato? Tem dinheiro no mato? Tem vrido, panela de ferro e faca amolada no mato? Tem aramofada no mato? No mato tem mutuca, tem mosquito, tem potó, tem cobra jararaca, tem coceira, tem perreação, no mato tem é isso! Índio volta pro mato? Nunca que nunca! índio quer voltar pro mato? Não, não,

não! Índio não volta pro mato, já falou. Índio volta pro mato?
_Não, responderam os outros[...]."
(FIP, p.41)

O papel da etnia africana extrapola os limites do eito e das senzalas desde o início do século XVI até os meados do século XIX e chega às casas-grandes dos engenhos. Diz Gilberto Freyre (1987, p.283): *na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra*. O antropólogo reconhece no elemento negro uma superioridade em relação ao indígena no que diz respeito à força de trabalho e mesmo à capacidade técnica que traziam de uma evolução social mais avançada no setor que nossos primeiros habitantes, principalmente os negros de origem banto e sudanesa, degradados pela condição de escravos. O negro africano foi, na América Portuguesa, o mais plástico colaborador do branco na obra de encorpamento do trabalho na lavoura. A superioridade de certos grupos de negros africanos sobrepõe-se à grande maioria dos colonos brancos, *portugueses e filhos de portugueses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semi-analfabetos na maior parte*, diz Freyre (1984, p.209).

A discussão entre antropólogos sobre a questão da superioridade de certas tribos africanas é recuperada no romance em estudo, na argumentação do mani banto Afonso Jorge II, rei do quilombo existente na ilha, o qual afirma serem os congolenses os representantes da melhor raça africana:

“ Negro do reino do Congo nunca foi para ser vendido, nem como escravo, nem como coisa nenhuma. Negro do reino do Congo vendia negros prisioneiros de guerra aos brancos, revendia negros comprados de mercadores. O reino do Congo tinha reis, fidalgos e bispos como os portugueses e o seu povo não compreendia como o podiam achar parecido com aquelas raças muito justamente apelidadas de infectas, raças porcas, estúpidas, atrasadas e fedorentas, os teques, os mpumbu, os mbundu, imaginem só[...] nenhum congolense vai se igualar a esses bárbaros atrasados e comedores de gente como os jagas.” (FIP, p. 92)

Sérgio Buarque de Holanda em seu ensaio *Raízes do Brasil* (1995, p.52) faz referência à fácil aclimatação dos conquistadores portugueses à nova terra, aceitando o que lhes era oferecido pela natureza e por seus primeiros habitantes. Diz ainda que aqui o domínio europeu foi *mais brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza*. Também dos portugueses é reconhecida sua plasticidade, sua capacidade de adaptação, tais quais os negros. Os portugueses mantiveram contato íntimo com a população negra e índia e cediam com facilidade aos costumes, à linguagem e às seitas das duas etnias. *Os portugueses precisaram anular-se ao longo do tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para depois crescer e dar bons frutos*, segundo Holanda (1995,p.133). A própria figura de Capitão Cavallo expressa tal visão antropológica. Como chegou à ilha por escolha própria, nela implanta um *modus vivendi* não esperado pela metrópole, seguindo a orientação de Frei João Menezes: *rei distante é rei nenhum, bispo distante é bispo que não se escuta e, portanto, longe desses braços, que se fizesse o que mais acertado parecesse, pois nada substitui o conhecimento de quem experimenta e convive*.(FIP, p.146). Sua presença na ilha não provocou lutas pela posse das terras: *os negros de suas terras, que já antes eram tratados de forma bem melhor do que no resto da ilha, foram declarados livres e receberam permissão para irem embora se quisessem* (FIP, p.149), implantando um novo sistema econômico do qual os ex-escravos participavam como produtores remunerados.

Mas não só ao estrangeiro português os nativos foram receptivos. A personagem Hans Flussufer era um homem branco que falava arrevesadamente e vivia entre os selvagens. Sua fácil adaptação ao novo lugar deveu-se à maneira como os índios, principalmente as índias, o acolheram. Também ele afetou a cultura da ilha com as novidades que ali implantou, por exemplo, pela necessidade de construir uma moradia - em estilo francônio, com chaminés de cerâmica e varanda nos fundos - que acomodasse confortavelmente as quatro índias que o encontraram e passaram a considerá-lo como um troféu, um achado mágico que o mar lhes dera e que agora

partilhavam. Depois de algum tempo, nenhum índio morava mais à maneira antiga, modificando a paisagem local.

Se Hans trouxe mudanças para a ilha, nela conviveu com as crenças e divindades indígenas e negras, suas histórias para explicar a origem dos homens, dos bichos e das plantas. Assim, no romance, reafirma-se a face acolhedora apontada anteriormente por Holanda como característica do povo brasileiro.

2. PERCEBENDO DIFERENÇAS: A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

As relações interacionais de um indivíduo com outro, ou outros, tendem a propagar-se como ondas magnéticas, infinitamente, ao considerarmos os diferentes grupos sociais de que ele participa, expandindo-se da célula familiar até comunidades mais amplas como as comunidades nacionais. Como tal, é ele quem costura as relações entre os diferentes grupos quando deles participa ativamente. Essa idéia tanto se aplica aos contatos sociais em geral como especificamente às atividades lingüísticas que estreitam tais contatos quando “se fala a mesma língua”. Diz Herculano de Carvalho (1979, p.295) que *dentro, pois, de qualquer comunidade lingüística de maior ou menor extensão, verifica-se sempre, forçosamente, a coincidência em maior ou menor grau das técnicas lingüísticas dos sujeitos que as integram*, o que não quer dizer que todos falem igualmente. É possível observar em macro ou microcomunidades lingüísticas graus de proximidade de seus integrantes. Esses fenômenos não são, no entanto, exclusivos da linguagem. Eles são passíveis de observação no comportamento social, nos costumes, adequando-se à diversidade própria de cada região, de cada situação, enfim, do contexto onde o indivíduo se apresenta e ao qual, com dispêndio e esforço, se adapta e com ele interage.

A linguagem é uma instituição humana e, desta maneira, resulta da vida em sociedade como elemento essencial à comunicação. Ainda que suas funções básicas estejam presentes em qualquer grupo – função social, função comunicativa, função de suporte do pensamento, função expressiva, função estética –, difere de comunidade para comunidade de tal forma que só funciona entre os membros de um determinado grupo que dela se utiliza no convívio social.

Para Ferdinand de Saussure (1973, p.17), a língua, como *produto social da faculdade da linguagem é um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade*. O sistema de signos convencionais que ela coloca à disposição dos falantes de uma comunidade dada é o responsável por tornar possível a comunicação. Desde que nasce, o indivíduo é envolvido por um universo sígnico com o qual interage por meio do jogo, instintivo

inicialmente, das analogias, das associações e das imitações. Essa experimentação intensa com as inúmeras possibilidades comunicativas permite a formulação de mensagens que geram a troca e o convívio social baseados na língua, meio de que o falante dispõe para isso. Dino Preti (2004, p.28) cita Benveniste⁷: a língua é *um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua. É através dela que a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros a significados arbitrários com os quais se processa a comunicação*. Ao considerar a interdependência entre sociedade e língua, tende-se a ver a linguagem como a forma pela qual cada comunidade lingüística estrutura seu pensamento e como essas estruturas articulam lingüisticamente sua realidade. Assim, admite-se a existência de uma diversidade convencionada por vários fatores de natureza externa à língua.

É mais conhecida a tripartição dos níveis de fala que fazem da língua um diassistema constituído de um nível diatópico ou regional; diastrático ou sociocultural; e diafásico ou de modalidade expressiva. Tal distribuição é encontrada em Cunha (2001, p.3), Coseriu (2004, p.110), Bechara (1999, p.37) entre outros. Cada um desses níveis de diferenciação no uso lingüístico corresponde a um conceito de unidade. Assim, à relativa uniformidade no nível geográfico corresponde a uniformidade sintópica; à diferença diastrática corresponde a relativa uniformidade sinstrática ou dialeto social; e à diversidade diafásica corresponde a relativa uniformidade sinfásica.

Dino Preti, em *Sociolingüística: os níveis de fala* (2003, p.13-23), faz uma revisão bibliográfica interessante, apresentando reflexões de vários estudiosos do assunto que se preocupam em identificar as influências extralingüísticas que atuam sobre a língua e conseqüentemente sobre a linguagem, gerando a *habitual subvariedade de fala de uma dada comunidade, muitas vezes restrita por operação das forças sociais a representantes de um grupo étnico, religioso, econômico ou educacional específico* segundo McDavis apud Preti (2003, p.13). Vejamos algumas delas⁸.

Para Françoise Gadet, há 3 tipos de variação extralingüística assim discriminadas: i) geográficas, onde se posicionam as variações regionais; ii) sociológicas, que consideram as variáveis sexo, idade, profissão, escolaridade, classe

⁷ BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.282

⁸ As idéias de Gadet, Bright, Bally, MacCohen, Lefebvre e Gleason foram colhidas em PRETI:2003, p.15-21

social localizadas dentro de uma mesma região, que podem determinar traços individualizados na linguagem; iii) contextuais, em que se localizam todos os fatores potencialmente capazes de gerar diferenças na linguagem empregada pelo locutor por motivos que lhe sejam externos: clientela, o espaço-tempo em que ocorre a atividade e as relações que aproximam os interlocutores. A influência do contexto, em Gadet, vai aproximar-se do que Bright apresenta como “dimensão da situação ou do contexto”.

A doutrina de Willian Bright contempla três dimensões para a pesquisa sociolingüística quanto ao níveis de fala: i) a dimensão do emissor; ii) a dimensão do receptor; iii) a dimensão da situação ou contexto (*setting*). Entende-se a primeira como aquela que envolve a identidade social do emissor. Nela as diferenças dialetais estariam ligadas à classe social à qual pertence o emissor. A segunda dimensão, que diz respeito à identidade social do receptor ou ouvinte, *seria relevante onde quer que vocabulários especiais de respeito sejam usados em se falando com superiores* (apud PRETI,2003, p.16). Finalmente, a terceira que abarca todos os elementos relevantes possíveis considerados no contexto da comunicação, exceto na identidade dos interlocutores envolvidos no processo.

Não se deve perder de vista que qualquer teoria variacionista só existe em função de existência de uma unidade ou uniformidade daquilo que se denomina língua como herança do trabalho intenso para a manutenção da tradição lingüística de uma comunidade bem como sua renovação através dos tempos e sob circunstâncias sociais, culturais, de formas de produção que caracterizam essa mesma comunidade. Ou seja, falar-se em variabilidade lingüística implica a existência de uma unidade lingüística em circulação dentro de um grupo de falantes.

Charles Bally defende a idéia de existirem dois pontos básicos na questão da variabilidade dos níveis de fala: i) os “estados”; ii) as formas habituais de atividade e pensamento”. Estas envolvem atividades profissionais e outras atividades das mais diferentes naturezas desde as esportivas às científicas e literárias. Aqueles, os “estados”, abarcam as condições pré-existentes aos indivíduos como cultura, classe social a que pertencem, orientação religiosa, ética e moral. Também o ócio aqui se incluiria, pois, de alguma forma, ele permite a aproximação de indivíduos, como o jogo de cartas ou de damas na pracinha, ou “um bate-papo num boteco do Leblon”.

Percebe-se que o “meio”, na concepção de Bally, não faz referência aos limites geográficos, mas antes é a superposição desses diversos meios que se encontram no mesmo indivíduo.

Marcel MacCohen confirma que diferenças de origem, profissão, nível de vida e religião aparecem reunidas como fatores que acarretam a diversidade no uso da língua.

Gleason aponta o contexto social do enunciado específico, a posição social do locutor, sua origem geográfica e sua idade como variáveis lingüísticas.

Claire Lefebvre apresenta outras dimensões para a variação lingüística: i) dimensão geográfica associada às regiões; ii) dimensão histórica associada às diferenças caracterizadas dos diversos estágios de evolução de uma língua; iii) dimensão estilística, associada às situações nas quais a língua é utilizada. Para estas dimensões, Lefebvre abre um leque de termos de referência, a saber: “níveis de língua”, “registros”, “estilo”, “código”, “variedade padrão” ou “língua não-padrão”, “língua formal” ou “língua familiar” etc.

Herculano de Carvalho também é referido na pesquisa de Preti, mas nos reportamos ao seu livro *Teoria da Linguagem. Natureza do fenômeno lingüístico e a análise das línguas* (1979, p.291-316) para registrar sua visão sobre o assunto. Carvalho parte da consideração da existência de uma “unidade idiomática” na qual estão contidos os idioletos individuais e intraindividuais (que chama de normas de estilo) e os idiomas ligados por entidades idiomáticas homogêneas porque sistemáticas, sujeitas à mesma norma, que podem chegar a outra unidade não tão homogênea e até bem individualizada a que denomina língua, abarcando aí, “os modos de falar, todas as técnicas lingüísticas – variedades interindividuais, geográficas, sociais e históricas por vezes muito diferentes entre si, faladas por diversos indivíduos de uma comunidade lingüística una” (1979, p.326), unicidade fruto da consciência dos falantes da língua para além das diversidades do falar. Para Carvalho, tratando-se de variedade lingüística, há dois fatores que contribuem significativamente: os fatores geográficos e os fatores socioculturais. No primeiro – variedades geográficas, regionais ou locais- encontram-se os dialetos e os falares fixados através de gerações sob a influência cultural, política e econômica de cada região sobre seus falantes. Sob o segundo fator – o sociocultural --

agasalha-se a idéia de que, numa mesma região geográfica, encontram-se técnicas lingüísticas diferenciadas, considerando-se que aqueles que *ali nasceram e se criaram não falam todos da mesma maneira* (1979, p.299), pois espelham o ambiente mais íntimo onde tiveram os primeiros contatos com a língua que usam em seus atos de fala, assim como os traços culturais de seus núcleos primários. É certo que há contatos mais ou menos estreitos com outras comunidades, mas não suficientemente fortes para apagar de vez o produto da relação que há entre os integrantes de um mesmo grupo social.

Outro par de variação é o que nos fala do estilo coloquial e do estilo refletido (reflectido). Cada uma dessas modalidades de uso da língua tem suas características próprias.

Herculano de Carvalho comenta as variedades estilísticas, ressaltando o caráter individual, pois um mesmo sujeito falante é capaz de usar técnicas lingüísticas diferenciadas em função da adequação necessária *para finalidades específicas, para satisfação das necessidades cognitivas e manifestivas próprias de cada uma de suas atividades lingüísticas* (1979, p. 302).

Ainda citando Carvalho, vejam-se as características do estilo coloquial:

1) *Os conteúdos cognoscitivos nele exteriorizado são relativamente pobres – visto serem determinados pelas necessidades vitais imediatas do dia a dia na sua mais simples expressão.*

2) *Essa exteriorização destina-se a um feito eminentemente prático e sobretudo imediato. Nestes actos da linguagem quotidiana as finalidades realizadas são de facto, antes de mais nada, de natureza apelativa e também expressiva (mas geralmente não estética) na sua forma mais elementar[...]*

3) *Constatamos que estes momentos de actividade se realizam com um mínimo de consciência da escolha das formas lingüísticas usadas e com um mínimo de adesão consciente ao sistema da língua.*
(1979, p.304)

A seguir, as características do estilo refletido:

1) *Os conteúdos cognoscitivos aí manifestados são relativamente ricos e complexos, pelo facto de serem determinados por uma atividade intelectual, emotiva e mesmo volitiva dirigida por uma satisfação, não meras necessidades quotidianas e em grande parte materiais, mas de exigências espirituais mais elevadas: o conhecer especulativo e estético, a actuação social transcendendo o âmbito do indivíduo.*

2) *O efeito desta exteriorização pode não ser de natureza prática e sobretudo não tem que ser imediato. [...]mesmo nesses atos em que predomina a volição e portanto a função apelativa, o efeito nunca é imediato[...]* (o estilo refletido) se destina a actuar no

comportamento social dos ouvintes, não ali e naquele instante mas, por assim dizer, a longo prazo [...]

3) Finalmente esse actos verbais são realizados com um máximo de consciência das formas lingüísticas usadas e com o máximo de adesão ao sistema da língua.[...]. Aqui o sujeito falante preocupa-se em não errar, em não “atropelar a gramática”, em se exprimir “com correção e elegância”.
(1979, p. 305-6)

Também são consideradas pelo lingüista português as variedades sincrônicas, fenômenos de variação que se deixam observar no mesmo recorte temporal, e as diacrônicas onde repousam a tradição, os planos temporais de uma língua histórica.

O estudo da variação lingüística enfocando o “contínuo da urbanização”, o “contínuo da oralidade-letramento” e o “contínuo do monitoramento estilístico” é apresentado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004). A existência de domínios sociais _ família, escola, igreja _ possibilita que as pessoas interajam, assumindo diferentes papéis sociais construídos no processo da interação humana, com seu conjunto de obrigações e direitos definidos por normas socioculturais. Nessas circunstâncias também a linguagem é elemento fundamental para construir e reforçar os papéis sociais peculiares a cada domínio. Diz a pesquisadora que as diferenças encontradas são devidas à necessidade de monitoramento do uso da língua em função dos eventos e do nível de formalidade onde é usada. Fatores históricos também interferem:

No Brasil, os falares das cidades litorâneas, que foram sendo criadas ao longo dos séculos XVI e XVII[...] sempre tiveram mais prestígio que os falares das comunidades interioranas. Isto se explica porque as cidades brasileiras que estão voltadas para a Europa receberam um contingente muito grande de portugueses nos três primeiros séculos de colonização e desenvolveram falares próximos dos falares lusitanos. Observemos também que, até 1960, a capital do Brasil se situava no litoral.[...]. É natural que a cidade sede do governo tenha mais poder político e prestígio, e esse prestígio acaba por se transferir ao dialeto da região.
(2004, p.34)

Stella Maris acrescenta a rede social do falante como mais um componente que contribui para as variações, uma vez que a pluralidade de pessoas envolvidas na interação acrescenta características outras ao repertório do falante. Assim, os atributos (idade, sexo, status, nível de escolarização etc.) associados aos fatores funcionais existentes na dinâmica das interações possibilitam a construção do

repertório sociolingüístico do falante, não esquecendo que os fatores estruturais da própria língua (fonologia, morfologia, sintaxe) estão presentes nessas considerações.

Das três linhas de estudo propostas, interessa mais de perto aquela que trata da monitoração do estilo, que trabalha com a existência de uma “linha” em que num extremo se encontram os falares rurais mais isolados e na outra, os falares urbanos, marcados pela ação significativa dos agentes padronizadores: imprensa, escola, igreja, repartições públicas, produção literária com o predomínio do estilo monitorado da língua tanto na escrita quanto na fala. Considera-se estilo monitorado aquele que demanda do falante maior cuidado com o uso das formas da língua em função de fatores como: dependência da situação de uso; interlocutor e sua relação com o poder; desejo de causar boa impressão; grau de formalidade do assunto. Em linhas gerais, a monitoração estilística consiste no esforço feito pelo falante ao aplicar sua competência comunicativa na adequação da fala aos papéis sociais que assume. Ressalte-se que esse cuidado existe na interação interpessoal e também na intrapessoal, em que o mesmo falante alterna estilos monitorados e não-monitorados quando a situação assim o exige.

Luis Carlos Travaglia, em *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus* (2000, p.41-66), apresenta de maneira bastante didática as dimensões das variedades da língua. Em linhas gerais sua distribuição é semelhante às demais, apenas preferindo o termo dialeto para as variantes na dimensão regional, geográfica ou local. Segundo ele, nos dialetos, as marcas diferenciais são mais nítidas nos campos da fonética e do léxico, por estarem os falantes “contidos” num espaço delimitado política, econômica, culturalmente e serem fruto das influências que cada região sofreu em sua formação.

Na dimensão da variedade social, Travaglia (2000, p.45) acentua a influência da classe social a que pertence o falante na produção de seus atos de fala. A classe social aqui está diretamente ligada às atividades profissionais. Diz ele: *é por isso que se consideram como variedades dialetais de natureza social os jargões profissionais ou de determinadas classes sociais bem definidas como grupos (linguagem dos artistas, professores, médicos, mecânicos, estivadores, dos marginais)*, embora, a seguir, ele complemente com “classe alta”, “favelados”, “gíria” etc.

O que existe nessa dimensão são superposições e matizes de usos que estariam mais ligados a graus maiores ou menores de formalismo no uso da língua. Destaca-se aqui o papel da língua como identificação grupal, ou seja, o grupo de falantes ganha identidade pela linguagem que usa. Quanto aos dialetos da dimensão da geração, interessam as observações que ressaltam variação histórica e não de idade, o que liga essa dimensão à variação diacrônica. Para Travaglia (2000, p.48), *as variações históricas existem e são percebidas na língua escrita, por causa do registro que as faz permanecer no tempo.*

Para esta pesquisa, é relevante o estudo que o lingüista apresenta sobre as variações de registro que se assentam em três tipos: graus de formalismo, de modo e de sintonia. Travaglia propõe graus de formalismo, escalonados para mais ou para menos, que levem em conta o cuidado com o uso dos fatos da língua, assim como a variedade de recursos empregados na construção de enunciados. Quanto à variação de modo, explicita a modalidade escrita e a modalidade oral. Cada um desses modos de produção comporta um conjunto próprio de graus de formalismo.

Reproduz-se aqui o quadro de escalonamento dos graus de formalismo, considerando as modalidades falada e escrita da língua, proposto pelo lingüista por ser importante para outras etapas desenvolvidas nesta tese:

Língua falada	Língua escrita
oratório	hiperformal
formal (planejado)	formal
coloquial	semiformal
coloquial distenso	informal
familiar (ou íntimo)	pessoal

(Travaglia:2000, p.54)

Na dimensão de registro ou sintonia, a variação irá ocorrer toda vez que o falante se preocupar em ajustar sua fala às condições de seu ouvinte, levando em conta o *status*, a tecnicidade, a cortesia e a norma. O *status*, de modo geral, está relacionado à variante de grau de formalismo. A tecnicidade leva em conta o grau de

informação que o ouvinte tem sobre o assunto tratado pelo falante. A variação de cortesia está ligada ao grau de polidez maior ou menor, de acordo com os participantes da interlocução, oscilando entre um alto grau de formalismo até as expressões desonrosas ou de baixo calão e as formas de atenuação como o eufemismo. A variação na dimensão da norma se adapta à expectativa do interlocutor, ou seja, o locutor “falará a língua da assistência”.

Do que foi visto, conclui-se que não é possível falar em variação lingüística sem se considerarem as circunstâncias geográficas, sociais e culturais em que o falante está imerso. Também não é possível abandonar alguns itens da interação através da palavra: adequação ao ouvinte, ao assunto, enfim à situação de uso. A necessidade de comunicação, de interação pela linguagem, impõe ao falante o exercício de várias técnicas enunciativas para que, efetivamente, ele seja um participante ativo dentro de seu grupo social e fora dele. No texto de Travaglia, em diversas oportunidades o léxico foi apontado como marca significativa no estabelecimento das diferentes variedades.

No universo ficcional de *O feitiço da ilha do Pavão* há um trabalho minucioso do escritor quando procura manter a identidade de cada uma das personagens. A variedade lingüística é um recurso que confere identidade a um grupo social. Num trabalho elaborado quanto à fonética, à sintaxe e, principalmente ao léxico, melhor dizendo ao vocabulário empregado, João Ubaldo Ribeiro nos oferece oportunidade singular para observar as considerações feitas aqui com relação aos fenômenos de variabilidade lingüística, tanto na perspectiva da interação intergrupar como na da relação intrapessoal. Os grupos que povoam a ilha, ainda que isolados geograficamente do restante do mundo, têm convívio intenso, mas estão longe de serem homogêneos lingüisticamente. Mais ainda, as variantes de registro também estão presentes e são elas muitas vezes que constroem o discurso do humor presente no romance.

3. FUNDEANDO AS ÁGUAS PLÁCIDAS DA CALHETA... A LÍNGUA LITERÁRIA

Por ser o *corpus* dessa tese um romance de ficção, pensamos ser adequado falar um pouco sobre a questão da existência ou não de uma língua literária, considerando-a como uma das possibilidades de variante diafásica.

As sementes de uma literatura caracteristicamente brasileira, levadas pelos ventos nacionalistas do Romantismo, fecundaram no solo da inquietação modernista e ali germinaram, dando-nos uma paisagem literária bastante variada, cujos frutos saborosos apreciamos na literatura brasileira contemporânea.

Uma definição oficial, acadêmica, do que seja língua literária ainda é tema que ocupa os estudiosos. Se persiste a polêmica, é porque ainda há espaço para alguma reflexão sobre o assunto. Não seria o caso, por exemplo, de serem levadas em consideração as condições de uso, ou melhor dizendo, as circunstâncias em que a língua se realiza a partir de uma série de condicionantes necessariamente impostas ao escritor, em face do projeto elaborado, pelo menos inicialmente, de uma obra que se candidata ao *status* de obra literária? O fato de ser uma produção na modalidade escrita não o sobrecarregaria de certos cuidados com técnicas e artifícios adequados para trabalhar com variantes necessárias dessa mesma língua quando pretendesse, principalmente, diminuir a distância entre a língua escrita e a língua falada num trabalho de monitoração estilística? Ainda mais uma ponderação: este autor, certamente, é alguém que convive com textos de qualidade reconhecida, conhece e admira as produções clássicas da literatura, e até as tem como modelos, mantendo contato permanente com o padrão culto (ou cultuado) da língua. A consequência dessa relação tão íntima não seria a internalização cada vez mais forte desse padrão, numa atitude de reverência à tradição da língua portuguesa que, fatalmente, iremos encontrar refletida, em algum momento, nos seus escritos?

A investigação do assunto na obra do escritor João Ubaldo Ribeiro preenche satisfatoriamente as indagações acima. Tanto em *Viva o povo brasileiro* (1984), quanto

em *Vila Real* (1979), ou mesmo no livro infanto-juvenil intitulado *A vingança de Charles Tiburone* (1990) ou em *O feitiço da ilha do Pavão* (1997), ao qual dedica-se especial atenção nesta tese, e nos demais livros que já escreveu, as vozes das personagens revelam o modo como o escritor observa intensamente a vida e, mais ainda, o domínio que demonstra ter da linguagem usada, artesanalmente cuidada e colocada em cada ato de fala dos seus personagens e do narrador *a ponto de se permitir, além da invenção de specular idéias, a revitalização de palavras. Com rara capacidade inventiva conduz sua pena inquieta por espaços múltiplos e diversificados, do chão da realidade ao magicismo do livre imaginário*, avalia Domício Proença Filho (2004, p.168).

Quando assistimos a entrevistas ou palestras de autores contemporâneos, inclua-se aqui João Ubaldo Ribeiro, e a eles é perguntado algo sobre o fazer literário, a linguagem que empregam, por que este ou aquele uso, as respostas mais freqüentes costumam ser “não sei explicar” ou “quando vejo, já escrevi” ou ainda, como respondeu João Ubaldo, na entrevista concedida à equipe da publicação *Cadernos de Literatura Brasileira* (1999, p.47): *Então vou escrevendo e, realmente, eu não sei onde vou chegar, o que é que eu quero. Eu não tenho método a defender, entendeu? Aparece um livro e eu escrevo. O que vai acontecer, eu não sei.*

Assim, não deve causar estranheza identificar, na obra literária, mesmo as mais aparentemente despojadas da preocupação de abordar temas sérios, como ocorreu em *A casa dos budas ditosos* (1999), ou a preocupação de agradar a uma elite cultural, o uso de uma língua de altíssima qualidade, torneios retóricos tradicionais, vocabulário rebuscado. Ainda que exista o enraizamento da língua culta, esse mesmo escritor é alguém que anda pelas ruas, ouve o que falam as pessoas comuns, conversa informalmente com os amigos, com os comerciantes locais, vizinhos. Todos se entendem, empregando outras possibilidades de realização da mesma língua, que subsidiou a construção do padrão culto literário de que falamos anteriormente, e que também são vistas, reconstituídas ainda que artificialmente, nas falas de muitas personagens habitantes do mundo ficcional. Do romancista Ubaldo Ribeiro é esta declaração feita no *Caderno Literário* (1999, p.49) : *presto muita atenção na fala dos cariocas para quando escrever em carioquês para não errar a mão. Carioca diz “Dá um cafezinho pra mim”. Na Bahia se diz “Me dê”. Aqui soa autoritário.*

Os cariocas falam: "A Fulana, o Beltrano". Isso é um tapa no ouvido do nordestino. No Nordeste todo mundo fala direto "Fulana, Beltrano", sem usar o artigo. E, esclarecedoramente, conclui: Quando vou para Itaparica, entro na língua de lá, "como" todas as proparoxítonas. Falo padre Ciço, não padre Cícero - Cícero é só para gente culta. A consciência lingüística do escritor, em toda a sua extensão, é demonstrada nessa passagem. Quando há necessidade, recorre ao padrão culto da língua. Quando a intenção é dar a cor local, usa a variante adequada, do que é possível deduzir que, em obras clássicas, também pode ocorrer a penetração, sorradeira ou não, da informalidade, do coloquial, da variante popular como já acontecia nas obras clássicas da Antigüidade.

Essa constatação está longe de ser um "ovo de Colombo". Nos estudos sobre o latim vulgar, uma das fontes de pesquisa era, exatamente, a obra dos escritores clássicos, como nos esclarece Silvio Elia (1979, p.29): *Nos próprios autores literários por vezes se encontram elementos que nos levam ao latim vulgar praticado ou em conseqüência de certas personagens.* E acrescenta que a natureza do gênero textual praticado também motivaria a inserção do *sermo vulgaris* como ocorre em Cícero, em Horácio, nas comédias de Plauto e na prosa de Petrônio, na narrativa intitulada *Satiricon*. Nenhuma excentricidade, portanto, no fato de nem só do uso canônico da língua portuguesa sustentar-se a literatura brasileira contemporânea. De tradições e transgressões, segue ela a construir sua unidade sobre os alicerces seguros da sólida estrutura que a tradição idiomática deixa ao dispor, autorizando as diversas possibilidades de materialização dos discursos que se desviam em nome da expressividade tão necessária à construção do universo da literatura.

Falar-se em modos e usos da língua para fins literários pode soar como artificialismo porque resultam de um ato de escolha deliberada do autor na busca da melhor maneira do dizer, do descrever, do narrar o que vê, o que sente ou imagina na pretensão de criar um mundo real dentro da ficção. De fato, não deixa de ser um artificialismo, mas um artificialismo expressivo, provocador de halos especiais de criatividade em torno daquilo que seria natural.

Tais reflexões iniciais, a nosso ver, facilitam ao artista da palavra construir um texto em que a língua como diassistema prova a sua constante revitalização, a partir

de cada uma das possibilidades de realização, condicionadas por uma série de fatores que, em verdade, transformam a língua em discurso, entendendo-se discurso como *necessariamente um acontecimento protagonizado por um enunciador e um ou mais destinatários numa situação que inclui o momento histórico e o contexto*, segundo Azeredo (2000, p.34-5).

No caso da obra literária, temos uma das possíveis ocorrências de um discurso planejado, em que *o enunciador tem a palavra e dela dispõe controlando o desenvolvimento do seu texto segundo sua vontade*, (2000, p.35), embora, tal como ocorre na descrição do fazer literário, digam alguns escritores que as personagens de seus romances, por exemplo, determinam os seus próprios destinos, afastando-se muitas vezes do projeto inicial da obra.

Rajagopalan (2003, p.117) defende que a obra de ficção, para ser entendida, não dispensará a noção de “fingimento”; ou seja, o autor de uma obra de ficção finge, voluntariamente, quando está executando os atos de fala que compõem a obra. Lembrando Searle, o lingüista complementa: *a possibilidade de fingimento se deve à existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam atos ilocucionários e o mundo*, ou seja, o escritor finge que relata um determinado ato real discursivo e o leitor entra no universo do fingimento. Para que este contrato “fingidor” se concretize, a narrativa de histórias se transforma num jogo de linguagem especial de que participam o escritor e o leitor.

Nas palavras de Silvio Elia (1975, p.32), o movimento romântico no Brasil teve grande repercussão: *trouxe-nos a independência literária, criou valores permanentes em nossa modesta, mas já ilustre galeria de homens de letras, permitiu uma adequação mais sincera entre a língua escrita e a língua falada* (grifo nosso). Dali partiram as sementes que fecundaram no solo modernista, fato literário do qual Lúcia Miguel Pereira⁹ faz a seguinte interpretação:

À história literária pertence já como escola, que ninguém mais escreve como em 1922; os seus imperativos formais estão arquivados, catalogados para uso dos estudiosos. Mas a sua influência subsiste, as suas experiências se incorporaram a outras, que as continuam. Foi assimilado porque encerrava de fato princípios substanciais, porque constituiu revolução completa, e não simples revolta, muito

⁹ PEREIRA, L. M. *Tendências e repercussões literárias do Modernismo* (in Cultura, Rio de Janeiro, MEC), Ano III, nº5, 1952. p.180-1 apud Afrânio Coutinho. 1986, p.40

menos uma imposição acadêmica de preceitos literários.[...] .O seu espírito, justamente por ser livre, portanto elástico, não se deteve na libertinagem, antes, canalizou-se para a busca de padrões culturais mais consentâneos com o nosso feitio.Oriundo de estéticas estrangeiras, logo se nacionalizou; navegador em seu ímpeto inicial, depressa tornou-se afirmativo; dogmático em suas fórmulas inaugurais, não tardou a adquirir a maleabilidade indispensável à ação; ávido de novidades na sua origem, acercou-se da tradição mais vívida do nosso passado; intelectualmente aristocrata em sua instalação, rapidamente se humanizou[...]
(1958, p.180-1)

Uma estética emancipadora se consolida na literatura a partir da Semana de Arte Moderna de 22. A língua literária conserva-se, obedece à índole do português brasileiro, mas afasta-se dos preceitos normativos “oficiais” e aproxima-se da modalidade culta da língua padrão urbana. Dessa forma, à literatura impõe-se o duplo papel de manter a tradição da língua e de sancionar as inovações já incorporadas à linguagem cotidiana.

As breves anotações que fizemos sobre os dois movimentos literários mais importantes para a compreensão de uma verdadeira literatura brasileira servem para subsidiar algumas observações de ordem prática que desenvolveremos a seguir.

Selecionamos dois fragmentos de textos literários consagrados. O primeiro é do poema *Y-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias, composto em 1851, peça literária reconhecida como monumento representante do indianismo no movimento romântico no Brasil. O segundo, buscado no romance *Feitiço da ilha do Pavão*, de João Ubaldo Ribeiro.

*1-Tu choraste em presença da morte?
Na presença de estranhos choraste?
Não descende o covarde do forte;
Pois choraste, meu filho não és!
Possas tu, descendente maldito
De uma tribo de nobres guerreiros,
Implorando cruéis forasteiros,
Seres presa de vis Aimorés.*

*"Um amigo não tenhas piedoso
Que o teu corpo na terra embalsame,
Pondo em vaso d'argila cuidadoso
Arco e frecha e tacape a teus pés!
Sê maldito, e sozinho na terra;
Pois que a tanta vileza chegaste,
Que em presença da morte choraste,*

Tu, cobarde, meu filho não és.
(Y-JUCA-PIRAMA. Gonçalves Dias. Poesia completa. 1959)

2- Cadê tendente? Cadê Dão Filipe de Meulo Furutado? Cadê condenado pecador, tendente estrumo?. UÁ! UÁ! Índio mata, índio dá carne de branco postadinha pra guará, pra raposa, pra tatu, pra aribu, pra siri e pra mecê atecuri, na terra, no vento e na maré! Índio pega toda gente e mata a dentada arrum-arrum, creque-creque, ramo-ramo, racha cabeça, bebe sangue na coité, tuque-tuque ! Curuí-curuê, é com vossimececeê.(FIP, p.36)

Considerando que os dois discursos apontados pertencem a figuras da mesma etnia e cada um a seu modo representa o índio na formação da identidade brasileira, comparemos as formações discursivas.

Nos dois fragmentos está presente a imagem do índio que não se abate diante do medo ou diante do poder opressor. No entanto, este traço comum se faz representar por discursos bastante diversos, uma vez que as estéticas que os orientam também são diferentes. A estética romântica de Gonçalves Dias vê o índio como exótico e pitoresco, à moda européia presente no movimento romântico. É um poema com características épicas: ritmo próprio, perfeita utilização dos vários recursos de métrica, musicalidade e ritmo, além do herói idealizado. Quanto à construção do discurso poético, encontramos uma língua exuberante, clássica, bastante ligada à influência do português europeu. Um respeito ao cânone gramatical, denotado pelo uso da 2ª pessoa do singular, no imperativo; pela inversão dos elementos frasais, que soam artificiais considerando tratar-se da fala ameríndia em discurso direto. À leitura do poema, dir-se-ia que, àquela altura da História, os índios do Brasil já dominavam o mais escorreito português. Com relação ao léxico, de elemento não lusitano, poucos são os termos que aparecem em todo o poema (**taba, maracás, enduape, cauim, muçurana, embira, manitôs Tupã, tapuias, iverapeme**). As demais palavras pertencem ao repertório do português culto da época, o que permitiria uma leitura de valorização mítica dos primeiros habitantes do Brasil.

Já no segundo fragmento, vêem-se manifestações lingüísticas que marcam uma ampla atitude transgressora mais aceita na literatura contemporânea não em

relação ao caráter do selvagem brasileiro em si, mas na apresentação exagerada, caricatural do que seria o falar indígena em processo de transculturação natural, resultante do contato de dois estratos tão diferentes: a língua do branco europeu e a língua do indígena brasileiro. É fácil observar que o romancista exacerba esse “esforço” de aquisição e ao mesmo tempo de nivelamento com a língua do dominador representante do poder instituído, usando recursos que, à época de Gonçalves Dias, não seriam aceitos no exercício de uma língua literária, mas que, graças ao movimento modernista, tornaram-se viáveis dentro da literatura. A luta para romper com os padrões vigentes e abrir novos caminhos liberava outras possibilidades para a produção literária nacional.

As estratégias de construção do discurso de Tantanhengá apelam para as transgressões, para os desvios de um padrão de língua formal, mas com o aval da própria história da língua; ou seja, os recursos empregados na construção dos “estranhos vocábulos” já foram exaustivamente estudados pelas gramáticas históricas e normativas da língua portuguesa quer na perspectiva sincrônica, quer na perspectiva diacrônica. Ao dar voz à personagem, o discurso de Tantanhengá vem crivado de fenômenos fonéticos recorrentes na fala comum, que chegam até o leitor pelas alterações gráficas no significante das palavras, na tentativa de reproduzir “fielmente” o modo de a personagem materializar a língua, como as ocorrências de assimilação regressiva em **Filipe** por **Felipe**; epêntese em **Meulo** por **Melo**, ou em **Furutado** por **Furtado**; aférese em **tendente** por **intendente**; síncope em **pra** por **para**. Quanto à palavra **aribu** (a memória afirma já ter ouvido a palavra urubu ser pronunciada como aparece no texto), nos dicionários consultados não aparece nenhuma referência à pronúncia eleita pelo escritor. Fecha-se, então, o circuito de um discurso eivado de humor, desconstrutor por excelência da autoridade instituída do intendente Felipe de Melo Furtado (ele será comida de aribu e não de urubu) ao mesmo tempo que a caricatura da fala da personagem indígena distancia-a de sua língua primeira (urubu é vocábulo tupinambá) e a exclui do domínio completo da língua do dominador.

No plano da morfologia, aparece o interrogativo **cadê**, construção do português do Brasil. Segundo Fernandes¹⁰ (2000, p.110), há outras variantes de uso desse interrogativo resultantes da contração de toda uma frase que é feito de ou da locução prepositiva “que é de”: “quede” e “quedê”.

Dos processos de formação de palavras, destacam-se a composição e a derivação sufixal. Para este caso, temos o uso da forma diminutiva, do adjetivo **postadinha**, com fins intensificadores. Quanto à composição, as onomatopéias que ocorrem são relevantes para completar a cena de canibalismo ali sugerida. O escritor sente necessidade de imitar objetivamente e jogar com a impressão que possam causar no leitor a partir do efeito sonoro das formas **arrum-arrum, creque-creque, ramo-ramo, tuque-tuque**, todas neológicas e ligadas semanticamente à sensação auditiva das diferentes etapas do ato de comer ou beber, como se não fossem suficientes as formas “matar a dentadas” ou “beber o sangue”.

No plano lexical, a legitimação da cultura indígena se confirma pela seleção vocabular, principalmente em relação aos substantivos utilizados na nomeação dos animais, todos de origem Tupi: **guará** (garça), **siri, tatu**; na nomeação de objetos como **coité**.¹¹ Destoa nessa relação a palavra **raposa**, cujo correspondente em tupi é **gambá**. O escritor, no entanto, preferiu o primeiro termo que, segundo o Dicionário Houaiss¹² (2001), tem origem controversa, datação do século XIII e nomeia um animal característico do Hemisfério Norte. Traço da cultura européia intencionalmente apresentado? Deslize do escritor? Parece-nos que vai interessar ao plano da obra dar pistas de que o índio, habitante da ilha do Pavão, já internalizou unidades do léxico do dominador europeu.

No texto aparecem duas formas do mesmo pronome de tratamento: **mecê** e **vossimecê**. A primeira é um brasileirismo informal oriundo da evolução do pronome de tratamento vossa mercê, conforme registrado por Amadeu Amaral, em seu *Dialeto Caipira*, do qual transcrevemos:

¹⁰ FERNANDES, J. A. *Dicionário de formas e construções opcionais da língua portuguesa*. Fortaleza:EUFC, 2000

¹¹ Com relação aos vocábulos **curuí-curuê** e **atecuri**, que supusemos ser termo doTupi, não encontramos no Vocabulário Tupi-Guarani Português de Francisco Silveira Bueno (1981) nenhuma referência quer fosse da forma composta, quer das palavras isoladamente, o que nos faz pensar que o escritor criou, na verdade, uma camada sonora que desse ritmo à fala que termina com vossimecê, produzindo uma espécie de eco. Ou, quem sabe, apenas uma brincadeira com as palavras para divertir o leitor. São hipóteses de leitura, apenas.

¹² A partir de agora usaremos a sigla DH para referência ao Dicionário Houaiss.

MECÊ, pron. de tratamento da 3ª pess. II De vossa mercê, que deu toda uma série de formas, nem sempre usadas, indiferentemente, umas pelas outras: vossuncê, vansuncê, vamicê, vancê, vacê, ocê ,mecê. [...].

(1976, p.153)

Amaral (1976, p.153) comenta que a forma **mecê** era *mais usada pelos pretos que por outra qualquer gente*. No texto de Ubaldo, também o índio usa esta forma, marcando mais a característica do uso da forma popular como marca de oralidade, que a questão étnica. Nos dicionários que nos servem de *corpora* de exclusão, são registradas ainda outras formações ao longo da evolução desse pronome de tratamento: "vossancê" (1665), "vossê" (1721), mas não há referência à forma "mecê" empregada no texto.

Quanto ao plano da sintaxe, mantém-se no geral a tradição do português de Portugal à exceção de uma construção frasal na ordem direta, curta, traços de oralidade levados ao texto literário.

Voltando ao índio idealizado de Gonçalves Dias, observamos que ele é dono do seu discurso, pela presença da primeira pessoa, denotando o apagamento do pronome de primeira pessoa, uso indicado por algumas gramáticas normativas por já trazer o verbo a marca desinencial de pessoa. Quanto à discursividade de Tantanhangá, o sujeito se apresenta em 3ª pessoa, pelo emprego da palavra *índio*, trazendo ao discurso não o individual, mas a coletividade indígena. Do índio, ainda não fora reconhecida sua identidade. Como uma criança aprendendo a falar, não reconhece ou emprega o sujeito pronominal de 1ª pessoa do singular em sua fala.

Para provocar uma reflexão, em *O Guarani*, de José de Alencar, o herói Peri, quando lhe é dada voz, refere a si por seu nome. Embora o discurso permaneça em 3ª pessoa, ele se individualiza:

_ Assim, disse Álvaro sorrindo, tu só me amas porque pensas em que Cecília me quer? Disse o moço.

_ Peri só ama o que a senhora ama porque só ama a senhora neste mundo: porque ela deixou sua mãe, seus irmãos e a terra onde nasceu.

_ Mas se Cecília não me quisesse como julgas?

_ Peri faria o mesmo que o dia e a noite: passaria sem te ver.

(ALENCAR, José. O Guarani. s/d. p.157)

As formações discursivas obedecem ao mesmo padrão do uso culto da língua tanto na fala de Peri quanto na de Álvaro, inclusive com o emprego impecável da segunda pessoa do singular na interlocução das personagens.

3.1 Do popular ao culto. Ou vice-versa

Detendo-nos a partir de agora mais especificamente no romance contemporâneo de ficção e dedicando especial atenção à obra do romancista João Ubaldo Ribeiro, vemos ser possível responder a algumas indagações do início deste capítulo.

Não só em relação ao índio e a seu modo de falar, sobre o qual fizemos algumas considerações anteriormente, mas também em relação à participação negra e branca na trama do romance, vai o escritor passando da variante mais popular, permeada de marcas de oralidade, à mais rebuscada, culta, chegando muitas vezes à erudição, ao sabor das suas (más ou boas) intenções discursivas, como confirma Proença Filho:

Senhor de um amplo e raro vocabulário, adquirido a partir de rica leitura que marca sua formação, o escritor conhece, como poucos, o idioma de que nos valemos. Navega com mão segura, nas águas de todos os registros: o formal, o ultraformal, o informal e tira partido das variantes regionais e arranjos da língua. E funda sentido.
(2004, p.168)

Para que verifiquemos esse jogo de variações e intenções, faz-se necessário selecionar alguns excertos do romance. O primeiro reproduz o diálogo entre as personagens Capitão Cavallo, ou o “lendário capitão Baltazar Nuno Feitosa” (FIP, p.16) português, filho de pais muito ricos, conhecedor da filosofia natural do oriente, benfeitor da ilha e Sansona, negra liberta que cuidava da casa de Capitão Cavallo , o Sossego Manso:

A) “Capitão Cavallo[...] mandou chamar Sansona que, apesar de já entrada em anos, parecia bem menos

velha do que era, cara lisa, peitarrama pesada mas dura, a disposição de sempre[...].

_ Tou assim porque tava na casa de farinha[...]. mas ioiô mandou dizer que tava com pressa e aí eu nem lavei a mão.

_ Não tem importância, porque tu vais te sujar ainda mais. Quero dar uma festa para toda a gente, festa grande mesmo, três dias[...].

_ Nega nova, nhozinho? Ih...

_ Não é o que estás a pensar, eu devo um favor a ela, um grandíssimo favor.” (FIP, p.16)

No segundo fragmento, o ficcionista dá voz a D. Afonso Jorge II que, apesar do nome pomposo europeu, é o mani banto, o chefe do quilombo existente na ilha. Nesta passagem do romance, mani banto fala à negra Crescência:

B) “_Não és cativa, és? - indagou finalmente soltando a mão dela_ Não podes ser.

_ Nasci cativa na Casa dos Degraus, de Capitão Cavallo, mas agora não tem mais cativos, pelo menos como diz que tem em outras partes. Mas continuo da casa.

[...]

_ Aqui neste reino há cativos, sempre haverá cativo. Enquanto o mundo for mundo, haverá cativos, pois sempre existirão os que nasceram para isso e os que nasceram para mandar, esta é a voz verdadeira dos grandes filósofos e voz verdadeira da vida. Mas dizer que nasceste cativa quase se iguala a uma blasfêmia! Não nasceste cativa, ninguém ignora que congolense algum nasceu cativo.” (FIP, p.126)

A jovem negra Crescência conversa, na Casa dos Degraus, com a velha negra Clementina:

(C) “_ Donde que se vai assim? Vai fazer compra no olival, é?

_ Possa ser pra mecês, mas pra mim não tem nada que me dê vontade naquele ladrão. Não senhora, eu vou passear na vila.

_ Tu vai passear na vila nada, tu vai de novo na furna da Degredada, tu não sabe no que tá se metendo, esse saco, aí, é das mandingas dela, não é não?Eu

não quero nem saber de tuas feitiçarias, não vem nem me contar.

_ E eu tou querendo contar nada? Ai, meu Deus, xoí,xoí,xoí, que o tempo não espera por ninguém. Dai licença, dai-me licença.” (FIP, p.24)

Na representação discursiva da outra etnia importante na formação da identidade brasileira, a negra, as falas de cada personagem trazem em sua materialidade não só marcas lingüísticas especiais, mas também ideologias manifestadas em cada discurso.

No plano formal da língua, as marcas de oralidade encontradas em **(A)** e **(C)** são flagrantes nas vozes da negra Sansona, Crescência e Clementina, como se enumeram a seguir:

- ▶ uso de **tava** por **estava**, **tou** por **estou**, **tá** por **está**
- ▶ as formas de tratamento afetivo de senhor; **ioiô** e **nhozinho**;
- ▶ presença de frases nominais e na ordem direta;
- ▶ interjeição **Ih**, seguida de reticências, indicando incompletude da fala;
- ▶ presença dos advérbios dêiticos **aí**, **aqui** ;
- ▶ a compactação da frase “deixa eu ir” na forma **xoí**;
- ▶ ausência de concordância rigorosa (verbo na 3ª pessoa e sujeito na 2ª pessoa)
- ▶ dupla negativa em **não é não?**

No fragmento **(B)** destacamos a sutileza do escritor ao estabelecer o distanciamento social das duas personagens, ambas de etnia negra congolense, pelo emprego do verbo “ter” em lugar de “haver” na fala de Crescência, e do verbo “haver” na fala do rei do quilombo. Este é um dos usos mais típicos do Modernismo Brasileiro. Trata-se de um brasileirismo, empregado tanto na linguagem popular quanto na culta. Apresentamos a seguir alguns traços do uso formal da língua no discurso de mani banto:

- ▶ ausência de marcas de oralidade;
- ▶ seleção vocabular cuidada, uso de palavras ou expressões de pouca frequência no discurso informal ou coloquial
- ▶ emprego da 2ª pessoa, estabelecendo o afastamento entre o rei do quilombo e a interlocutora,
- ▶ uso retórico das interrogações;
- ▶ anteposição dos adjetivos aos substantivos;
- ▶ emprego do verbo haver impessoal.

O hiperformalismo apresenta-se no memorial elaborado por Moniz Andrade, o mestre-escola, pertencente à classe dominante da ilha:

“Ai, América Portuguesa, sol do novo mundo, gema celsa da Coroa, torrão de cabedal inexaurível, a que ponto chegaste, nesta sesmaria deslembrada, em que seus princípios e ordenação se envilecem, sua gente se mesticiza e se deprava, sua autoridade não se reconhece, seus camaristas e homens bons se desprestigiam e seu elemento servil se há como Livre? Ter-se-á ao menos lenitivo para tantas aflições, poder-se-á ao menos esperar algum governo em tanto desgoverno, algu’a mão segura a guiar os destinos da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão?”(FIP, p.141)

Em texto altamente elaborado, o vocabulário de seleta erudição encorpa a retórica do memorial. Ainda que mais pomposo que o discurso do rei do quilombo, fica claro que será principalmente pela materialização de enunciados baseados em um profundo saber lingüístico que o escritor buscará estabelecer as relações de poder entre os habitantes da ilha. Explicitemos aqui mais alguns traços da variante culta explorada por Ubaldo:

- ▶ emprego da mesóclise: **ter-se-á, poder-se-á**
- ▶ metáforas : **sol do novo mundo, gema celsa da coroa, torrão de cabedal inexaurível;**

- ▶ adjetivação abundante
- ▶ jogo antitético a partir do emprego de prefixos como em **governo / desgoverno** ou de termos com idéias em oposição **servil / livre; lenitivo / aflições**.

Aqui lembraríamos que na fala do Capitão Cavalo (fragmento **A**), verifica-se o emprego de uma construção típica do português lusitano quanto à perífrase verbal auxiliar + preposição + infinitivo: **estás a pensar**.

Certamente, não foi apresentada aqui toda a pluralidade de usos ou modos discursivos utilizadas por João Ubaldo Ribeiro neste romance, como por exemplo o discurso religioso ou o discurso administrativo.

Explorar a língua portuguesa quer no plano do material lingüístico já de uso comum, quer em sua virtualidade, mas sempre tendo a observação dos efeitos que tais usos provocam na expressão por meio da palavra escrita, é a preocupação do romancista. Registramos aqui a demonstração de que o uso literário da língua está preso ao compromisso do escritor em conhecer profundamente a língua portuguesa, seu instrumento de trabalho e, com versatilidade e talento, deixar gravado em sua obra o respeito aos mais diversificados usos da língua do povo, incluindo-se aqui também e principalmente o padrão culto da língua, sempre presente de maneira clara no discurso do narrador ou de maneira sutil na fala popular pela qual se dá a transgressão da variante culta, representando a fala brasileira na literatura. Um texto literário de excelente qualidade: questão de peso e de medida.

Com um trecho narrativo lapidado pelo cinzel da poesia que nosso escritor tão bem utiliza para criar seu texto quando assim se faz necessário, encerramos esse capítulo no qual tratamos do discurso literário de João Ubaldo Ribeiro, transcrevendo o início-fim do romance em análise:

“De noite, se os ventos invernais estão açulando as ondas, as estrelas se extinguem, a lua deixa de existir e o horizonte se encafua para sempre no ventre do negrume, as escarpas da ilha do Pavão por vezes assomam à proa das embarcações como uma

aparição formidável da qual não se conhece navegante que não haja fugido, dela passando a abrigar a mais acovardada das memórias. Logo que deparadas essas falésias abrem redemoinhos por seus entrefolhos a que nada é capaz de resistir. Mas, antes, lá no alto, um pavão colossal acende a sua cauda em cores indizíveis e acredita-se que é imperioso sair dali enquanto ele chameja, porque depois de ela se apagar e transformar-se num ponto negro tão espesso que nem mesmo em torno se vê coisa alguma, já não haverá como. Ninguém fala nesse pavão ruante e, na verdade, não se fala na ilha do Pavão. Jamais se escutou alguém dizer ter ouvido falar na ilha do Pavão, muito menos dizer que a viu, pois quem a viu não fala nela e quem ouve falar nela não a menciona a ninguém. O forasteiro que perguntar por ela receberá como resposta um sorriso e um menear de cabeça reservado às perguntas insensatas”.(FIP, p. 323)

4. PARA TUDO HÁ UMA HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS

Muitos séculos foram necessários desde que os romanos se estabeleceram na Península Ibérica para que o português fosse instituído como língua oficial do Condado Portucalense, no século XII. Já nesse período a língua que se falava na região atendia a diversas necessidades comunicativas da população, bem como apresentava fixação pela modalidade escrita, com um sistema ortográfico organizado, na qual léxico e sintaxe puderam enriquecer-se e estabilizar-se. Graças a esse conjunto de fatores, pôde a língua portuguesa ser alçada à condição de língua nacional. Até alcançar esse *status*, várias culturas marcaram seu acervo principalmente no estrato mais susceptível a tal tipo de influência, o léxico, pois cada cultura, cada povo reflete nas palavras sua maneira de enxergar o mundo.

Na convivência entre os povos dominados, habitantes da Lusitânia, e os representantes da Roma dominadora, os falares locais misturam-se ao latim trazido pelos soldados e funcionários da administração romana, tornando-se a base da língua portuguesa. A longa permanência dos romanos na região, a adoção do latim como língua oficial ensinada nas escolas, por exemplo, sustentam a romanização do território. De toda essa interação, resultou um falar que se afastava tanto dos falares locais quanto do próprio latim afetado pela distância de Roma e pela decadência do Império Romano, embora a língua falada no território lusitano mantivesse traços e marcas de ambos. Dessa mesclagem resultou mais tarde o romance lusitano falado na região, que deu origem à língua portuguesa.

Outros atores fazem parte da história desta língua. Os bárbaros, do século V até o século VII, ali estiveram, emprestando à língua muitos de seus elementos lexicais. Cabe acrescentar que, apesar de a presença dos bárbaros na região ter durado alguns séculos e ter contribuído para a derrocada de Roma como unidade política, isso não

determinou a extinção da influência latina na cultura dos povos europeus. Segundo Bizzocchi,

As instituições políticas, os fundamentos jurídicos, os cânones literário e artístico da Roma Antiga, bem como da língua latina, sobreviveram até a era moderna[...] Além de representarem (o grego e o latim) as línguas clássicas, principalmente o latim, foram durante muito tempo, consideradas as únicas línguas dignas da literatura, da poesia, da ciência, da filosofia, da religião, etc.
(1997, p.14)

O usuário comum, hoje, certamente não tem noção de quanta história carrega cada uma dessas unidades ao longo de todo esse tempo.

Também ali estiveram árabes com a pujança de seu desenvolvimento econômico – indústria, comércio, agricultura –, artístico, cultural e também religioso, do século VII até o século XIV, quando foram expulsos de Granada, deixando definitivamente a Península Ibérica. Justifica-se dessa forma a presença de quase mil termos de origem árabe no acervo lexical da língua portuguesa.

4.1 Novas terras, nova gente, novas palavras

Início do século XVI. Aporta na costa brasileira o conquistador português, que ali encontra uma população nativa, falante de uma língua completamente estranha a ele. Em Mattos e Silva lê-se:

O escrivão da frota de Cabral, na sua 'Carta', não poderia supor o que depois se cumpriu no correr do tempo. Explica Pero Vaz de Caminha ao rei por que ficaram em terra dois degredados, além de dois grumetes que fugiram da frota que seguiria para as Índias:
Mijhor e mujto mijhor enformaçom da terra deram dous homees destes degredados que aaqy leixassem do que eles dariam seos leuassem por seer gente que njnguem entende nem eles tam cedo aprenderiam a falar perao sabere tam bem dizer que mujto mijhor ho estoutros digam quando ca vossa alteza mandar.
(2004, p.14)

A comunicação entre o colonizador e a população ameríndia da nova terra era fator importante para consolidar a dominação do povo autóctone. A necessidade fez com que se desenvolvesse uma língua geral, o *abanheém*.

Para Francisco da Silveira Bueno (1983, p.11), o tupi gramaticalizado por José de Anchieta na *Arte de Gramática da língua mais falada na costa do Brasil* (1556) serviu para uniformizar o léxico racional dos vários dialetos falados pelas diferentes tribos que habitavam o litoral brasileiro com a finalidade de facilitar a atuação missionária na difusão da fé cristã. Depois de cerca de cem anos do descobrimento, não era mais o tupi, ao sul, ou o tupinambá, ao norte, a língua veiculada por comerciantes e funcionários da Coroa Portuguesa. A função de língua geral foi a resultante lingüística do processo social de miscigenação que marcou o período de colonização da nova terra. Em seus primórdios, ela foi praticada predominantemente por homens europeus que para cá vinham desacompanhados de mulheres e que entravam, então, em contacto com os indígenas significativamente mais numerosos e receptivos ao estabelecimento de alianças matrimoniais com os que chegavam. Daí, a rápida formação de populações mestiças nas quais os descendentes falavam a língua praticada pelas mães – a língua tupi - e não a dos pais. São dois os fatores arrolados como determinantes do enfraquecimento da cultura indígena nessas populações: a escravização e o aumento significativo do povo mameluco. A língua dos nativos já não servia mais, a essa altura, a uma sociedade indígena, mas a uma sociedade e a uma cultura mameluca que se aproximava, agora, da influência portuguesa. Tais fatores certamente provocaram modificações em vários aspectos da língua. Essa língua generalizada que circulava na população da região de São Vicente e arredores entre a segunda metade do século XVII e a metade inicial do século XVIII vai receber o nome de língua geral ou *abanheenga*.

O mesmo processo lingüístico ocorre mais tardiamente na região da Amazônia, praticamente nas mesmas condições em que ocorrera no sul, dando origem a outra língua geral, o *ie'engatu* (*nheengatu*).

Destaque-se que o *nheengatu*, apesar das muitas transformações sofridas, continua falado, especialmente na região da bacia do Rio Negro, como língua materna

da população cabocla, com o caráter de língua de comunicação entre índios e não-índios ou entre índios de diferentes línguas.

Sintetizando, vê-se que a língua geral nos séculos XVII e XVIII, que teve sua origem nas línguas indígenas faladas em S. Vicente (tupi) e na região da Amazônia (tupinambá), era utilizada pelas comunidades mamelucas resultantes da miscigenação entre mulheres indígenas e imigrantes europeus, e progressivamente “contaminada” pelo convívio com as línguas africanas trazidas pelos escravos e outros povos indígenas incorporados ao regime colonial na qualidade de escravos ou índios de missões.

Gilberto Freyre (1987) chama a atenção para o fato de que a situação de dependência do colonizador português em relação ao povo indígena na *terra brasilis* foi tal que aquele se viu na contingência de adaptar-se à vida indígena e não só à língua. A intensidade dos contatos, a vida social compartilhada, com índias servindo aos portugueses e com eles constituindo as primeiras células da família brasileira como mulheres parideiras de mestiços, e os índios acompanhando o colonizador em suas investidas pelo sertão foram fatores que favoreceram um intenso processo de transculturação no qual o colonizador incorpora traços culturais do colonizado e vice-versa. Freyre afirma que muitos topônimos de origem indígena encontrados no sertão brasileiro foram fruto de nomeação feita pelos próprios bandeirantes e entradistas, que aproveitavam os nomes indígenas na tarefa de registrar os novos lugares, novos acidentes geográficos que encontravam durante incursões interioranas em áreas não habitadas pelos ameríndios. Sampaio apud Biderman (2002, p.65)¹³ lembra que *as bandeiras quase só falavam o tupi. E se por toda parte onde penetravam, estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde se introduziria com o progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos.*

As línguas indígenas legaram significativa herança lexical sob a forma de topônimos, antropônimos, nomes de elementos da natureza - fauna e flora -, acidentes geográficos, etc. Cerca de dez mil palavras já foram encontradas no léxico da língua portuguesa em levantamentos feitos até 1983. Para Ismael de Lima Coutinho (1976,

¹³ SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*, 5. ed. Instituto Nacional do Livro. São Paulo: Editora Nacional,,1987. p.71

p.324), *a incorporação de muitos indigenismos à nossa língua foi tão perfeita que eles se tornaram produtivos servindo para a formação de compostos e derivados [...]*. Encontram-se também, embora mais raramente, sinais da influência tupi na nossa fraseologia como em ‘estar na pindaíba’, ‘chorar pitanga’.

A não adaptação do indígena às tarefas do trabalho escravo na agricultura e à falta de mão-de-obra que atendesse à demanda das atividades econômicas baseadas na agricultura trazem para o território brasileiro o negro africano escravo e com ele sua língua, sua cultura muito rica: dança, música, instrumentos, religião, alimentação, indumentária etc. Mais uma vez a língua portuguesa será afetada pelas contribuições que essa cultura lingüística lhe acrescenta.

Os negros escravizados tinham origens diferentes, pois eram capturados em diversas regiões do continente africano como Sudão Ocidental e Guiné. Por isso, ao chegarem às terras brasileiras foram forçados a “criar” ou adaptar-se a uma língua comum que lhes facilitasse a comunicação com os próprios irmãos africanos pertencentes a outras tribos e, por isso, usuários de línguas distintas e a aprender, pela oralidade, a língua do colonizador, o português. Neste ponto faz-se o registro de que muitos negros africanos já chegavam ao Brasil dominando um português deturpado, fruto do contato mantido nas atividades comerciais entre África e Portugal. Eram conhecidos como negros ladinos, modelo para outros negros, os boçais, que com eles aprendiam esse arremedo de língua, falando-a mais deturpadamente ainda. Segundo Emílio Bonvini e Margarida Petter apud Mattos e Silva, (2004, p.96-97)¹⁴, estima-se entre 200 e 300 o número de línguas africanas que chegaram com o tráfico de escravos ao Brasil e se repartiram em duas grandes áreas de proveniência: a área oeste-africana e a área banto, sendo consensual entre os estudiosos o predomínio da língua deste grupo por apresentar maior integração morfológica e estar presente em numerosos campos lexicais.

Os escravos dividiram-se entre o trabalho no eito e as tarefas da casa-grande. Coutinho (1976, p.320) afirma que *as mulheres, então, se revelaram excelentes auxiliares nos serviços de casa, desempenhando com paciência e dedicação o papel de amas.*

¹⁴ BONVINI, E e PETTER, M. *Portugais du Brésil et langues africaines*. In *Langages (L'hyperlangue brésilienne)*, 1998, p.68-9

Muitos filhos de escravos foram criados nas casas-grandes, junto com os filhos dos senhores de engenho. Outros tantos eram filhos destes senhores com escravas negras. Derivam do contato íntimo ou familiar entre a casa-grande e a senzala itens lexicais carregados de afetividade como **sinhô**, **sinhá**, **neném**, **babá**, **bambanho**, etc. Assim como a língua indígena, a herança lingüística africana está presente no léxico da língua portuguesa na designação de elementos da culinária, dos nomes de instrumentos musicais e dos orixás dos ritos religiosos, em peças de vestuário, nos topônimos etc. Ainda deixaram uma pequena contribuição no campo da fraseologia, como **estar de calundu**.

Como se vê, tanto a presença do negro quanto a do índio geraram uma situação de bilingüismo em Pindorama. O aumento significativo da população mestiça em relação ao colonizador português levava incômodo à Coroa, que se sentia ameaçada pela possibilidade de a língua geral se tornar a continuadora do português europeu no Brasil. E assim, na colônia, a língua portuguesa, pela força da metrópole, pelo prestígio desta como representante de uma civilização mais adiantada que a dos índios e negros, é elevada ao *status* de língua oficial do Brasil e a que seria ensinada nas escolas.

O multilingüismo (de uma terra multicultural) que caracterizou o período entre o século XVI e o século XVIII é abafado pelas leis pombalinas. De alguma forma buscou-se obliterar as vozes que durante dois séculos cumpriram a tarefa de amoldar a língua portuguesa transplantada ao tom do vernáculo, sem o pulso institucional de escolas e de leis em terras brasileiras, mesclando a língua culta com seus traços populares tão característicos. Como diz Umberto Eco (1986, p.377), *há palavras que dão poder, outras que deixam mais desamparados, e dessa espécie são as palavras vulgares dos simples, a quem o senhor não concedeu o saber exprimir-se na língua universal da sabedoria e do poder*.

A exposição de alguns fatos relevantes que contam um pouco da história da língua portuguesa falada no Brasil tem sua justificativa no fato de que o multilingüismo que marcou o período basilar da formação do português do Brasil ainda hoje está presente no léxico da língua não só nos dicionários, que cumprem sua função

memorialista, mas também no repertório do falante comum, ainda que este nem sempre tenha a consciência disso.

A literatura por sua vez se incumba de tirar a poeira de certos termos, trazendo-os de volta para criar sua cena, marcar sua época, seu tempo e firmar, através de um vocabulário seletivo, o lugar de onde falam suas personagens, de onde vieram, a que estrato social pertencem e qual a ideologia que permeia os discursos produzidos, uma vez que é o discurso o lugar de confronto ideológico em que a significação das palavras se apresenta em toda a sua complexidade.

4.2 Uma ancoragem mais antes da chegada ao porto: léxico à vista

Nomear seres e objetos que estão ao seu redor é a forma que o homem encontra para registrar seu conhecimento do mundo, sua interação com ele, para estruturá-lo a partir da percepção de diferenças e semelhanças presentes no mundo real que o cerca, classificando-as, apropriando-se da realidade no momento mesmo em que lhe atribui um representante sógnico que é a palavra.

Para Biderman (1998, p.11), léxico é o conjunto de palavras de uma língua gerado *por atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência cristalizada em signos lingüísticos: as palavras*. Como patrimônio vocabular de uma determinada língua natural, é o resultado da história dessa língua cujos elementos herdados, assim como seus modelos categoriais possibilitam a geração de novas unidades lexicais, novas palavras.

Ainda citando Biderman (1998, p.13), a etapa mais primitiva do conhecimento da realidade identifica-se com a organização do léxico básico de uma língua natural. Mas a ampliação progressiva do conhecimento da realidade e a conseqüente apropriação do mundo, como já foi dito, fez com que o homem desenvolvesse técnicas e construísse o conhecimento científico. Justifica-se dessa forma a necessidade constante de expansão do repertório lexical para cobrir e registrar o avanço científico e técnico que se impôs às sociedades civilizadas, intensificada também pela velocidade frenética das mudanças sociais, da comunicação, do contato com outras culturas e

pela influência inequívoca dos meios de comunicação de massa. A possibilidade de enriquecimento constante confirma a idéia de léxico como um sistema aberto a novos acréscimos, a outras adaptações, pois à medida que muda a realidade, surge a necessidade de serem alteradas as representações que se fazem dela. Essas novas representações fixam-se no nível lingüístico pelo léxico, que reflete e refrata o modo como o grupo social vê e representa o mundo, servindo também, segundo Isquierdo (2004, p.11), *de mensageiro de valores pessoais e sociais que traduzem a visão de mundo do homem enquanto ser social*¹⁵. Essa idéia também está presente em Michel Foucault (1999, p.222) em uma de suas reflexões sobre palavra, história natural e as coisas:

De sorte que não teria sido possível falar, não teria havido lugar para o menor nome, se no fundo das coisas, antes de toda representação, a natureza não tivesse sido contínua. [...] As coisas e as palavras estão muito rigorosamente entrecruzadas: a natureza só se dá através do crivo das denominações, ela que, sem tais nomes, permaneceria muda e invisível, cintila ao longe por trás deles[...].
(1999, p.222)

Léxico, então, deve ser compreendido como a totalidade de palavras de uma língua ou o saber interiorizado por parte dos falantes dessa língua. Estudá-lo é uma forma de resgatar a cultura dos grupos sociais, traduzindo a maneira como as sociedades percebem o mundo em que estão inseridas nas diferentes etapas de sua história e de sua constituição.

A delimitação das noções de palavra como unidade constituinte do léxico provoca entre lingüistas ampla discussão na tentativa de apresentar critérios e estratégias eficientes.

Do ponto de vista da significação, Mattoso Câmara Jr. (1974, p.387-9) usa o termo “palavra” para designar o vocábulo lexical, sendo este o que encerra um semantema, em oposição ao vocábulo de significação apenas gramatical. Do ponto de vista formal diz-nos o lingüista:

¹⁵ Este trecho inicia a apresentação do volume II da série de publicações sob o título *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, organizado por Aparecida Negri Isquierdo e Maria da Graça Kriger, 2004.p.11

Ao contrário do critério fonológico que rege a nossa escrita, procurando representar aproximadamente os fonemas pelas letras e dividindo suas seqüências de acordo com as sílabas, a apresentação do vocábulo na escrita se faz pelo critério formal. Deixa-se entre eles, obrigatoriamente, um espaço em branco, porque mesmo quando sem pausa entre si num único grupo de força cada um é considerado uma unidade mórfica de per si.

(2000, p.69)

José Lemos Monteiro, em *Morfologia portuguesa* (2002, p.12), afirma que *muito comumente os termos vocábulo e palavra são usados indistintamente para designar um conjunto ordenado de fonemas que expressam um significado*, mas firma posição com Mattoso Câmara quando considera palavra somente os vocábulos que remetem a significados lexicais (os lexemas) e deixa o termo vocábulo para recobrir as outras formas da língua que funcionam como “instrumentos gramaticais” (preposições e conjunções, por exemplo) e cujos significados são de natureza gramatical e não lexical.

Herculano de Carvalho (1979, p.578-9), dentro de uma perspectiva morfológica, distribui as palavras em duas classe básicas: a dos lexemas, na qual estarão presentes os termos com significação objetiva e dos categoremas, cujos termos têm significação gramatical. Carvalho define o léxico de uma língua como sendo a reunião das duas grandes classes ou conjuntos de palavras: as palavras lexicais, como inventários abertos e as palavras gramaticais como inventários fechados, deixando registrado que *as duas classes[...] coincidem, em traços largos, com respectivamente a dos lexemas e categoremas.*

Bernard Pottier (1978) acrescenta à discussão a noção de lexia e distingue os três termos - lexia, vocábulo e palavra - a partir do plano do significado. As lexias resultam da combinatória de dois signos mínimos: o signo lexical e o signo gramatical. As lexias lexicais compreendem a classe das designações que Herculano de Carvalho explica como “termos de significação objetiva”. Turazza (2005, p.59-60) diz que esses termos são responsáveis pela representação dos referentes *antropo-sócio-culturais, geradores e refletores da visão do mundo de um determinado grupo. Os vocábulos seriam as inúmeras unidades lexicais de norma do discurso que condicionam a atualização das lexias no comportamento lingüístico dos usuários, variável de indivíduo para indivíduo* No nível da fala, palavra corresponderia a cada atualização de uma lexia fixada pelo uso, ou seja, devidamente lexicalizada. Para Pottier (1978, p.268) lexia é a entidade

memorizada; o vocábulo é a lexia tal como esta se apresenta em dicionários; e a palavra será, então, a lexia atualizada nos enunciados.

Genouvrier e Peytard ([s/d], p.279:280) distinguem léxico de vocabulário. Para eles, o léxico é o conjunto de todas as palavras que num momento dado estão à disposição do locutor; são as palavras que ele oportunamente emprega, compreende e que constituem seu léxico individual. Vocabulário é o conjunto de palavras que efetivamente são empregadas por um locutor num ato de fala determinado e corresponde à atualização de uma certa quantidade de palavras pertencentes ao léxico individual do locutor. O vocabulário é sempre parte do léxico individual que, por sua vez, também é parte do léxico global, ponto extremo da cadeia, no qual se pode inventariar *uma soma considerável de palavras num período historicamente determinado* ([s/d], 279-280)

Acatar a noção de vocabulário como conjunto de palavras que efetivamente são empregadas pelo usuário num determinado ato de fala facilita entender que a seleção deste ou daquele item lexical na construção de um enunciado pode ter a influência de vários fatores diatópicos, diastráticos ou diafásicos (idade, sexo, raça, cultura, profissão, posição social, comunidade em que vive etc) construindo a identidade desse enunciador ou a preocupação do enunciador fazer-se entender, aproximar-se do enunciatário.

Considerando uma mesma comunidade, é possível estabelecerem-se pelo menos duas variedades de linguagem coexistentes, desempenhando cada uma delas um papel específico: culta ou padrão e popular. Para a materialização enunciativa de cada uma delas, percebe-se um tratamento vocabular diferenciado, como não poderia deixar de ser. Numa atividade languageira em que se faz necessário o uso culto, o vocabulário empregado é mais variado, havendo um cuidado maior com a precisão dos significados. A possibilidade de empregarem-se termos técnicos também está presente. Quando a atividade enunciativa se presta a reproduzir o uso popular, o vocabulário tende a menor variação, os termos empregados apresentam significados menos precisos, sendo recorrentes as palavras *omnibus* como **coisa, negócio** ou uso recorrente de gírias como **troço, treco, bagulho**, para nos mantermos no plano semântico das palavras “que servem para tudo”. Em enunciados dessa natureza, o palavrão, as palavras obscenas, as injúrias, os xingamentos terão trânsito mais livre.

É possível, no entanto, detectar elementos que se apresentam simultaneamente no ato de fala culto e no ato de fala popular. Preti (2003, p.31) faz referência à existência de um dialeto social culto e de um dialeto social popular e propõe *o estabelecimento de um dialeto social comum* em que estariam presentes todos os fatos lingüísticos que ocorrem nos dois dialetos. Transpondo-se a idéia para o plano vocabular, vê-se que esse dialeto comum apresentará unidades lexicais pertencentes às duas variedades de uso da língua: a padrão e a popular.

O próprio falante percebe que há palavras que freqüentam os diferentes tipos de enunciados e outras que só se materializam em condições discursivas especiais. As mais presentes seriam entidades léxicas do vocabulário comum, usual, enquanto as menos freqüentes se distribuiriam entre o uso padrão ou uso popular. Assim, o vocabulário comum além de ser o conjunto interseção das palavras da língua, também serve de parâmetro para distribuição dos termos em cultos e populares.

Genouvrier e Peytard procuram caracterizar esse vocabulário comum ou “médio”, como o classificam, reproduzindo as idéias de Charles Bally e acrescentando outras, citadas a seguir:

[...] o sentimento de freqüência maior ou menor no uso de determinadas palavras reflete a existência de uma língua comum que reflete, num grupo lingüístico dado, as formas constantes da vida humana e social; todas as formas de expressão utilizadas para empregos mais limitados, ou próprios de grupos mais reduzidos ficam a ela subordinados.
([s/d], p.286-7)

Destacam os lingüistas que essa língua comum que “tem horror ao preciosismo da expressão”, tende a unificar os matizes sinonímicos e expressar cada coisa de uma só maneira. As formas não sentidas como pertencentes ao vocabulário da língua social ou dialeto social comum são consideradas por eles como desvios. O uso de certos vocábulos mais raros, mais preciosos, que joga com matizes para construir efeitos de sentidos especiais, por exemplo, ficaria no nível formal da língua padrão. Já o emprego de um vocabulário familiar mais distenso, em que estão presentes bem ao extremo as gírias, é viável, desde que não constituam obstáculos ou sofram interdição pelas normas do grupo.

Num romance em que as personagens pertencem a estratos sociais diferenciados, como é o caso da obra em estudo, detectam-se várias passagens que servem de exemplo às três modalidades de seleção vocabular: a culta, a popular e a comum. O escritor busca ou deixa-se apanhar pelas palavras que certamente estariam “na boca” de pessoas do mundo real com o mesmo perfil social e psicológico das personagens que desfilam diante do leitor durante a narrativa. Por exemplo: a existência de personagens populares, de pouca ou nenhuma escolaridade, fruto de um ambiente social menos favorável, cria a possibilidade de atos de fala desta natureza, como se pode verificar na fala da negra velha Clementina, uma das moradoras da Casa dos Degraus :

“_Se dessa vez não emprenhar, não emprenha mais nunca _ disse Clementina _ desde ontem que eles estão na safadagem. Se fosse Naná, já tava com pelo menos dois no bucho, com tanta socaço”.(FIP, p.20)

_ Naná dá sorte. Tu veja como é as coisas. Naná pelejou pra conseguir que ele quisesse ela, passou mais de cinco mês se entupindo de banha de porco, cabaú e farinha pra engordar e crescer a bunda , só faltava esfregar o rabo nele toda vez que podia e da primeira vez que ele pegou nela foi ela que puxou ele no banho salgado, todo banho salgado ela metia a mão por debaixo dele”.(FIP, p.20)

Nesses excertos há um conjunto de elementos lexicais característicos do dialeto social popular que apresentam correspondentes sinonímicos no dialeto social culto:

Dialeto social popular / vocabulário popular	Dialeto social culto / vocabulário culto
emprenhar	engravidar
safadagem	libertinagem, devassidão
bucho	ventre
pelejou	insistiu

se entupindo	fartando-se
bunda	nádegas

No Dicionário Houaiss, (versão eletrônica), o verbete “emprenhar” assim se apresenta:

verbo

transitivo direto, transitivo indireto e intransitivo

tornar(-se) prenhe (mulher ou fêmea); fazer conceber ou conceber; engravidar

Ex.: <emprenhou-a antes do casamento> <emprenhou de um desconhecido> <emprenhou muito jovem> <custou muito a e.>

Semanticamente o verbo **emprenhar** equivale a **engravidar**. Observamos que a datação do primeiro é do século XIII e o seu sinônimo apresenta o primeiro registro em 1958, apenas, não havendo nenhum registro que determine o primeiro como termo informal, como ocorre em vocábulos como **safadagem**, **bucho**, **bunda**, todos dicionarizados. Algumas hipóteses podem ser apresentadas para o fato: i) o termo faz parte do vocabulário comum; ii) a presença dos demais termos informais, que chamaríamos de populares, acrescentariam esse traço discursivo - informal ou popular - à palavra, deixando para o discurso social culto o emprego do termo **engravidar**; iii) o texto narrativo apresenta elementos que o delimitam temporalmente como passado num período que corresponderia a alguns séculos atrás. A personagem habita uma ilha mais isolada que outras ilhas. A presença do colonizador é forte. **Emprenhar**, portanto, pode ser um daqueles vocábulos, tal qual se argumenta quando se fala em dialeto caipira, que se fixou no falar popular e ali se manteve, deslocado do vocabulário culto para o vocabulário popular com emprego pejorativo: mulher que reproduz como as fêmeas de animais. Além disso, o termo **engravidar**, segundo a datação apresentada tem vida muito mais recente que **emprenhar** e não faria parte historicamente de nenhum dos dialetos em questão àquela época e, por isso, não teria razão de ser a sua presença no enunciado. Mais próximo daquela forma estaria o verbo **gravidar**, cuja

datação em DH registra século XVII (1624-1694). No *Novo Dicionário*, de Cândido de Figueiredo (6ª edição, [s/d]), encontramos **engravidecer**, remetendo ao verbo engravidar

Com relação ao termo **safadagem**, embora se possa imaginar que esta palavra seja um neologismo criado pelo escritor, resultante do cruzamento das formas **safadeza** (dicionarizada sem a rubrica “informal”) + **sacanagem** (com a rubrica “informal ou tabuísmo”) o que de fato ocorre é que o termo está registrado em DH com a rubrica “uso informal” e apresenta etimologia **safado+agem**, num processo regular e freqüente de formação de palavras como ocorre com **libertino (adj.)+agem**→ **libertinagem** .

Quanto ao verbo **entupir-se**, registram-se expressões sinônimas, inclusive a que oferecemos, como pertencente ao vocabulário culto, ambas sem qualquer rubrica. Não se pode negar, porém, que o contexto em que foi empregado “entupir-se de banha de porco” atribui-lhe um traço pejorativo, hiperbólico, caracteristicamente popular.

Ainda no *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, (s/d), encontramos o vocábulo **pelejar** concorrendo com **pelear**, de etimologia espanhola, ambos abarcando o significado “lutar; combater; batalhar; insistir muito”

No entanto, assim como em DH, apenas nas formas **pelear** e seus derivados está presente a rubrica *regionalismo: Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. Desta forma, “pelejar” pertenceria ao paradigma dos vocábulos comuns, uma vez que no contexto em que aparece não seria pertinente classificá-lo como culto.

Registram-se no discurso duas expressões cristalizadas que também têm seu correspondente culto: **esfregar o rabo (encostar-se)** e **meter a mão por baixo (tocar, acariciar)**.

A palavra **socação**, empregada para nomear metaforicamente os movimentos do ato sexual praticado por Naná e Lô Pepeu, seria um neologismo formal se considerássemos que a palavra não se encontra nos dicionários que nos servem de *corpora* de exclusão. No entanto, está registrada no VOLP (2004, p.728). A matriz morfológica que sustenta a formação é uma das mais produtivas na língua: **base verbal +-ção (sufixo nominal de ação)**.

Pelos exemplos apresentados, vê-se a complexidade de se afirmar que uma palavra pertence exclusivamente a um tipo de vocabulário. De fato, há um conjunto

delas que se separa naturalmente. Mas há outros, limítrofes, que deixam o pesquisador de sobreaviso e dele exigem cuidado no sentido de não se precipitar em fechar conclusões.

Ao contra-argumentar com Clementina, que afirmava não saber Fenício das traições de Naná com Lô Pepeu, Crescência diz “ toda a gente sabe, Morotó sabe, Roque sabe, Lazinho sabe, Deus e o mundo sabe, só Fenício é que não vai saber?” (FIP, p. 21). Clementina a repreende:

“ _ Que é isso menina, ter Deus dessa conversa, já viu falar em Deus no meio de uma porção de corno?

_ Porção de **corno**, não, **corno** não é eles, eles tão é no proveito e ainda papando as mulheres. Corno é Lô Pepeu, que pensa que as mulheres é só dele e inda dá sustento a elas. Casa de chão de lajota e telhado amouriscado não é todo mundo que tem, não. Papa fina, sabão nem de sebo nem de peixe, de sabão de coco fino, água de cheiro, bugiaria do pé à cabeça, muito respeito e compra na conta... aquela que bem dá o seu bem-bom, bem da boa ficará!”(FIP, p.21)

Em DH, o vocábulo **corno** em primeira acepção é termo pertencente a uma língua de especialidade, a zoologia.

CORNO

substantivo masculino

1 Rubrica: anatomia zoológica.

cada um dos dois apêndices ósseos presentes na parte superior da cabeça de muitos ungulados; nos bois, cabras e antílopes é permanente, não ramificado e revestido por uma bainha rígida de ceratina; nos veados é ramificado, trocado anualmente e revestido por pele [sin.: aspa, binga, chavelho, chifre, galho, guampa, guampo, haste]

[...]

adjetivo e substantivo masculino

Uso: informal ou tabuísmo.

16 que ou aquele que é traído pela mulher (diz-se esp. de marido, companheiro ou namorado); cornaça, cornudo, guampudo

Na acepção 16, nota-se alteração de sentido em função do uso que se faz da palavra. Melhor dizendo, há lugar para o emprego de cada uma delas, mas no

enunciado, apenas uma se atualiza. Neste caso, no entanto, o escritor transgride e rejeita as 16 acepções dicionarizadas e propõe um novo sentido para a palavra: “corno é quem se deixa explorar por aquele que pensa estar explorando”. Desloca-se do eixo semântico da palavra a idéia de traição pela mulher em relação ao marido, companheiro ou namorado, como cita o verbete, para que ele seja marcado pelo traço “homem que é explorado pecuniariamente pelos companheiros das amantes, porque “eles (os companheiros) **estão no proveito**”. **Estar no proveito** em lugar de **aproveitam**, ou **aproveitam-se** também assinala a existência dos dois vocabulários: o informal, no primeiro caso e o culto, no segundo.

Tarefa mais complexa é procurar correspondência no vocabulário popular para certos itens lexicais que pertencem ao vocabulário culto. Talvez o peso da tradição e o arranjo mais complexo dos enunciados de certa forma dificultem o trabalho de substituição pelo falante, mas não o do escritor, que os emprega com maestria como traço construtor de suas personagens.

“Sim, a peleja já se antevia na palidez das feições, na gravidade dos semblantes e na aparência pejada exibida por tudo o que se olhava ou tocava. Convocado pelo intendente Felipe Mendes Furtado, o mestre-de-campo Borges Lustosa, no salão nobre da Câmara, debruçado sobre cartas e plantas, em fardamento de gala vastamente amealhado e um chanfalho descomunal à cinta, no qual ele, por ser pouco mais alto que um pé de bredo, volta e meia dava uma topada, procedia o exame das estratégias e urdiduras a serem empregadas na manhã seguinte, vencidos os três dias de prazo para que os índios voltassem para os matos. Com a milícia e a guarda arregimentadas e acantonadas no campo da Fortaleza, dispunha o mestre-de-campo de bem uns trezentos homens em armas, se bem que a maior parte deles não portassem armas, além de facões, espadas cegas e alabardas do tempo de Dom Corno. Mas contava-se com dois falconetes já guarnecendo o portal da Câmara, apropriadamente embuchados e em plena condição de fogo, conquanto a pólvora do paiol da guarda estivesse ensolvada. Mas os milicianos Domitilo e Cosme, artilheiros recém-nomeados, orgulhosos de sua posição e ansiando ver o que aconteceria ao darem um tiro de canhão nos índios, aproveitaram a pólvora dos foguetes de festa da paróquia, reforçando muito a carga, porque a pólvora de foguetes de festa é certamente bem mais fraca do que pólvora de tiro.”(FIP, p.60-1)

Neste parágrafo, encontramos o narrador envolvido na tarefa de descrever detalhadamente a cena na qual estão envolvidos o mestre-de-campo e o intendente da ilha a fim de planejarem as estratégias de expulsão dos índios “para os matos”.

Diferentemente do que se observou na análise do vocabulário empregado nos discursos de Crescência e Clementina, o grau de formalidade da situação exigirá uma outra seleção vocabular. Os adjetivos **pejadas** (carregadas), **ensolvadas** (umedecidas) são exemplo de um vocabulário culto, assim como substantivos **urdidura** (trama), **gravidade** (seriedade). **Mestre-de-campo**, termo empregado para designar, no período colonial, o posto militar correspondente a coronel, **alabardas**, **chanfalho** são termos com baixa frequência de uso, mas junto a **facões**, **espadas**, **pólvora**, **paiol**, **canhão**, **tiro**, **fardamento**, **milicianos**, **guarda**, **milícia**, **estratégias**, **plantas**, **cartas**, remetem ao campo léxico-semântico da atividade militar, assim como os adjetivos **arregimentados** e **acantonados**, sendo que, somente o segundo recebe em DH a rubrica de “termo militar”.

Retomando a palavra **peleja** (substantivo), observa-se que ela está presente tanto no dialeto social popular de Clementina, como verbo **pelejar**, quanto no dialeto social culto do mestre-de-campo, mas a situação de uso e o contexto em que aparece determinam seu sentido, assim como o maior ou menor nível de formalidade a ela atribuído. Pensamos que o fato de ela estar presente nos dois enunciados não a inclui no vocabulário que Dino Preti e Genouvrier e Peytard chamam de “comum” ou “médio”. Em cada ocorrência, a restrição de sentido imposta pelas condições do discurso inibe tal inclusão. O leitor certamente perceberá no emprego popular a extensão de sentido “insistir demasiadamente para alcançar um objetivo”, na fala de Clementina, e o emprego culto no discurso do narrador, “luta, batalha”.

O que podemos concluir desse levantamento é que não existe um vocabulário apenas que englobe todas as palavras indistintamente. Isto é da competência do léxico geral. Há, de fato, alguns termos que estariam melhor reunidos sob a etiqueta de vocabulário popular e outros que constituiriam um vocabulário culto. Não se questiona a existência de um vocabulário comum que se fixa como referência para o estabelecimento dos outros dois. Fica evidenciado também que a pertinência a um dos

tipos não exclui a possibilidade da presença de palavras em discursos de outra natureza, pertencentes a outros dialetos sociais. Cabe ao talento, à perspicácia e à competência vocabular do escritor explorar os três conjuntos e deles aproveitar a melhor maneira de construir um texto literário de qualidade que dê prazer a seu leitor. Neste caso se inclui João Ubaldo Ribeiro.

5. A TRADIÇÃO VOCABULAR E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Os dicionários gerais apresentam-nos algumas acepções para a palavra “tradição”. Dentre elas, convêm ao contexto desta pesquisa aquelas que remetem ao conceito de herança cultural legada às gerações, transmitida de geração a geração, ou ainda, a que abrange ao espírito como resultado de experiências já vividas, recordações, memória. Isto porque o processo de aprendizagem, as formas de conservação, transformação e transmissão da cultura de um povo, de uma comunidade, de um pequeno grupo realizam-se por meio de uma grande variedade de práticas sociais organizadas em sistemas para fixar uma cultura não só de um indivíduo para outro, mas também de uma geração para outra que a sucede. E nesse conjunto insere-se o léxico de uma língua dada.

O fascínio da linguagem sobre o homem vem exatamente do poder da palavra que permite nomear, transformar o universo real, além de tornar possível trocar experiências, falar sobre o que já existiu ou poderá vir a existir e até mesmo sobre o que não precisa nem existir para ser objeto da linguagem.

Em meio a tantos sistemas de transmissão, inclui-se, ou destaca-se, o papel social da linguagem, de todas as linguagens que cercam o homem no seu dia-a-dia, na sua relação com a realidade mediada pelos signos. Muitas dessas unidades servem para configurar as relações homem-mundo num determinado tempo-espço. Gravadas pelo processo da escrita, as unidades sígnicas se fixam e podem ser estudadas sincrônica ou diacronicamente.

Uma infinidade de palavras que um dia fizeram parte do vocabulário ativo de uma comunidade desapareceram porque outras surgiram para substituí-las ou porque

seus referentes deixaram de existir. Diversos vocábulos viram seus significados serem alterados a ponto de se perderem os sentidos originais, mas muitos outros resistiram a todas essas forças e permanecem na memória da língua e do usuário e circulam nos textos, seja como elemento do vocabulário comum, popular ou culto.

Na organização sincrônica do discurso literário, há uma força inovadora ao lado de outra, conservadora, um certo purismo que funciona como recurso preservador da norma. O léxico se manifesta como força conservadora na organização desse gênero discursivo quando são empregados intencionalmente termos não desgastados pela linguagem comum.

Levemos em conta também a questão dos gêneros textuais. É fato que, como ser social, o indivíduo desempenha em suas atividades interacionais diferentes papéis que exigem dele empenho para adequar-se às variadas situações sociocomunicativas. Sem muita dificuldade, notam-se tratamentos diferenciados, por exemplo, quanto ao léxico, à fraseologia, aos fatos gramaticais, às propriedades funcionais, ao estilo e à composição, dependendo do gênero de texto que seja necessário formular. Citamos Azeredo:

Ao assumir a palavra para tomar parte em um evento comunicativo qualquer, também assumimos papéis sociais. São eles que tornam legítimos os conteúdos e as formas de nossas mensagens. Como a linguagem é uma criação social, suas formas existem antes de mais nada para que os cidadãos desempenhem, por meio dela, aqueles papéis, utilizando formas e meios de expressão e comunicação mais ou menos prontos: os gêneros textuais.

[...]

Gêneros textuais são, portanto, as formas relativamente estáveis pelas quais a comunicação verbal se materializa nos diferentes contextos sociocomunicativos.

(2007, p. 109)

Assim, o produtor de uma obra literária procura atender à expectativa de seu possível leitor, que é a de estar diante de um texto “bem escrito”, produto do nível cultural elevado do artista. Uma relação direta com a linguagem padrão, com um ideal lingüístico consagrado pela própria comunidade, então, se estabelece.

Pelo seu caráter durativo ou extensivo no tempo, a escrita garante a manutenção histórica. Abordando a questão da língua literária, Sonia Salomão (1993, p.87) diz que a modalidade escrita é o campo de fixação da palavra culta. No discurso

literário, as possibilidades significativas e comunicativas não atuam como na língua média, pois a língua literária é um sistema conotativo de acumulação diacrônica, o que quer dizer que *o vocábulo não só é conotado em si, mas possui um algo mais semântico, um excesso de significância em si proveniente dos contextos artísticos precedentes em que atuou.*

Observa também a pesquisadora (1993, p.87) que *se pode imaginar a atividade lingüística do escritor como um jogo entre a própria linguagem individual, ou idioleto, a língua e a língua literária, absorvida pelo contexto da época ou pelas leituras dos textos do passado.* Essa última consideração nos liga ao que já foi dito anteriormente com relação à vasta e rica e experiência leitora do escritor em estudo, desde a infância.

Dedicamo-nos a procurar no romance de João Ubaldo Ribeiro unidades lexicais que mostram resistência ao tempo, cuja presença no texto ajuda a evocar o perfil sociocultural de algumas personagens pela linguagem que usam. A seleção vocabular, de certa forma, consolida as condições socioculturais, as situações de fala, os comportamentos e estados emocionais do narrador e das personagens dentro do universo enfeitado da ilha pelo grau de competência lingüística e comunicativa que demonstram, uma vez que esse grau tende a estar condicionado aos fatores socioculturais dos usuários. Diz Urbano:

[...]um falante de nível sociocultural elevado presume-se tenha um correspondente grau de competência lingüística, teoricamente identificado com a capacidade de uso da língua padrão ou culta. Inversamente, um falante sem escolaridade e sem condições socioculturais gerais favoráveis possuirá uma competência lingüística restrita a um dialeto popular ou mesmo vulgar.
(2000 p.174)

O domínio de certo conjunto de unidades de um tipo de vocabulário permite ao indivíduo falar, ouvir, ter senso crítico diante do que está sendo dito e ouvido. Isso é, *grosso modo*, o que se reconhece como parte da competência lingüística desse falante, a qual se deixa evidenciar pelo desempenho que a concretiza efetivamente nos atos de fala. Segundo Urbano (2000, p.174) *o desempenho não só está condicionado ao grau de competência lingüística, mas também à situação concreta de comunicação.* Em face de uma situação concreta de uso, um falante de alto grau de competência lingüística pode

optar por um desempenho lingüístico, diz Urbano (2000, p.174), *aparentemente desajustado com a respectiva competência lingüística*.

A respeito da dificuldade de se restringir a palavra a um determinado uso, afirma Leite:

[...]não há possibilidade de se estabelecer uma linha demarcatória entre os dialetos culto e popular, já que as pessoas, ao desempenharem seus papéis sociais, transitam por diferentes comunidades lingüísticas, levando e trazendo usos próprios dos seus grupos, que, naturalmente, terminam comuns a muitas comunidades.
(1999, p.90)

Incluir uma palavra no paradigma de termos cultos ou de termos populares é ignorar os matizes semânticos que podem ser manipulados pela vontade do artista da palavra, que transforma termos como um diminutivo ou um aumentativo em unidades sígnicas transbordantes de afetividade, que assumem sentidos opostos em situações enunciativas especiais. Em outras circunstâncias, a palavra “séria”, “formal”, “cultura” empregada num enunciado que destoa da sua tradição de uso pode construir sentidos opostos, como ocorre quando se está diante de um texto irônico ou de humor.

Pela dificuldade de restringir a palavra a uma única circunstância de uso, optamos por considerar como itens lexicais pertencentes à tradição da língua aqueles presentes nos atos de fala das personagens sobre as quais o narrador apresenta informações extralingüísticas que nos levam à presunção de um domínio da língua próprio de um grupo sociocultural elevado. Pelo suposto nível de escolarização que tenham, pelos papéis sociais que desempenhem na narrativa, encontramos uma série de palavras de baixa freqüência nos textos orais ou escritos nos dias de hoje. Levamos em conta também o discurso do narrador em terceira pessoa que deixa fluir o repertório memorizado pelo autor, o seu *tesouro vocabular*, a sua competência culta, durante suas intervenções na narração.

Decerto falamos com a vivência de um leitor médio, que tem contato freqüente com a leitura e sinaliza a necessidade de consultar dicionários pela curiosidade despertada pela palavra quanto a seu sentido, pelo exotismo do termo ou ainda pela pouca ou nenhuma familiaridade com ele, embora na maioria das vezes o sentido possa ser determinado pelas relações contextuais.

Não desconhecemos o risco de fazer uma proposta desse porte, uma vez que controlar a circulação de um item lexical numa comunidade aproximada de 183.000.000 de habitantes, considerando apenas o território brasileiro, é trabalhar com uma grande base de incerteza. Mesmo assim, pretendemos reunir algumas palavras que, com alguma convicção, podemos considerar como termos cultos, mais adequados a esse registro, retomando o critério de *formas menos desgastadas pela linguagem*.

Neste capítulo também nos interessaram os termos eruditos por preservarem até hoje as marcas originais da tradição grega e latina na formação do nosso léxico.

5.1 Entre trevas abissais e caribdes antropófagas: as palavras eruditas

Buscamos no dicionário o significado da palavra “erudito”. Consultando DH, encontramos :

erudito

- adjetivo e substantivo masculino
que ou o que tem ou revela erudição
Ex.: <professor e.> <romance e.> <um e. não levantaria essa questão>

O verbete nos obriga a buscar as acepções de “erudição”:

erudição

- substantivo feminino
- 1 instrução, conhecimento ou cultura variada, adquiridos esp. por meio da leitura
- 2 qualidade de erudito

O *Dicionário Latino-Português*, de Francisco Torrinha (1942). dá como acepções para o verbo *ērudīō, īvī* (*e+ rudis*) *instruir, ensinar, educar, adestrar, aperfeiçoar. Para eruditus, a, um, ensinado, sábio, hábil, versado.*

Somos instigados a verificar a etimologia de “erudito” a partir da base presente na forma verbal *ērudīō*(*e+ rudis*) e verificamos que significa, entre outras acepções, *grosseiro, tosco; rude, não polido, inculto. A essa base une-se o prefixo e-*,

movimento de dentro para fora: donde podemos concluir que erudito é quem sai do estado de ignorância, de não polidez ou deixa de ser inculto pelo ensinamento, pela instrução. Ou ainda aquele que leva o ensino, a instrução a outros, tirando-os do estado de ignorância.

Francisco Borba (2004, p.519) dá como significados para “erudito” *aquele que possui ou revela erudição; ilustrado; culto*. Numa segunda acepção, propõe ser erudito o que é clássico em oposição ao que é popular. Para “erudição”, dá como significado *grande conhecimento, instrução; qualidade do que é erudito*.

Diante do que encontramos nos dicionários, pensamos uma definição para palavra erudita: termo usado pelos eruditos, aqueles que ensinam, educam, instruem; próprio daqueles que dominam o conhecimento técnico, científico, filosófico, literário etc.

A idéia do que é erudito está vinculada ao grau de instrução do indivíduo, ao seu nível de conhecimentos e saberes adquiridos pelo contato com a leitura, o que nos aproxima da norma dominada pelo falante culto. Não há, no entanto, referência especial à presença do elemento clássico grego ou latino na formação de uma palavra que se tenha como um termo erudito em nosso vocabulário, como encontramos em gramáticas ou livros didáticos de língua portuguesa. A palavra “erudito”, herdada do latim, apresenta sentido menos transparente quando transplantada para a linguagem técnica das gramáticas, por exemplo. Os compêndios gramaticais, ao fazerem referência a palavras dessa natureza sob o ângulo etimológico, trazem um pouco mais de luz ao assunto.

Cunha e Cintra (2001, p.108), ao tratarem de composição, abrem um subtópico para os compostos eruditos, afirmando que *a nomenclatura científica, técnica e literária é fundamentalmente constituída de palavras formadas pelo modelo de composição greco-latina, que consistia em associar dois termos, o primeiro dos quais servia de determinante do segundo*, colocando em destaque muito mais o modelo sintagmático de relação das bases que suas origens. Logo a seguir, apresentam os radicais latinos e gregos que participam da formação, novamente destacando a posição que ocupam no composto.

Bechara (1999, p.372) comenta a presença de um grande número de radicais gregos encontrados no vocabulário português, muitos deles chegados pelo latim. Mais adiante retoma o assunto falando em *criações com elementos eruditos*, donde se infere que termo erudito é aquele constituído de elementos que apresentam bases gregas e latinas.

Mattoso Câmara Jr. (1974, p.163) avança um pouco mais quando diz que *termos eruditos são vocábulos de proveniência latina introduzidos tardiamente na língua portuguesa por via erudita*, pontuando que essa introdução se deu pelos meios sociais que sabiam latim. O lingüista apresenta dois critérios para justificar sua afirmação: *a) foram tirados do latim clássico; b) não apresentam mudanças fonéticas em confronto com a forma originária*. Câmara Jr. (1974:346) admite a existência de palavras semi-eruditas, *também introduzidas pelas classes cultas, mas que sofreram alterações fonéticas outras que não as sistemáticas e fundamentais que constituem o conjunto das leis fonéticas do romance lusitânico e do protoportuguês*.

Encontramos no texto de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *A formação da língua portuguesa*¹⁶, uma reflexão sobre a existência de termos eruditos no português. Citamos:

Sabemos igualmente que, em épocas diversas, letrados nacionais, eruditos humanistas, homens de ciência e poetas cultos, cientes das origens da língua portuguesa – ou pelo menos das suas feições latinas, a enriqueceram e enobreceram com numerosíssimos vocábulos latinos e greco-latinos, tirados diretamente, sem alteração maior, dos autores clássicos ou do dicionário latino.

[...]

Palavras literárias, cultas, eruditas são apenas (grifo nosso) as que foram tiradas diretamente de autores clássicos ou do dicionário latino, muitas vezes com acepção imaterial, e que, apesar da sua construção complicada, não sofreram as alterações a que estavam sujeitas, se entrassem cedo na boca do vulgo. Elas são muitas.
(1946, p.20-2)

Novamente o nível elevado de conhecimento dos usuários e o acesso que tinham à leitura dos clássicos se tornam critérios para o emprego e fixação de termos de origem grega e latina como *palavras literárias, cultas, eruditas*.

A questão da imaterialidade do significado desse grupo de palavras é abordada por Stephen Ullmann (1964, p.200-240). Tratando de palavras opacas e

¹⁶ VASCONCELOS, C M. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa, 1946, p20-2). O texto está reproduzido em CARDOSO, Wilton e CUNHA Celso., *Estilística e gramática histórica. Português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p.146-148.

transparentes, o semanticista lembra que na sua evolução, muitas palavras latinas foram alteradas foneticamente, o que acarretou a perda da transparência vocabular pelo apagamento dos elos etimológicos. Ressalta que os termos latinos e gregos introduzidos no francês e no inglês são sentidos como palavras “ásperas” precisamente porque não são motivadas, não têm raízes na língua e lhes faltam “esses fios invisíveis” que ligam as palavras na mente humana. Bechara (1999, p.373) também chama a atenção para esse fato, quando aborda os casos de *esquecimento etimológico em que o sentimento moderno não dá conta do significado de elemento constitutivo da palavra, dizendo, por exemplo “ortografia” correta (ortos ► correta), caligrafia bonita (calos ► belo)*

No primeiro capítulo de *Les mots savant*, Pierre Guiraud (1978, p.14) afirma que a Igreja, com seu latim eclesiástico é a mais antiga e mais importante intermediária entre a língua comum e o latim, pela necessidade de transmitir mais diretamente aos fiéis a palavra divina. Nesse domínio aparecem as primeiras palavras eruditas. Elas estão presentes também nas obras literárias, basicamente na tradução de textos clássicos latinos. Guiraud dá ênfase à idéia de que a escrita é o espaço de fixação dos termos eruditos e os mais antigos provêm da *Vulgata e dos escritores eclesiásticos*. Outras fontes são as obras científicas, cuja terminologia foi e ainda é calcada em modelos gregos ou latinos, ainda que essas formações eruditas sejam consideradas “menos nobres”. Ponderando que as palavras eruditas perdem um pouco da motivação na relação significado / significante por sua tendência ao abstrato, tornando-se opacas, lembra que o idioma vulgar é mais orientado para o concreto e o sensível, por isso, mais transparente.

Trazemos à discussão, as idéias de Aldo Bizzocchi sobre termos eruditos, semi-eruditos e vulgares. Em *Léxico e ideologia na Europa Ocidental* (1997) posiciona o grego e o latim como pólos da tensão na qual se baseiam todos os processos lexicogênicos das línguas da Europa Ocidental. Assim como Ullmann e Bechara, Bizzocchi confirma que dificilmente os empréstimos alogenéticos terão o mesmo significado que apresentavam na língua de origem, pois o contexto sociocultural é outro, retomando a idéia de perda de motivação ou transparência de sentido, com a conseqüente opacificação das palavras. Segundo o lexicólogo, a

palavra erudita emprestada ao grego ou ao latim penetrou nas línguas românicas por meio da escrita. Afirma Bizzocchi:

Tais empréstimos possuem sempre caráter erudito, e por isso entram nessa língua por via escrita e não oral; em segundo lugar, devemos lembrar que o próprio conhecimento que se tem das línguas clássicas se baseia em textos escritos nessas línguas, não sabendo qual era a exata pronúncia das palavras gregas ou latinas.
(1997, p.61)

Ainda seguindo as idéias de Bizzocchi (1997, p.69), a influência das línguas clássicas, em especial do grego e do latim (medieval e eclesiástico), é muito forte principalmente na norma padrão, nos universos de discurso filosófico, científico, jurídico, literário etc, *permanecendo até hoje como fonte de elementos léxicos (radicais, afixos e sufixos) onde se abastecem os discursos cultos das línguas européias modernas.* Em função dessas informações, propõe a tripartição do vocabulário: i) vocábulos eruditos; ii) vocábulos semi-eruditos; iii) vocábulos vulgares. Caracteriza as palavras eruditas como sendo as que resultam de empréstimos tomados ao latim e ao grego ou da combinação sintagmática de elementos greco- latinos. Semi-eruditos são os vocábulos que apresentam formação híbrida, produto da combinação sintagmática de elementos eruditos e vulgares. Já os vocábulos vulgares, correspondem basicamente aos termos vernáculos, seus compostos e derivados, lembrando que serão semi-eruditos aqueles que, embora constituídos de elementos vulgares, são calcados em vocábulos greco- latinos, isto é, são verdadeiras “traduções” desses vocábulos.

Do ponto de vista lexicogênico, o pesquisador redistribui os três grupos vocabulares em apenas dois: os grecolatinismos, que são vocábulos dos quais a totalidade dos morfemas salvo as desinências, é greco-latina sem nenhum metamorfismo¹⁷, e os vulgarismos, vocábulos em que pelo menos um dos morfemas constituintes, à exceção das desinências, é vernáculo ou metamorfomizado.

¹⁷ Segundo Bizzocchi, (1997, p.61) **metamorfismo** é a mutação fonético-fonológica, resultante esta quer da evolução histórica natural da língua, quer da alteração intencional do significante do vocábulo, quando de sua introdução na língua, por analogia às palavras vernáculas da mesma.

Preocupa-se em esclarecer, no entanto, que em seu estudo tais classificações dizem respeito exclusivamente ao aspecto formal, lexicogênico, dos vocábulos e não ao seu aspecto pragmático. Logo não importa para o estudo se um termo erudito aparece, por exemplo, no discurso banal; ou inversamente um termo vulgar aparece num discurso formal ou num tecnoleto transformando-se em termo técnico. Para ele os termos “culto” e “popular” servem para indicar os universos discursivos preferenciais, mas não exclusivo, de uma palavra. Conclui o lexicólogo:

Assim, serão ditos cultos aqueles vocábulos pertencentes a normas especializadas, como por exemplo, a norma técnico-científica, jurídica, religiosa, etc, qualquer que seja seu estatuto lexicogênico (erudito, semi-erudito, vulgar), ao passo que serão ditos populares aqueles vocábulos pertencentes ao discurso banal, qualquer que seja seu estatuto lexicogênico.
(1997, p.71)

Se levamos em conta que a língua portuguesa tem como origem o latim, fica difícil distinguir pela simples presença de um étimo latino a distinção entre o que seja uma palavra culta, comum ou popular. Não se pode negar que muitas palavras do latim clássico migraram para o latim vulgar e nele cumpriram seu processo evolutivo, ficando hoje difícil para o falante comum perceber a natureza nobre de tais termos. Outras palavras mantêm a etimologia grega ou latina, termos eruditos ou semi-eruditos, e se transformam em “caribdes antropófagas” que “amedrontam” o leitor pela perda da transparência de seus significados. Ainda, alguns termos caracteristicamente populares são alçados ao paradigma de termos técnicos e passam a pertencer também ao vocabulário do texto científico, também considerado uma tratamento culto da linguagem.

As idéias que trouxemos à baila com o objetivo de definir o lugar onde a tradição vocabular se apresenta no romance de João Ubaldo Ribeiro nos apontam os meandros que devemos percorrer para chegar ao destino traçado. Um deles é buscar no discurso das “figuras eminentes da ilha”, “patrimônio de homens insignes”, assim apresentadas pelo narrador, palavras que se definem como cultas pelo nível discursivo em que são empregadas na trama narrativa. O outro é detectar em que medida esses termos cultos constroem sentidos especiais dentro do discurso do narrador em terceira pessoa e de personagens como o mestre-escola Joaquim Moniz

Andrade, o mestre-de-campo José Estevão Borges Lustosa, Monsenhor Gabriel Borges Lustosa, Capitão Cavalo e D.Afonso Jorge II, o mani banto rei do quilombo, pelo nível sociocultural a que pertencem na comunidade na qual estão inseridos e pelas relações de poder que mantêm com as demais personagens do universo ficcional da ilha do Pavão. Antes, porém, sigamos o mapa para encontrar o “tesouro vocabular” de João Ubaldo Ribeiro e analisar o que nele encontramos.

5.2 Os meandros vocabulares do escritor

No primeiro capítulo do livro, João Ubaldo empenha-se em apresentar ao leitor, pela voz do narrador em terceira pessoa, a ilha em seus caracteres físicos, seus habitantes, o espaço em que vivem, as histórias que a cercam de mistérios e magias, enfim, a vida da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão, fundada num dia 23 de janeiro, onde vivem orgulhosos e felizes os joaninos ou os assivissojoemapaenses, como se prefira menor ou maior formalidade de tratamento.

Partindo da visão geral do capítulo em análise, ainda que pareça óbvia a informação, predominam quantitativamente os itens do vocabulário comum, cujo emprego dá suporte ao leitor para construir o sentido daquelas palavras e expressões que não lhes são freqüentes no uso ou mesmo em textos outros.

Certificamo-nos de que algumas palavras imprimem certa dificuldade à compreensão do texto, quando solicitamos a um grupo de universitários do segundo período do Curso de Letras de uma universidade pública que lessem o capítulo e registrassem a presença de algum item lexical que não lhes fosse conhecido. O resultado dessa pesquisa apontou o desconhecimento de 22 adjetivos, 30 substantivos, 12 formas verbais:

Adjetivos

nefana amanhada alcantilada cavilosas entanguidas ajaezadas
taciturna inauditos abissais abismal ruante salsos empaladora
pachorrento escancelada homiziado lancinantes arribados
amalgamado torpes prosélitos naufragoso

Substantivos

entrefolhos dissipação taludes goletas ursulina caleças
humores escol louçainha venefício escarneamento trasgos
ditames grongas grados* falésias guisas alcoviteira
mestre-escola gelosia caneiro curimã marouço repiquetes
apicuns gramuás estriges hostes alcunha menear*

(*) substantivo formado pelo processo de conversão

verbos

alvorotar-se encordoar surdir encafuar acossar açular
enxamear avultar espriar lampedejar tutear-se abeirar-se

Incluídas no conjunto de palavras não dominadas pelos informantes estão algumas formações neológicas¹⁸: i) **assivissojoemapaenses**, substantivo, por processo de conversão a partir de adjetivo gentílico que, por sua vez é derivado de base acrossêmica por sufixação; ii) **corseado e reataviado**, adjetivos como exemplos de neologismos formais; iii) **funileiro e joanino**, neologismos semânticos empregados no texto como adjetivo e substantivo, respectivamente, formados pelo processo de conversão.

Diferentemente do que ocorrerá ao longo da narrativa, quando o narrador recorrer ao discurso direto para ceder o turno da fala a algumas personagens, no fragmento observado não são registradas palavras de baixo calão ou palavrões, à exceção de “peidos”, hoje considerada termo popular de pouco prestígio social e que nos dicionários recebe a rubrica de tabuísmo.

¹⁸ Foram estabelecidos como corpora de exclusão o Novo dicionário Houaiss (2001); Novo Aurélio Século XXI (1999); Dicionário UNESP do português contemporâneo, 2004; Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (2004)

Nesse capítulo do romance, a tradição vocabular atravessa um discurso culto, predominantemente formal, no qual são encontradas palavras construídas com o sufixo **-al**. Segundo Rodrigues Lapa (1998, p.125), esse é um elemento de valor poético ou intelectual: “universal”, “colossal”, “letal”, “abissal”, “abismal”, “infernai”, “financiai”, “monumental”, “descomunal”. Observa-se que nessa relação de adjetivos estão presentes duas formas concorrentes: “abissal”, de base grega, empregado em sentido figurado e “abismal” de base latina.

Com o sufixo **-vel** tem-se “indizível”, “incontável”, “irredutível”, “infindável”, “inesgotável” e “formidável”, palavra cujo significado no texto transgride o sentido com que é usada hoje: *que inspira grande medo, pavor; assustador, aterrador*. “Um diacronismo”, diz o DH, que se confirma semanticamente pela solidariedade das palavras que aparecem no enunciado tais como “negrume”, “encafuar”, “haja fugido”, “acovardada”:

[...] A Lua deixa de existir e o horizonte se encafua para sempre no ventre do negrume, as escarpas da ilha do Pavão por vezes assomam à proa das embarcações como uma aparição **formidável** da qual não se conhece navegante que não haja fugido, dessa passando a abrigar a mais acovardada das memórias.” (FIP, p.9)

Outro caso que consideramos uma transgressão vocabular é o emprego do adjetivo “famígero” que recupera no texto o sentido de origem. A primeira acepção em DH atribui um aspecto melhorativo: *o que leva ou traz novas, o que espalha notícias, o que é conhecido e esperado*. No mesmo verbete há a remissão a “famigerado”, que hoje tem acrescentado a seus sentidos possíveis o traço pejorativo, menos prestigioso, significando “tristemente afamado”, mal visto ou malfeitor:

[...] a principal é de longe a Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão que, havendo sido pisada pela primeira vez por pé cristão num vinte e três de janeiro. Recebeu esse nome em honra do santo do dia, grande santo entre os mais santos[...] voz mais elevada das hostes de Malta, senhor da famígera cruz das oito pontas.” (FIP, p.15)

Alguns termos presentes no texto preenchem as características de compostos eruditos, tal como se apresenta a definição desse fato morfológico nos compêndios didáticos, “antropófagas” e “coprolalia”, sendo esta um substantivo que pertence ao universo terminológico da psicopatologia, cujo significado é *tendência incontável a usar palavras obscenas*, uma das mafeitorias do demônio Apolion.

A luta contra o Mal tem como um de seus representantes na ilha o mestre-escola e boticário Joaquim Moniz Andrade, aquele que “tem domínio da parenética” (FIP, p.17). “Parenética” é palavra erudita de origem grega e significa “ter eloquência religiosa, conhecimento dos discursos morais”.

Há uma série de palavras em circulação cuja etimologia aponta a presença de empréstimos de variadas origens das quais o falante não se dá conta, assimilados que foram ao idioma, não mais sentidos como elementos estrangeiros. Vejamos algumas ocorrências:

francesismos

ruante surdir boticas bugres coragem miragem taludes oeste frotas chaminé satânicos sensações franquear frota divisa feitiço onça

espanholismos

forasteiro menear caudaloso feitiçeras forquilha penha tabaco quiçá atordoar padecimento

italianismos

piloto sentinela cascata comparsa contraforte irreduzível

helenismos

prosélitos demônio falange colossal igrejas caleça meandros caribdes anarquia
--

germanismo

guisas

lusitanismo

capelistas

arabismos

alcouce amalgamado (amálgama) açúcar azeite

A etimologia de algumas palavras mostra o quanto elas viajaram para chegar ao léxico da língua portuguesa. Este é o caso, por exemplo da palavra “botica”, considerado em DH como um termo diacrônico:

prov. fr. *boutique* < gr. *apothéké*, com a pronúncia bizantina *apothíki*; ver *bodeg*;
f.hist. 1460 *butica*, 1499 *botiqua*, sXV *botica*

ou **caleça**, registrada em DH como um regionalismo brasileiro:

al. *Kalesche* (1636)'id.' (< checo *kolesa*, pl. de *kolo* 'roda'), pelo it. *calèse* (1691),
pelo a.-fr. *calège* (1646) e pelo fr. *calèche* (1656)

Outras pertenciam ao latim, mas nos chegaram por outras línguas. Por exemplo, “caudaloso” é etimologicamente descrita em DH como

lat. *capitalis*, e 'que se refere à cabeça; que interessa à vida; capital; principal',
segundo JM, pelo esp. *caudal* 'id'; ver *capit*-; f.hist. c1584 *caudaes*

Tais termos reconstróem a formação do léxico português em território europeu, mas cuida o escritor de marcar o enriquecimento vocabular que as línguas

conviventes no Brasil durante a colonização promoveram. A enumeração de signos designativos de elementos da natureza, fauna e flora, é um traço estilístico no romance de João Ubaldo Ribeiro principalmente na descrição dos ambientes que servem de espaço narrativo, recurso que firma e exalta as raízes brasileiras salpintadas com a cor local.

À exceção de alguns regionalismos como “entanguidos”, “engrolar”, “cavilosas” e “apicuns”, os termos selecionados fazem parte do vocabulário comum e circulam com certa freqüência entre os usuários da língua ou, pelo menos, não causam tanto estranhamento ao leitor. Tal seleção constrói uma paisagem tipicamente brasileira com a presença de termos da fauna e flora locais .

Tupinismos
Flora: sucupira maçaranduba jacarandá ipês jatobá carnaúba piaçava apicum oitizeiro
Fauna: guará jandaia raposas jaburu preás tatu jararacas teiús jandaia tucano cobra-cipó tamanduá sanhaço

Africanismos
Fauna: macaco (or. controv.) marimbondo calango

São de origem tupi alguns topônimos encontrados no texto tais como “Itacaranha”, “Itaparica”, “Pacu” e “Caçu”, assim como outros, africanos, empregados para indicar a origem dos escravos que habitavam a ilha: “Congo”, “Guiné”, “Benim”, “Oió”, “Daomé”. De origem africana também é a palavra “quilombo”.

Ainda registramos os brasileirismos “salpintados”, “entanguidas”, “sobrados”, “cavilosa”, “engrolar”, “gato-do-mato”. Segundo o DH, “aldeia” é considerado um brasileirismo quando designa habitação indígena, como especialização semântica:

aldeia

(1500) Regionalismo: Brasil.
 povoação habitada apenas por índios; maloca, aldeamento

A exploração de campos léxico-semânticos auxilia significativamente a construção de sentidos do texto. Ao referir-se aos entes maléficis, *os príncipes do Mal que surdem traiçoeiramente das trevas abissais para desencaminhar e levar à danação as inocentes criaturas de Deus*”(FIP, p.10), a seleção lexical reúne adjetivos e substantivos que denotam comportamentos negativos, inferiores, criando uma ambiência ideal para explorar o tema, não se satisfazendo o escritor com a nomeação das entidades, apenas:

Príncipes do Mal	
Oriax Agares Cassiel Manon Malquedama Nimorup Apolion Asmodeu	
substantivos	adjetivos
pesadelos demônios miasmas malfeitorias padecimentos inveja despeito entrega do corpo vícios dissipação ganância coprolalia avareza intolerância ódio mentira trevas diabos estriges lobos peidos	torpes arditosos sulfurosos letais lancinantes maligno abissais satânicos luciferinos amaldiçoados

A presença de termos de especialidade é também observada. Pelo menos dois campos do conhecimento humano são ativados no texto pela presença de itens lexicais a eles pertencentes. Com relação aos termos de marinharia tem-se “embarcação”, “navegante”, “velas”, “cascos”, “galeota”, “batelão”, “barco”, “ancoradouro”, “atracadouro”, “proa”, “pôr a pique”, “vagalhão”, “piloto”, “maré”. Ao descrever a geografia detalhada da ilha estão presentes “praias”, “ilha”, “ponta”, “enseada”, “angra”, “baía”, “lagoa”, “laguna”, “arrecifes”, “cascatas”, “morrotes”. Ainda

que no texto em análise as palavras mantenham o traço “termo de especialidade”, conforme registrado em DH, a maioria delas se estendeu ao uso comum perdendo a característica de termo exclusivo.

A linguagem figurada confere ao texto expressividade pelo emprego de palavras que hiperbolizam os sentidos pretendidos, como os adjetivos na forma superlativa, “crudelíssimo” e “altíssimo”, ou explorando a camada sonora dos significantes como é o caso dos adjetivos em **-al**, já assinalado, em **-oso** como “caudaloso”, “numeroso” e **-ento** em “pachorrento”.

Palavras como “nordestezinho”, “chuisquinho” e “brisazinha” dão o tom coloquial ao último parágrafo do capítulo no qual o narrador descreve o amanhecer na ilha. Nessa passagem os termos eruditos ou formais cedem lugar às palavras de uso comum, talentosamente combinadas para pintar a rotina daquele *lugar onde as mulheres ralam milho e coco e formigam em meio a gamelas e panelas*”(FIP, p.18) ou *“cumprindo a missão que lhe foi dada desde a Criação um grande bem-te-vi atitou energicamente na copa de um oitizeiro no Largo da Calçada”* (FIP, p.18)

Pelo levantamento feito até aqui, verifica-se que João Ubaldo Ribeiro transita pelos diferentes vocabulários com sucesso na construção dos sentidos, mantendo a coerência entre texto e intenção discursiva. A seguir, verificaremos o comportamento vocabular quando é dada voz às personagens.

5.3. Os meandros vocabulares das eminências da ilha

O domínio da norma culta pelo mestre-escola da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão, Joaquim Moniz Andrade, cujo engenho gramatical criou o adjetivo pátrio “assivissojoemapaense” para designar os nascidos na vila, enquadra-o na elite cultural da vila. O reconhecimento do talento com as palavras faz com que seja requisitado pelo intendente, toda vez que é necessário elaborar os textos oficiais, as posturas da administração pública, que são firmados por uma das incontáveis plumas de pato com *que Dão Felipe Mendes Furtado ia às turras com a grafia e a*

sintaxe, para depois, amaldiçoando o cálamo rebelde, desejar a morte súbita de todos os palmípedes do universo e a conseqüente extinção da laia dos escrevedores e gramáticos. (FIP, p.40). O narrador nos apresenta um desses textos oficiais:

“Nessas duas páginas, em meticolosa caligrafia processual, faziam-se primeiramente assisados considerandos, a saber, entre outros: que era da natureza das diversas raças e povos díspares opugnarem-se entre si, se submetidos a excessiva convivência, como sobejamente ilustrava a História, estando o índio para o branco, assim como o hitita para o egípcio, ou este para o hebreu, ou os romanos para os filhos de Dido; que os da raça vermelha, em todas as partes do mundo, por mais que forcejassem a caridade e o empenho catequético dos brancos, mostravam-se invariavelmente infensos ao mais elementar ensinamento, quer da cristandade, quer da urbanidade, embriagando-se em público, trafegando sem roupa ou qualquer espécie de cobertura, bebendo a fumaça do cânhamo-da-índia ou do tabaco, soltando nos ares vapores ofensivos pelo vaso traseiro, dando-se a algazarra a toda e qualquer hora, refugando trabalho honesto e ignorando a autoridade; que cabia à Intendência da Câmara o zelo da ordem pública, da moralidade e dos bons costumes, múnus em cujo fiel e indemovível exercício penhorariam honra e vida; que a própria palavra “selvagem”, ordinária do mais patricio e castiço latim e digna de pena de um Cícero ou de um Tito Lívio, queria dizer “próprio da selva”, construindo-se a partir desse alicerce um perfeito silogismo, nos puros moldes do insigne mestre de Estagira: selvagens são os habitantes da selva; os índios são selvagens; ergo, o sítio próprio para os índios é a selva, não havendo como refutar tão exata razão sem que a lógica do universo se derribe. Tudo isso e mais outros juízos e postulados levavam o intendente e a Câmara a haver por bem injungir os ditos índios a deixar a vila para dela não mais se aproximarem, a não ser portando salvo-conduto, concedido ao alvedrio da Intendência. Três dias a contar da data, o índio pilhado na sede da vila receberia por ensinadela ser posto a ferros e escorraçado de volta ao meio natural. Pela segunda vez cometendo a mesma felonía, penaria todos os rigores da lei cabíveis a desordeiros, vagabundos, salteadores e demais celerados que sobejam em sua grei imunda.”(FIP, p.40-1)

Os “lavors de erudição” de Moniz Andrade se concretizam quando ele traz ao texto a perífrase “mestre de Estagira” para referir-se a Aristóteles, ou quando faz

alusão a Dido, personagem da *Eneida*, de Virgílio. O conhecimento histórico se afirma ao serem lembradas as guerras infindáveis empreendidas por hititas e egípcios, egípcios e hebreus, romanos e cartagineses em analogia à incompatibilidade que existia permanentemente na ilha entre brancos e índios. É bem verdade que nos embates entre índios e brancos, os “brancos” eram certas pessoas da elite e algumas religiosas da vila apenas, como desabafa índio Balduino: *Toda gente gosta de índio! Assomente é Dão Filipe que não gosta! Assomente Dão Filipe e as beata beguina! Assomente Dão Filipe e as beatas beguina e os miserave!* (FIP, p.41)

Pelo emprego da conjunção *ergo*, pressupõe-se ter o mestre algum domínio do latim, nobre e pura língua dos grandes oradores romanos lembrados no texto pelos antropônimos “Cícero” e “Tito Livio”. O conhecimento da retórica grega apresenta-se pela construção silogística em torno da palavra “selvagem” como argumento lógico e inquestionável para justificar o retorno do índio ao seu lugar natural.

A formalidade exigida por textos dessa natureza é cumprida à risca pelo mestre-escola, principalmente quanto ao vocabulário empregado, mas não pelo narrador, que simplifica a redação oficial ao empregar “considerandos” em lugar de “considerando”. A conversão do verbo em substantivo reduz ironicamente a formalidade do termo que deveria ser empregado diante de *cada uma das reflexões, observações, razões ou motivos que se enumeram em parágrafos, como introdução ou prólogo a um documento (leis, decretos, sentenças, conclusões, propostas etc)* de acordo com a definição apresentada em DH, embora siga respeitando a sintaxe subordinativa própria da “fôrma” peculiar desses textos.

Se brancos e índios estão em constante luta, motivos hão de existir e, para marcar a integridade moral de uns e o destempero social de outros que geram o conflito, serve-se o gramático ilhéu de expressões que desenham o comportamento de cada grupo, segundo o lugar de onde a personagem produz o discurso:

Os selvagens	Os brancos
opugnam-se (entre si)	forcejam a caridade e o empenho catequético
embriagam-se	zelam pela ordem pública, pela moralidade e pelos bons costumes

são infensos aos ensinamentos	
trafegam (sem roupa ou cobertura)	ensinam urbanidade e cristandade
bebem (a fumaça do cânhamo-da-índia)	
soltam vapores (ofensivos)	
dão-se a algazarras	
refugam (trabalho honesto)	
ignoram (a autoridade)	

O objetivo dos argumentos é embasar a justa ordem de expulsão dos índios. O nível vocabular se mantém culto quer na referência às impropriedades do comportamento dos “selvagens”, quer nas ações pedagógicas aplicadas pela administração pública para recuperá-los. Mesmo que as atitudes dos selvagens sejam perniciosas à sociedade local, as palavras e expressões que as referenciam pertencem ao vocabulário polido. Assim, os índios não lutam entre si, mas opugnam-se; não andam nus, trafegam sem roupa. Não peidam, mas soltam vapores; não são preguiçosos ou perniciosos, mas refugam trabalho honesto.

Chama a atenção o emprego incomum do verbo beber em lugar de fumar. Das acepções apontadas na entrada lexical “beber” em *bebendo a fumaça do cânhamo-da-índia*, “sorver” é a que mais se compatibiliza semanticamente, uma vez que a primeira acepção dicionarizada em DH é *beber aspirando*. No *Novo Aurélio. Século XXI* (1999), encontramos o emprego literário do verbo “beber” com o mesmo sentido daquele explorado por João Ubaldo na abonação *Vai beber o pleno ar...*, um dos versos do poema de Manuel Bandeira *Voz de fora*¹⁹.

Os adjetivos empregados têm seu valor literário: “assisados”, “infensos”, “indemovíveis”, “insigne”, “patrício”, “castiço”, estando todos antepostos ao substantivos, o que lhes acrescenta um traço afetivo conotado pela subjetividade na escolha da organização dos termos do sintagma.

Sobre a anteposição de adjetivos, Júlio Casares (1950, p.124-5) fala da necessidade de verificar se o conjunto adjetivo-substantivo não constitui um todo significativo como ocorre em “pobre diabo” (indigente), pois se retirarmos o adjetivo, o que resta é “diabo” que, desacompanhado do adjetivo não tem ligação semântica

¹⁹ O poema citado faz parte do livro *Estrela da vida inteira*, p. 22.

com “indigente”, sinônimo da expressão. Estilisticamente é produtivo o emprego do adjetivo anteposto em combinações livres como “pobre mulher”, “pobre criança” etc, em que a subtração do adjetivo provoca a perda do traço estilístico, mas “mulher” e “criança” não perdem a sua significação de base.

As demais formas adjetivas, cujo emprego apenas qualifica o substantivo, são pospostas, obedecendo à ordem mais freqüente de uso no cotidiano da língua, mas ainda assim são selecionados de acordo com o padrão culto: “dísparos”, “ofensivos”, “imunda”, “catequéticos”.

Martins (2000, p.79) afirma que os substantivos abstratos têm a propriedade de *destacar o sentimento, a qualidade o estado com mais realce*. No trecho em análise estão presentes os nomes abstratos “ensinamento”, “cristandade”, “urbanidade”, “moralidade”, todos referentes aos princípios éticos, morais e religiosos que orientavam a manutenção da ordem pública da vila, em contraste com os nomes concretos que circunscrevem o comportamento profano dos índios tais como “algazarra”, “vapores”, “fumaça de cânhamo-da-índia”, “tabaco”. Na enumeração da gama de malfeitores, o hiperônimo “celerados” se desenvolve em hipônimos que constituem a grei imunda: “desordeiros”, “vagabundos”, “salteadores”.

Além das palavras que apresentamos aqui como itens vocabulares freqüentes no discurso culto, destacamos o substantivo “felonia” que, de todos aqueles já referidos, foi o único a receber em DH a rubrica *uso formal*. A palavra “múnus”, cujo significado é *tarefa, dever obrigatório de um indivíduo; encargo, obrigação*, pareceu-nos uma escolha especial do escritor para valorizar ainda mais o empenho no cumprimento do dever junto à sociedade sob a proteção da coroa portuguesa ali representada por Dão Felipe de Melo Furtado. O *Dicionário Aurélio* apresenta como abonação o emprego literário dessa palavra em *D. Frei Bartolomeu*, de Aquilino Ferreira. O termo também está registrado no *Dicionário de Usos*, de Francisco Borba.

O texto redigido atendeu aos objetivos de quem o solicitou e de quem redigiu, pois tem-se ali, se desfeita a estrutura do discurso indireto, uma postura municipal dentro dos padrões formais, inclua-se o vocabulário culto, exigidos pelo contexto, e permitiu ao mestre-escola exercitar sua competência gramatical e erudita. Sem dúvida, porém, criou problemas, de maneira direta ou indireta, para outros

interessados no assunto no que diz respeito à leitura e intelegibilidade do texto. Em alusão à natureza truncada dos textos presentes em leis, portarias, contratos que enganam o cidadão pela dificuldade que tem de ler e entender o que ali está disposto, o espírito crítico do escritor se revela pela voz do narrador no trecho a seguir:

“ _ Tudo mentira! _ gritou Balbuíno, apesar de não haver entendido quase nada do que lô Pepeu, com alguma dificuldade, lera em voz alta.”(FIP, p.41)

Em outra parte do romance, agora em estudo o capítulo XVI, a habilidade escritora de Moniz Andrade é requisitada novamente. Desta vez, para a elaboração de um memorial que seria encaminhado a Capitão Cavallo na tentativa de persuadi-lo a “transformar-se numa espécie de governador tirânico, cuja missão principal seria sem dúvida alguma atender aos interesses deles e estender-lhes todo tipo de favor e privilégio” (FIP, p.154), segundo o ponto de vista do narrador. O memorial assim se inicia :

“Ai, América Portuguesa, sol do novo mundo, gema celsa da Coroa, torrão de cabedal inexaurível, a que ponto chegaste, nesta sesmaria deslembada, em que seus princípios e ordenação se envilecem, sua gente se mesticiza e se deprava, sua autoridade não se reconhece, seus camaristas e homens bons se desprestigiam e seu elemento servil se há como Livre? Ter-se-á ao menos lenitivo para tantas aflições, poder-se-á ao menos esperar algum governo em tanto desgoverno, algu'a mão segura a guiar os destinos da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão?”(FIP, p.141)

Destacam-se nessa passagem as palavras que cumprem sua função poética – “celsa”, “cabedal”, “inexaurível”, “deslembado” (em lugar de esquecido), “envilecer”, “deprava”, “mesticiza”, “camaristas”, “lenitivo”, “torrão”, “sesmaria”, “elemento servil”. É um discurso pomposo que, pela materialização dos enunciados, denota o domínio não só do padrão da língua, mas também acentua uma certa intimidade no uso da palavra com fins estéticos.

O esforço empreendido na produção do texto é ironizado pelo narrador quando este descreve o processo de elaboração do documento no mesmo nível de registro do documento oficial, isto é, produz um enunciado marcado pelo excesso de formalidade purista nas expressões em destaque:

“Assim indagava, a folhas tantas, o memorial **arduamente penejado**, em jornadas **longuíssimas** e noites **indormidas**, pela mão **doutíssima** do mestre José Joaquim Moniz de Andrade e submetido a duros debates e emendas, entre os pares reunidos na recém-formada Confederação das Vilas da Ilha do Pavão, com sede provisória na Câmara assissojoemapaense, memorial esse a ser entregue pela **legaço** que se enviaria a Capitão Cavalo”.(FIP: p.141-2)

Ao longo do capítulo, o narrador persegue o objetivo de ridicularizar o excessivo esmero lingüístico na formulação do documento, e para isso não poupa o emprego de palavras e expressões no mais puro e culto estilo, donde se destacam os termos eruditos “hegemonia” e “magna”:

“Acresciam-se a isso o natural ressentimento das vilas menores em relação a São João e o medo de que **sob a cor da restauração** da ordem, houvesse pretensões de ampliar a **hegemonia** joanina já em vigor, por força de sua riqueza e prosperidade.” (FIP, p.142)

“A eloquência e o poder de persuasão do intendente[...] é que foram capazes, a duras penas, de mobilizar a consciência conservadora dos ilhéus, para convergi-la nos antigos ideais, agora **desonestados**”. (FIP, p.142)

“Diversos assuntos de **magna** importância contribuíram também para a demora da tomada das providências”. (FIP, p.142)

[...] depois de dois dias de alterações e discursos arrebatados chegou-se a uma **solução conciliatória**, com a escolha do mestre-de-campo Borges Lustosa, comandante das tropas que, em **circunstâncias** tão **adversas**, impuseram **acaçapante** derrota às **hordas** de

selvagens capitaneados pelo **ardiloso** e **carnífice** chefe índio Balduino Galo Mau.” (FIP, p.143)

“E atabalou-se em quarto lugar sobre o custeio da expedição, das provisões aos **jaezes** das mulas e burros bem como a presença de presentes protocolares” (FIP, p.143)

Quanto à origem, no conjunto de palavras destacadas nos fragmentos anteriores encontram-se dois francesismos, “protocolar” e “horda”, e “eloquência”, um termo da retórica. O índio é *cruel, sanguinário*, mas o escritor prefere “carnífice”, menos freqüente e mais sugestivo em relação à idéia de canibalismo associada aos selvagens. Curiosa é a origem de “acaçapante”. O DH nos remete a “acaçapar”, cuja primeira acepção é *tornar(-se) semelhante a caçapo ('coelho'); fazer ficar ou ficar em posição corporal semelhante à do caçapo, quando se esconde do caçador*. Por extensão de sentido chega-se a *derrotar ou anular inteiramente; dominar, submeter, subjugar ou diminuir moralmente, fazer perder o valor ou dignidade; humilhar*, sentido em que a palavra está empregada.

Muito produtiva na construção de sentidos de humor no texto é a passagem em que, mais uma vez, a evocação dos escritores latinos, representantes clássicos da boa literatura, servem como argumento de autoridade. Os antropônimos “Cícero”, “Lucrecio”, “Tito Lívio” e “Sêneca” impõem-se aos confederados, que não dominam a “língua original”, as fontes da mais pura erudição do mestre-escola. Pelo conhecimento acadêmico, correção e propriedade de estilo que impetuosamente defendia, e mais ainda pela ignorância dos demais, Moniz Andrade sobrepõe-se ao pares presentes à reunião e tem seus torneios gramaticais e estilísticos aprovados, como nos mostra o narrador:

“E, derradeiramente, ponderou-se à exaustão cada pequeno trecho do memorial, quase sempre diante de objeções impetuosas de seu autor, notadamente quanto à correção e propriedade de estilo, por ele defendidas através de citações de Cícero, Lucrecio, Tito Lívio, Sêneca e outros representantes clássicos da boa prosa, sempre em língua original, a qual, sendo ignorada por quase todos os outros,

assegurou a aprovação de praticamente todos os pontos estilísticos sustentados por Moniz Andrade” (FIP, p.143-4)

Tanto na postura municipal quanto no memorial o escritor busca, com o emprego de certos substantivos abstratos, adjetivos em **-oso**, advérbios em **-mente** criar um efeito de sentido hiperbólico que, pela caricatura, pelo exagero, critica a intenção de se produzirem textos argumentativos dentro de excessivos rigores da norma culta como forma de opressão, de intimidação. Também o emprego de nomes adjetivos no grau superlativo denota um transbordamento emotivo com dimensões de exagero que dão ao texto traços grotescos.

O discurso autoritário marcado por uma ideologia totalitária, antecipada pelo narrador quando usou o adjetivo “tirânico” em passagem citada anteriormente, vem disseminado nas propostas que seriam feitas a Capitão Cavalo, marcadamente pelo emprego de palavras cuja força de significação aponta a implementação de um regime político que poria em risco a liberdade do povo da ilha :

I-Que o povo,em sua geral ignorância e desinteresse pela coisa pública não podia ficar entregue a seus próprios desígnios desorientados, merecendo, e principalmente, necessitando de condução firme e enérgica;

II- que tal ausência de comando gerava iniquidade e mazelas morais de todos os tipos, arriscando-se a ilha a vir a ser objeto da ira divina pelo esquecimento da Sua verdade e pela prática de atos de origem ilegítima e mesmo diabólica;

III- que o afrouxamento do domínio do elemento servil praticamente o abolia como tal, o que não só era contra a lei e aos costumes da Coroa, como violava a própria vocação da raça escravizada, contrariava a Natureza e subvertia a ordem da sociedade;

IV- que os índios, por sua própria índole e criação selvagens, não podiam ter presença tolerada nas vilas, nas aldeias brancas, em que exerciam influência deletéria sobre a educação do povo e praticavam costumes inaceitáveis pelos civilizados;

V- que, diante de todo o exposto, somente um governo forte e implacável, apoiado pelos cidadãos prestantes, poderia remediar a situação e, para exercer esse poder era convocado Dão Baltazar Nunes Feitosa, Capitão Cavalo, que poderia ser para a Ilha do Pavão, o que os grandes césaes foram para Roma..”(FIP, p.144)

Mais uma vez a seleção vocabular empresta coerência ao texto. Os adjetivos “firme”, “enérgica”, “forte”, “implacável”, “exercer poder”, “césaes” permitem inferir a truculência das novas idéias de governo na ilha para garantir a ordem social. Tais práticas se justificavam do ponto de vista do memorial, pois, afinal de contas, existiam “iniqüidades” e “mazelas morais” na ilha. E quem as provocava? O “elemento servil” liberto, que “viola”, “contraria” e “subverte”, verbo ameaçador para qualquer regime instituído, e os índios, “selvagens” de índole, de influência “deletéria” para a educação popular. Nessas circunstâncias o apoio das pessoas que prestam, ou “prestantes”, é fundamental. No DH, esse termo tem como acepções *que gosta de ajudar; prestativo, prestador e que é notável por suas obras ou feitos; ilustre, insigne*. Pelo contexto, a vaidade e a prepotência das autoridades da vila nos encaminham para a segunda acepção. Como recurso argumentativo, Deus e o diabo são chamados à discussão pelos adjetivos “Divina” e “diabólica”.

Outra insigne figura da vila é o mestre-de-campo José Estevão Borges Lustosa, a quem cabe, na ação narrativa, zelar pela manutenção da ordem militar da região. O nível de competência lingüística que recobre a personagem é consequência da diversidade de conhecimentos adquiridos em sua formação militar, como nos apresenta o narrador:

“Mas não, a intelecção militar não limita seus horizontes às meras táticas de combate. O verdadeiro intelecto militar apreende, como os grandes capitães da antiguidade, toda sorte de conhecimento, das artes políticas à grande filosofia.” (FIP, p.169)

Assim, ficam justificados os arroubos retóricos praticados toda vez que a personagem é instada a falar por força da posição que ocupa na hierarquia administrativa da ilha. A prodigalidade do orador é marcada por adjetivos que hiperbolizam o discurso proferido, devidamente *registrado em ata, em papel escrupulosamente rubricado por todos os presentes* (FIP, p.61). como se vê a seguir:

“Como primeiro registro, ditou uma breve história da ilha do Pavão e alinhavou algumas palavras em anástrofes graciosamente torneadas, assíndetos arrebatados, aliteraões extasiantes e demais recursos que a língua provê os que a defendem da mesma forma intransigente com que guarnecem o torrão natal, sobre o heroísmo de seus ancestrais, concluindo com algumas estrofes de sua lavra.” (FIP, p.61)

Nessa passagem, João Ubaldo cede à personagem os substantivos abstratos “intelecção” e “intelecto” para ressaltar o engenho dos grandes militares da antigüidade a quem Borges Lustosa indiretamente se compara, embora, mais adiante, todo esse engenho seja acabrunhadamente derrotado pela esperteza de Balduíno Galo Mau na batalha do Borra-Botas.

O cuidado com a construção das expressões bimembres é denotado na escolha dos adjetivos que acompanham as figuras de estilo: “torneadas”, “extasiantes” e “arrebatados” podem sugerir ao leitor se tratar de adjetivos com significados específicos em relação a cada um dos substantivos, mas que poderiam permutar sem que a troca afetasse significativamente o valor denotativo da passagem, ou ainda, um só deles serviria como qualificador único dos três substantivos. O emprego da sinonímia, no entanto, serve para conotar o talento do orador Borges Lustosa na exploração dos recursos expressivos da língua pátria, a impetuosidade de seu temperamento e ainda um bom repertório vocabular. O domínio da língua culta e as relações de poder mais uma vez caminham juntos sob o olhar crítico do narrador. O competente orador fala, dita, expõe, mas não escreve. Falar é fácil, escrever é que são elas, diz o ditado popular, e o narrador não deixa o descompasso entre fala e escrita passar em branco, ridicularizando os excessos da personagem:

“Para encerrar os trabalhos, o mestre-de-campo levantou-se e, com a ajuda de uma grande lousa em que não escrevia nada, mas sublinhava o que falava com círculos e traços enérgicos, expôs primeiramente o que os mais sábios, estudiosos, cronistas e navegantes concordavam ser a verdade sobre os selvagens”.
(FIP, p. 62)

Também aos olhos do Lobo de São João, os índios não gozam de boa reputação e a escolha de substantivos e adjetivos a referenciá-los denota isso. Entre outras atitudes menos valorativas, os índios são “selvagens” que ostentam “espantosa indolência”, têm “pouca indústria”, apropriam-se de “bens alheios” e sua natureza é “traíçoeira, ardilosa, velhaca e mentirosa”. Nessa última série adjetiva também os significados se tangenciam, mas a seqüência estabelece uma gradação enfática quanto à não credibilidade nos índios.

Um recurso muito empregado por João Ubaldo é o uso de palavras pertencentes a um campo léxico-semântico na maioria das vezes ligado a uma determinada atividade. Assim, ao organizar a viagem de navio da comitiva que ia ao encontro do irmão do mestre-de-campo, Monsenhor Gabriel Fortunato Borges Lustosa, ou ao tratar das viagens feitas no passado por Capitão Cavallo, cuida o escritor em apresentar vocábulos que, nos dicionários, recebem a rubrica “termo de marinha”. Quando abordamos o vocabulário do escritor (4.2) apresentamos outros termos também do campo semântico de “navegação”, cujo paradigma agora se amplia:

termo	significado
vaso de guerra	navio
ensecar	encalhar
proejar	navegar em certa direção; aproar
afocinhar	mergulhar (a embarcação) a proa mais que a popa; embicar
batel	a maior das embarcações miúdas que serviam aos navios antigos, ger. naus e galeões
nau	designação dada desde o século XVII a navio de grande porte

piloto	aquele que pilota navio mercante, como oficial de náutica ou como prático de porto, subordinado ao comandante
tripulação	conjunto de pessoas que guarnece um navio
frota	conjunto de navios de guerra ou de navios cujo fim específico se designa (frota mercante, frota pesqueira etc.)
fundear	lançar, deitar (ferro ou âncora); aferrar, ancorar
deitar ferro	ancorar; lançar âncora
comboio	conjunto de navios mercantes que navegam reunidos com escolta de vasos de guerra
mareação	governo de uma embarcação
arribar	alcançar (embarcação) a riba, margem, praia, porto ou costa; aportar
embarcação	qualquer estrutura flutuante destinada ao transporte de pessoal e/ou carga
brigue	navio de dois mastros com velas redondas e cestos de gávea e também uma vela latina no mastro de ré

Em outra passagem da narrativa, Borges Lustosa tenta sensibilizar o representante eclesiástico a interferir na desorganização da Vila de São João. A intenção discursiva é convencer um interlocutor que, além de dominar o padrão culto, ainda tem qualidades oratórias inerentes à sua formação e necessárias à função que exerce. Por isso, a seleção vocabular imprimirá sentidos hiperbólicos não só pelo emprego de recursos já apontados, mas também pela escolha de palavras como "anarquia", "olocracia" e "dulocracia". Dada a opacidade dessas palavras eruditas de origem grega, o escritor preocupa-se em facilitar a compreensão do leitor, definindo-as por meio de metalinguagem. "Gentalha", um italianismo, exacerba o sentido pejorativo atribuído ao elemento servil, assim como "barbaria". Outras palavras denotam o cuidado com o vocabulário: "ombream-se", "inata", além dos termos jurídicos "ordenações" (*corpos de leis que vigoravam em Portugal e no Brasil, no período colonial e imperial*) e "editos" (*qualquer preceito legal*):

"Ouvii, então[...], a espantosa descrição do estado a que chegara a ilha do Pavão, praticamente uma olocracia independente, às vésperas da anarquia, onde não tinham vigência, ou mesmo desconheciam, os editos e ordenações da Coroa, nem as regras da Igreja, onde, o elemento servil já praticamente não

existia, onde, se se dissera olocracia, governo do vulgo e da gentalha, melhor se dissera dulocracia, governo dos escravos, pois que se ombreiam com seus senhores comprando propriedades, comerciando, vestindo-se como brancos, tanto negros quanto negros; onde os selvagens a nada obedeciam e exerciam sua barbaria nas vilas ou onde quer que lhes apetecesse, tal comprovando a batalha da Sedição Silvícola, vencida em condições adversíssimas e graças à bravura inata dos assivissojoemapaenses”. (FIP, p.189)

Como última instância de poder, o mestre-de-campo recorre à Santa Madre Igreja para ajudar na expulsão dos índios e restabelecer a ordem social e moral da vila. O escritor põe em cena Monsenhor Gabriel Fortunato Borges Lustosa, *homem da mais estreita confiança e convivência junto ao bispo da Bahia* (FIP, p.169), isso porque

“[...] os seis padres de que dispunham já de muito se haviam se afeito aos costumes da terra e todos eles, reconheça-se a verdade por todos já sabida, mantinham raparigas e se entregavam a práticas muito pouco probas. O mesmo podia ser dito de frades e freiras em geral, não havia ponto em que não se envergonhasse a Assinalada Vila de São João.” (FIP, p.170)

Os motivos do pedido de ajuda justificavam que se instalasse na vila a Mesa de Visitação e a seleção vocabular prima pela justeza dos termos específicos para circunscrever a visita oficial. Uma das acepções da palavra “visitação” no DH é *informação recolhida sobre as respectivas igrejas e comunidades pelo visitador de um bispado, a qual ele transmite ao prelado ou outro superior hierárquico* e se enquadra perfeitamente no contexto, pois esse é o objetivo, ou melhor, um dos objetivos da presença da Igreja ali. A partir desse eixo semântico, outras palavras se reúnem para construir o ambiente de terror em que se transforma a vila: “devassa”, (termo jurídico; *apuração minuciosa de ato criminoso mediante pesquisa e inquirição de testemunhas*), “visitador” (*que ou aquele que é encarregado de fazer visitas de inspeção (a repartição, instituição religiosa, escola etc.)*), “herege” (*que ou quem professa uma heresia; que ou*

quem professa doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja como dogma; diz-se de ou cristão católico que, de forma tenaz, nega ou põe em dúvida verdades da fé católica), “depor” (termo jurídico) declarar ou testemunhar em âmbito jurídico), “denunciar” (atribuir a responsabilidade de (ação criminal ou demeritória) [a alguém ou a si mesmo]), “excomunhão” (termo religioso: penalidade da Igreja católica que consiste em excluir alguém da totalidade ou de parte dos bens espirituais comuns aos fiéis), “expropriação”, um francesismo de base latina, (termo jurídico: ato de privar o proprietário daquilo que lhe pertence); “Igreja” (Santa Madre, Santa Madre Igreja) “pecado”, “pastoral”, “diocese”; “bispado”. Das palavras relacionadas, registramos as de etimologia grega, adaptadas ao latim: “herege” e “diocese”

Outras palavras enriquecem o conjunto de termos ligados à prática religiosa: “edículas”, nichos”, “oratórios”, “capelas”, “imagens”, “bentinhos”, “medalhas”, “preces”, “celícolas” marcando a oportuna religiosidade dos habitantes da vila.

Os santos são evocados como intercessores junto à Divina Providência para que os pecados transformados em pavores excruciantes sejam perdoados ou esquecidos. Ubaldo seleciona aqueles que, à exceção de São Judas Tadeu, São Pedro e São João de Jerusalém, são *esquecidos ou ignorantemente desprestigiados, mas revelam, ao serem despertados do imerecido olvido, invulgar desempenho na solução das causas em que sua intervenção lhes é suplicada* (FIP, p.246): São Leandro, Santa Matilde, Santo Anascário, São Remberto, Santo Elói, Santa Brígida, Santa Godeliva, Santa Batilda, São Julião Hospitaleiro, São Nicéforo, Santo Edmundo, São Jacinto, Santa Agatonice. A excêntrica lista dá o tom de humor crítico à narrativa.

Se em levantamentos anteriores encontramos a referência à língua latina pela citação dos clássicos, aqui ela se apresenta concreta nos enunciados construídos em “língua original” toda vez que Monsenhor Gabriel Fortunato se exalta diante das informações prestadas por seu irmão sobre as irregularidades da vila, deixando patente sua erudição e marcando inequivocamente o lugar de onde fala:

“ _ O tempora, o mores! _ disse Monsenhor, levantando-se da cadeira de braços onde terminara por derrear-se, sob o peso da exposição de tanta

impudência. Sim, faz-se urgente, mais que urgente, faz-se premente que essa providência seja tomada! O mal está sendo feito, mas será cortado pela raiz. *Oderunt peccare maré mali formidine pœnæ*. O castigo corrigirá essas faltas terrificantes. Só me admira que Vossas Mercês somente agora tenham achado por bem recorrer à autoridade da Igreja. Havíeis que tê-lo feito antes, quando tanta nequícia ainda não fora cometida, tardaste muito, tardaste quase ao ponto da cumplicidade.” (FIP, p.189-0)

“_ Não serão o poder e a fortuna desse que chamam pela alcunha desairoso de capitão Cavallo que o isentarão do nosso escrutínio. *Dominus index est, et não apud illum gloriæ personæ*. O Senhor Bom Deus não faz distinções entre seus filhos, a não ser quanto ao pecado.” (FIP, p.190)

Mas nem só de “latins de padres, como dirá o rei quilombola, é marcado o vocabulário do Monsenhor. Para construir a imagem inatacável dos representantes religiosos, foram empregados termos pertinentes ao uso culto da língua, ditos ou pensados por ele diretamente, tais como “impudência”, “terrificantes”, “desairoso”, “nequícia”, “escrutínio” (desse conjunto, somente “desairoso” não tem etimologia latina) ou intermediado pela voz narradora, tais como “austeridade”, “gradas”, “inatacabilidade”, “provação”, “ilícitos”, “ímpios”, “imputáveis”, “pronunciações”, “denúncias formais”, “contribuição pecuniária”, “expição dos pecados”, com se vê no excerto a seguir:

“Já conheciam a postura pública imprescindível aos visitantes _ austeridade, inatacabilidade acima de qualquer provação. Nenhuma intimidade com quem quer que fosse, mesmo com pessoas gradas que constituíram a comitiva do Santa Cruz e as muitas outras que viviam na ilha. Os Visitadores representavam a diocese, a diocese não, a própria igreja e peso maior e edificante cai bem a bem poucas espáduas. Obtivessem de seu irmão a relação de cidadãos que seriam chamados a responder aos tradicionais quarenta quesitos, sobre os atos ilícitos e ímpios cometidos pelos outros. Conforme observassem a conduta do povo, acrescentassem mais quesitos que pudessem ampliar o leque dos atos imputáveis e assim favorecer a que mais gente fosse

denunciada. Cuidassem que não deixasse de haver um bom número de pronúncias, denúncias formais a serem julgadas pela diocese, mas nunca de gente que adiantasse sua contribuição pecuniária para expiação dos pecados”. (FIP, p.203)

Ao fim do trecho, de forma polida, ou politicamente correta, o narrador apresenta, por meio de metalinguagem muito bem construída quanto à seleção lexical, um dos grandes males que comprometem o comportamento das pessoas públicas da ilha, a corrupção, jogando com os sentidos dos sintagmas “contribuição pecuniária” e “expiação dos pecados”. Para o monsenhor, o dinheiro (pecúnia) redime (expia) o pecado humano.

As ilicitudes, porém, não estão só nas ações do populacho. Dentre os atos irregulares e ímpios acontecidos na vila, foram denunciadas à Mesa Visitadora certas práticas sexuais impingidas pelo comandante Borges Lustosa aos milicianos Cosme e Domitilo. As formalidades exigidas pela sindicância, faz o Visitador empregar um vocabulário técnico para descrever objetivamente aquilo que desejava fosse confirmado ou não pelo miliciano Domitilo:

“Contou que, por denúncia partida não sabia onde, o Visitador lhe perguntara se era fato que seu vaso traseiro era assiduamente usado como se fora vaso dianteiro de mulher” (FIP, p. 254)

Prosseguindo o interrogatório, trocando o interesse público pelo privado, deixando de lado o papel oficial que cumpria, monsenhor parece desviar-se dos objetivos primeiros, expondo a face escusa do comportamento do religioso pela substituição de “usar vaso traseiro como se fora vaso dianteiro” pelo forma verbal “enrabar”, ao pedir detalhes sobre o fato:

“[...]ordenou que a história fosse repetida, sempre com exigência de pormenores, chegando mesmo a indagar se o mestre-de-campo os enrabava metido em seu uniforme de campanha”. (FIP, p.255)

Mudou o ponto de vista, mudou o vocabulário. Em DH, a forma verbal “enrabar” não é considerada palavra chula ou tabuísmo. Já no NA²⁰ aparece essa rubrica. Além do verbo, a exigência de pormenores e a repetição da história prenunciam que, além de mestre Borges Lustosa, alguém mais apreciava aquela prática sexual.

Capitão Cavalo é outra figura importante, senão a mais importante da ilha, que se distancia, porém, das demais pela ideologia que rege seus atos e conduz seus pensamentos em relação à vida local. Dão Baltazar Nuno Feitosa começou a promover as mudanças que tanto incomodavam aos representantes da Corte depois que a esposa, Dona Joana Maria, em seu leito de morte, fez com que ele enxergasse as injustiças que aconteciam por lá.

As viagens que empreendeu como aventureiro, pirata e contrabandista quando mais moço, além de fortuna, lhe deram oportunidade de aprender muitas coisas *não só da filosofia natural, como da sabedoria política, cuja lição principal foi que rei distante é rei nenhum e bispo distante é bispo que não se escuta* (FIP, p.146). O domínio de conhecimentos e experiências vários justifica o uso do padrão culto da língua nas situações em que tal comportamento lingüístico é exigido.

Mais uma vez o escritor não se satisfaz em fazer referência generalizante às viagens de Capitão Cavalo pela costa oriental da África. O emprego de topônimos evoca aquelas terras, pormenorizando os lugares por onde passou e de onde veio a *alcunha que passou a usar como nome próprio, pelas muitas ferezas que cometeu e pela determinação invencível*. (FIP, p.145)

“O que se diz é que, filho de pai muito rico, tornou-se aventureiro, pirata e contrabandista, metendo-se em guerras, corsos e conquistas a conta própria, pela costa ocidental da África, mas desfraldando sempre o gonfalão lusitano onde quer que estivesse e que praça ocupasse. E assim fez frota e fortuna pela Zambézia acima e abaixo, por Sena e Quelimane, na feira de Dambare, em Zumbo, na mina Jumbo e nas ilhas

²⁰ A abreviatura NA corresponde à referência ao dicionário *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua português*, publicado pela Editora Nova Fronteira, em 1999.

Querimbas, às vezes navegando pelas lonjuras do Timor”. (FIP, p.145)

João Ubaldo faz da figura de Capitão Cavalo uma personagem perfeitamente adaptada à vida da ilha e ao seu povo, embora tivesse ela suas raízes na metrópole portuguesa. Para ele, fora da ilha só havia miséria e iniquidade e, em nome do livre arbítrio a que cada ser humano tem direito, se nega a ser autoridade pública, instrumento de despotismo, diferentemente de outras personagens “insignes” da ilha. Segundo Bernd (2001, p.115-6) João Ubaldo desenha um projeto ideal de sociedade em que *o senhor branco alforria seus escravos que por sua vez vivem em harmonia com os índios*, concretizando no mundo ficcional a proposta de aceitação do múltiplo sem qualquer pretensão à hierarquização das culturas nem ao apagamento ou assimilação de uma pela outra.

No romance, suas ações refletem ponderação, tal qual a linguagem que usa nas situações comunicativas. O vocabulário que marca suas falas é percebido como culto, preciso, equilibrado como suas atitudes, sem palavras que tragam maior embargo à compreensão de quem o ouve. Em seu discurso não há exageros hiperbólicos, verborragia, anteposições de adjetivos como os recursos de realce que marcam o discurso de Moniz Andrade ou de Borges Lustosa, mas nem por isso deixa de ser um uso culto da língua, como se percebe, quando Capitão Cavalo responde à legação que lhe entregara o memorial:

_ “Como dizia _ prosseguiu o capitão, agradeço-vos pelas palavras generosas, mas temo que minha resposta não vos agrade. Por graciosa dação real, me foi concedida esta sesmaria, mas disso não me aproveito para contestar direitos dos que aqui estavam. Ocupei somente terras sem cultivo, nunca quis ser dono supremo da ilha do Pavão, que para mim deve ser de todos os que nela vivem e labutam. Já por aí bem vedes que minha ambição está longe de ser desmesurada. Quanto aos índios, não sei por que não terão o direito de entrar e viver nas vilas, pois que se encontravam aqui antes de qualquer um de nós e a terra também é deles, antes mais deles do que nossa. Se têm seus costumes, também temos os nossos e, se queremos os nossos respeitados, respeitamos os dos outros. Quanto aos negros, se estão quase todos

livres, é porque compreendi que muito melhor que escravos é ter comigo homens livres e leais, que me sirvam porque queiram e que possam ganhar a vida honestamente. E agora se isso se torna geral em toda a ilha, a única culpa que me cabe foi ter começado.[...] Quanto às vossas leis do Reino, que as façais cumprir como puderdes, mas não com minha ajuda, pois há muito que aprendi não haver tanta sabedoria nessas leis, que são as mesmas desse quilombo despótico que se intitula aliado da Coroa. Vejo essa ilha livre, com todos misturados e podendo levar as vidas que desejarem, sem as intrigas, as misérias, as guerras os morticínios, as perseguições e as maldades que tanto já testemunhei pelo mundo afora”.(FIP, p.156-7)

São exemplos de escolha lexical “morticínio” em lugar de “mortandade”, “labutar” e “trabalhar”, todos dicionarizados. Em relação ao segundo par de palavras, as acepções de “labutar” acrescentam ao traço semântico “trabalhar” a idéia de esforço, perseverança. A substituição de uma pela outra naquele contexto traria um certo esvaziamento expressivo ao texto. “Dação”, segundo DH, é um diacronismo e em NA além de diacronismo, tem a rubrica de termo jurídico com a acepção *entrega de uma coisa em pagamento de outra que se devia*; “despótico”, de origem grega, empresta pejoratividade ao enunciado. De fato, o adjetivo foi empregado para desqualificar a figura de D. Afonso Jorge II, o mani banto, rei do quilombo da ilha do Pavão, pelas razões que veremos a seguir.

5.4 Entre a majestade e o bufão : uma batalha vocabular

Na ilha do Pavão existe um quilombo. Quilombo diferente, governado por um rei despótico que assassinou o irmão para poder herdar o trono de seu pai Afonso Jorge Nzomba. Negro congolense, pembeiro, traficante de escravos, Afonso Jorge Nzomba saiu da Vila de São João Esmoler e foi estabelecer-se com sua gente num pedaço de mata, fundando o quilombo do Mani Banto, se auto-proclamando D. Afonso Jorge I, por não suportar mais ver as mudanças dos costumes da ilha, inclusive a existência de escravos libertos.

O filho, D Afonso Jorge II, é personagem que surpreende no romance. Vem de uma estirpe que enriqueceu com o tráfico negreiro. Junto com a coroa, seus antepassados congolenses deixaram de herança o preconceito em relação a seus irmãos de raça, por considerar a origem congoleza, da qual era originário, superior às demais. Dos portugueses, incorporou a maneira de viver, a religião, a língua.

Essa personagem tão bizarra vai encontrar no narrador em terceira pessoa o seu antagonista. João Ubaldo empresta a essa voz um discurso irônico, satírico, para criticar os defeitos não do negro ou do branco, mas da Humanidade, com suas intolerâncias, preconceitos e excessos.

Presentes no universo ficcional do romance, os topônimos Mbonza Congo, N'Dungo, Luanda, verdadeiramente cidades da República Democrática do Congo, dão um toque de exotismo e realidade ao texto. O escritor faz questão de especificar as tribos e nações de africanos que para cá vieram como escravos, em perfeita sintonia com os estudos históricos e antropológicos que discutem a formação do povo brasileiro, enriquecendo a literatura em seu aspecto documental:

“[...]os outros negros são descendentes dos que pertenciam aos primeiros [congolezes] por herança de conquista ou foram por eles comprados como escravos, negros **uolofes**, **mandingas**, **minas**, **jagas**, todos negros [...]” (FIP, p.92)

“O reino do Congo tinha reis, fidalgos e bispos como os portugueses e seu povo não compreendia como podiam achar parecido com aquelas raças muito justamente apelidadas de infectas, raças porcas, estúpidas, atrasadas e fedorentas, os **teques**, os **mpumbu**, os **mbundu**, imaginem só.” (FIP, p.92)

Seguindo os moldes da corte portuguesa, o reino tem sua corte trazida ao texto pelos títulos nobiliárquicos: “barões”, “viscondes”, “condes”, “marqueses”. Os símbolos do poder real também lá estão: “cetro”, “sala do trono”, “carruagem”, “cocheiro”, “sota-cocheiro”, “escudeiro”, “áulicos”, “aves”(saudação), “sólio”, “brasão”, “real mordomo”, “reposteiro”, “manto”, “reino”, “súditos”, “arautos”.

O estigma do preconceito se concretiza com a adjetivação impregnada de sentido pejorativo na caracterização física e moral dos negros pertencentes a outras tribos, aos quais é negado, inclusive, o direito de serem negros, livres, gente:

[...] todos negros ordinários, todos feios, horrorosos, diferentes, nascidos para a servidão e agora cheios de liberdades nas outras localidades da ilha do Pavão, como se por acaso fossem negros do Congo e como estes fossem gente e tivessem direito”(FIP, p.92)

“Nenhum congolense vai se igualar a esses bárbaros atrasados e comedores de gente como os jagas.(FIP, p.92)

Estilisticamente, a primeira passagem ganha em expressividade pela escolha que o escritor faz empregando “servidão”, substantivo abstrato, em lugar de “servir”. Já o emprego de “liberdades” joga com o sentido de liberdade propriamente dito e a maneira petulante, abusada de agir dos negros alforriados, marcada pela flexão de plural. A presença da expressão “cheio de”, porém, bloqueia o primeiro sentido e constrói a expressão popular “cheios de liberdades”. O emprego da perífrase “comedores de gente” em lugar de “antropófagos”, um termo erudito, parece-nos uma escolha entre o erudito, que enobrece, e o popular, que inferioriza mais ainda a tribo não congolense.

As palavras de origem africana como o nome das tribos, a moeda de Luanda, “nzimbu”, os topônimos, os antropônimos são o que resta da cultura africana no quilombo de mani banto, onde a língua oficial é a portuguesa. A dos outros negros é “a língua deles” ou eles falam “na língua de negro”, empanando--lhes fortemente a identidade.

A religião dos brancos portugueses vem ao texto pela presença de vocábulos e sintagmas como “missa”, “procissão”, “padre”, “santidade”, “acólitos”, “Santa Cruz”, “Cristo Redentor”, “pecado”, “expição”, “Deus”, “cristão”, “bispo”, “imagens de santos”, “altar-mor”, “nave de igreja”, “Irmandade de São Lourenço”, “andor”, “baldaquim”, “pé-de-altar”, “leis de Deus”, “benzendo-se”, “rezando”, “rezar missa”, “cristandade”, “Todopoderoso”, “Providência”, “potestade”, “vésperas”.

A prepotência e o autoritarismo alimentam a vaidade do mani banto, *rei banto na fala do Congo*, que só admite que se dirijam a ele como “majestade”, “Vossa Excelência”, “Sua Excelência” e usa o plural majestático ao se dirigir a quem quer que seja. Ullmann (1973, p.171) diz que em algumas sociedades uma das funções importantes dos pronomes de tratamento é a de servir de símbolos de classe, expressando diferenças de situação social, idéia muito pertinente neste caso. Outros itens lexicais acentuam a vaidade real ao longo da narrativa ao qualificarem-no como “excelso”, “glorioso”, “poderoso”, “importante”, “clemente”, “belo”, “defensor da justiça e da cristandade”. O narrador exagera essa vaidade quando, ao descrever a sala do trono, compara-a à nave de uma igreja, colocando em lugar do altar-mor o trono de mani banto:

“A sala do trono[...] era ampla como a nave de uma igreja, na verdade, lembrava mesmo uma igreja, com exceção da presença, no estrado onde ficaria o altar-mor [...], de um sólio de jacarandá [...].” (FIP, p. 123)

Os substantivos abstratos “coragem”, “nobreza”, “caráter”, “formosura”, “sensatez”, também afinam a descrição da personagem que, sem qualquer princípio de modéstia, se compara aos imperadores romanos, lamentando apenas que eles *tiveram mais sorte de haverem sido senhores de reinos infinitamente mais vastos e ricos* (FIP, p.116). Como compensação, o escritor presenteia o rei do quilombo com “árdegas hacanéias” e mais os ginetes de alguns nobres da corte para compor seu monumental triunfo.

Efetivamente “árdegas” e “hacanéias” são duas palavras que impressionam, tanto pela camada sonora de cada uma como pela origem que têm. A primeira vem do latim, e seu uso é pouco freqüente. A segunda, também de baixa freqüência, chegou-nos pelo francês, embora sua origem seja inglesa. No entanto, seus significados são semanticamente incompatíveis: “árdega” significa *fogosa, irritável, irascível*. Já “hacanéia” é por definição cavalgadura de porte médio, mansa e de trote elegante, usada como montaria especial de mulheres ou atrelada a charretes. A imponência superficial dos significantes ilude. Um presente de grego do narrador para o vaidoso rei.

Triunfo é uma palavra relativamente comum quando empregada com a acepção *vitória*, mas Ubaldo vai buscar na rubrica histórica a justificativa para seu emprego - *entrada solene em Roma de general vitorioso* - , pois mani banto se julgava comparável aos maiores imperadores: *eis que também somos um grande soberano, defensor da cristandade e da justiça.* (FIP, p.115)

Na descrição da carruagem real, os ornamentos são cuidadosamente nomeados ora com termos da linguagem comum, ora com termos de menor freqüência de uso, como é o caso de “atavios”, “broquéis”, “louçainha”, palavras pouco desgastadas pelo uso, em contraste com “fitas”, “contas”, “vidrilhos”, de emprego comum:

“Atrás dos ginetes, em todo o seu esplendor e ornamentada com todos os atavios imagináveis, fitas, contas, broquéis lavrados, louçainhas, vidrilhos e o que mais representasse glória[..].” (FIP, p.116)

Uma profusão de cores trazida pelos adjetivos *pinta* com tons fortes a cena da chegada triunfal do rei quilombola e justifica o emprego do adjetivo “fulguroso” que contrasta com o substantivo “penumbra”, produzindo efeitos de luz e sombra. O emprego da forma concorrente “fulgurante” talvez não fosse tão produtiva expressivamente quanto a que foi empregada pelo escritor:

“Depois de aberta, a porta só mostrava penumbra lá dentro, por trás de janelas encortinadas. Mas aos poucos a abertura foi se iluminando, nos reflexos de todas as cores vindo do traje fulgoroso de Afonso Jorge II, o mani banto, chapéu bicorne emplumado e brasonado, túnica perolada e escarlate com tantos alamares dourados, calças rubras como sangue e pespontadas de azul, botas de salto alto luzindo como espelhos, colares, medalhas, pulseiras e brincos” (FIP, p.100)

A sala do trono também é objeto de descrição detalhada, reforçando a suntuosidade que cerca a majestade. Termos como “sólio” (um latinismo), “baldaquim” (*dossel; 'cobertura com hastes, ornamentada e móvel, para proteção',um termo de arquitetura*), cuja freqüência de uso é bem menor que os termos da língua comum

“trono” (um helenismo) e “cobertura”, respectivamente, ajudam a construir o ambiente de ostentação, da mesma forma que o adjetivo “monumental” e a locução adjetiva “de ouro”:

“A sala do trono, onde Hans, Crescência e a Degredada esperavam a chegada de D. Afonso, era ampla como a nave de uma igreja e, na verdade, lembrava mesmo uma igreja, com exceção da presença, no estrado onde ficaria o altar-mor, sob um baldaquim vermelho com franjas douradas, de um monumental sólio de jacarandá esculpido e debruado a veludo, com almofadas púrpuras de bordas e fio de outro cobrindo-lhe o assento, o encosto e os braços. Encharoladas nas paredes laterais grandes imagens de santos e estátuas de heróis do reino do Congo.” (FIP, p.123)

O séqüito real também tem seus requintes, mas a presença sutil de um adjetivo de sentido depreciativo usado pelo escritor estabelece a distância social entre a realeza e seus cavaleiros, em contraste com o modalizador “vistosamente”:

“[...] logo um grupo de cavaleiros vistosamente trajados à moda antiga, com camisas **rocadas** **[surradas]** e calções justos, meias, botinas, esporas, trotou terreno abaixo.” (FIP, p.120)

No quilombo, o emprego de formas latinas também é símbolo de grandeza e poder. Por isso o rei quilombola exigiu que a carruagem real trouxesse no frontispício *palavras de vitória. Viessem lá os seus latins de padre e arranjassem umas palavras para pintar na testa da carruagem* (FIP, p.117). O escritor não se faz de rogado, e pinta com tinta escarlate na testa da carruagem a expressão latina, muito oportuna para a ocasião, *Vae victis* – Ai dos vencidos - numa alusão ao rei dos gauleses, Breno, que atacou Roma em 390 a.C, assim como mani banto, naquela ocasião, subjugava o filho de Capitão Cavallo e seus acompanhantes.

Vários empréstimos enriquecem o texto e evocam a influência da cultura francesa nos costumes do quilombo, deixando transparecer um certo bom gosto e

elegância tão próprios dos franceses tais como “libré”, “peruca”, estes ligados à maneira de vestir; “falbalás”, “festão” ligados a vestimenta e decoração, “broquéis” e “brasão”, termos de heráldica; “carruagem” e “liteira”, meios de transporte; “quartaus”, animais de pouca estatura (a sonoridade da palavra pode sugerir sentido diverso para quem não conhece o significado); “escarlata”, “arauto”.

A palavra “escarpins”, de origem francesa, faz referência a um tipo de *sapato de sola fina*. Os manuais de estilística apontam o emprego de termos estrangeiros como uma estratégia *para dar à fala ou ao texto um toque de exotismo, quando contribui para dar autenticidade à referência a outras terras e outras gentes*, segundo Martins (1989, p.81). O trecho a seguir apresenta alguns dos francesismos apontados:

“De fato, alguns minutos depois, um reposteiro mulato, vestido de libré branca, afastou e apressou os falbalás da cortina que ocultava a encoberta de onde emergiria D. Afonso Jorge e, do lado direito, irrompeu um arauto também mulato, de peruca branca e chapéu armado, que deu três vezes no piso com a ponta de um bastão emplumado e anunciou o ingresso de Sua Majestade, que envergava trajes distintos dos que usara no triunfo _ manto purpurado com festões de guirlandas, cetro, bragas acolchoadas, meias brancas e escarpins de veludo azul e salto alto _ e andava com o peito enfunado, em passadas largas e cadenciadas. Parou junto ao arauto, retribuiu as saudações com um aceno ríspido e tornou a caminhar, desta feita para postar-se ao trono, no qual, no entanto, não se sentou.” (FIP, p.125)

Saber se há ou não preocupação do escritor com as eleições que faz quanto aos artifícios estilísticos que emprega é um questionamento freqüente entre os estudiosos do estilo. Com relação a essa dúvida diz Ullmann (1973:159-160) que *sin duda, esta es una limitación inherente al objeto de la estilística, y no es menester exagerar su gravedad, porque, después de todo, el valor artístico de las invenciones estilísticas no depende em absoluto de que el autor se apiercibiera perfectamente de la elección que*

*estava haciendo*²¹. Assim fica a dúvida se o adjetivo “purpurado” foi empregado simplesmente como mais um atributo de cor ou se houve a intenção de acrescentar ao rei do quilombo mais poder, uma vez que a palavra da qual deriva o adjetivo tem como definição no DH *tecido vermelho, tingido com essa substância [Era muito valorizado na Antiguidade e na Idade Média, dava status e era símbolo do poder real e eclesiástico.]*

Mas, no momento em que o rei do quilombo se encontra com a comitiva enviada por Capitão Cavalo a fim de negociar a libertação do filho, lô Pepeu, a fala da régia figura se faz ouvir em discurso direto, com toda pompa e circunstância, já antes anunciada pela voz do narrador que, com um discurso do mesmo quilate descrevera a chegada do rei à sala do trono:

“_Que maus sucessos assolam o grande Capitão Cavalo? Perguntou, sem dirigir-se a alguém em particular _Que se passa com o grande Capitão Cavalo, terá perdido seus afamados haveres e sua opulentíssima fazenda? Ou a vida rude que leva o conduziu a esquecer as regras do bom trato e do respeito, pois que não vejo nenhum entre vós a trazer-nos uma prenda? Ou lhe sucedeu tanto uma coisa quanto outra? E por que nos remete tão extravagante enviatura? Um homem branco, que já nos disseram que fala arresadamente e vive entre selvagens, uma mulher branca que segundo todos se aplica em bruxarias e feitiços e, em sítio cristão, devia ser queimada na fogueira e, se vivesse aqui, expiaria suas mafeitorias indo tostada na grelha velha de São Lourenço, destinada aos condenados às penas infernais, e uma mulher que não conhecemos embora felizmente não tivesse ousado mandar uma de má raça, como se vê desde já que essa não é, pelos seus traços nobres de congolense. Custa-nos perceber em que intentos isso se assenta, intriga-nos a maquinação que o engendrou, mas já vos demandamos.” (FIP, p. 125)

²¹ O trecho correspondente na tradução é “sem dúvida esta é uma limitação inerente ao objeto da estilística, e não é mister exagerar sua gravidade, porque, depois de tudo, o valor artístico das invenções estilísticas não depende em absoluto de que o autor se aperceba da eleição que estava fazendo”. ULLMANN, S. Lenguaje y estilo. Madri: Aguillar, 1973. p.159-160.

Eis um discurso produzido de acordo com uso da língua portuguesa em seu padrão culto, no qual se registra um vocabulário cuidado, marcado por alguns termos de emprego especial como “enviatura”, termo da diplomacia; “sucesso”, em sua primeira acepção (acontecimento); “assolam” (afligem); “opulentíssima” intensificado pelo sufixo superlativo; “prenda” (presente); “expiaria” (pagaria a culpa); “;”intentos” (objetivos), “maquinação” (conspiração).

Dominar diferentes maneiras de dizer é uma característica do falante culto. Tal qual Moniz Andrade, D. Afonso Jorge II demonstra sensibilidade literária quando, tendo seu devaneio invadido pelo narrador, este descreve a congolense de “traços nobres”, hiperbolizando as qualidades de Crescência que tanto o impressionaram, pelo emprego de modalizadores e intensificadores:

“ Sim, airosa _ e de repente deu um passo à frente, juntou as mãos e fechou os olhos num devaneio inesperado _, com ancas de redondeza tão sedutora, seios tão graciosamente torneados, pele tão veludínea, lábios tão mimosamente carnudos, dentes alvos, tornozelos maravilhosamente esculpturados, grandes olhos negros e brilhantes, a inexistência de qualquer defeito. Sim. Acreditava que sabia, decerto que sabia por que Capitão Cavallo, cuja astúcia nunca pusera em dúvida, fizera compor aquela delegação com a presença dessa extraordinária mulher.” (FIP, p.129)

DA CAL (1981, p.105-6) diz que há um certo tipo de palavras que expressam vozes delicadamente líricas, *mais do que vocábulos, trata-se de conceitos ou sensações, que se manifestam por várias categorias gramaticais, entre as quais predominam principalmente o adjetivo e o advérbio*. De forma recorrente na língua, os derivados em **-udo** atribuem pejoratividade aos substantivos. A habilidade do escritor, ajustada à necessidade estética do trecho narrativo, atenua a idéia de volume exagerado contida no adjetivo “carnudo” com o emprego do modalizador “mimosamente” e do substantivo “lábio”, sem que a palavra perca o apelo sensual que traz ao texto. Assim como “lábios”, há outros termos de uso literário já consagrado, sendo esse o caso de “seios”, devaneio”, “airosa”, “veludínea”, “alvos”.

Durante o levantamento que realizamos em torno do vocabulário afeito à personagem D. Afonso Jorge II, foram encontradas unidades lexicais que exigiram o recurso ao dicionário²². Na dúvida de ser uma questão de desconhecimento apenas nosso, submetemos uma relação de palavras, a maioria delas imaginadas por nós como de baixa frequência de uso e algumas outras de uso regular, a um grupo de professores. Foram convidados a participar da pesquisa 12 informantes, todos pós-graduados (3 mestres em Língua Portuguesa, 1 mestre em Comunicação; 5 doutores em Língua Portuguesa e 3 doutores em Literatura Brasileira). Intencionalmente, os itens não foram contextualizados, pois nosso objetivo era verificar se tais termos faziam parte do vocabulário ativo dos informantes, uma vez que todos são leitores contumazes. Foi-lhes proposto apontar se conheciam ou não as palavras. Eis o resultado obtido:

Tabela 1: Palavras com **100%** de desconhecimento

palavra	Significado dicionarizado
Amolente-se	Que se enteneça, enfraqueça
retrizes	penas grandes que formam uma cauda
enviatura	ato de mandar alguém em missão especial
tarampantão	onomatopéia; som do tambor
hacanéias	cavalo manso, de porte médio
carguejar	carregar fardos; guiar animais de carga
seresma	mulher muito feia; bruxa
canhembora	mesmo que quilombola (origem tupi)
buraçanga	cacete com que se bate a roupa

Tabela 2 :palavras desconhecidas com percentual entre **99% e 80%**

palavra	significado
tutear	tratar por tu

²² O recurso ao dicionário ocorreu durante todo o trabalho , porém nesta parte a incidência de palavras de significado desconhecido foi maior. Daí a escolha do material léxico para elaboração do inquérito, cujo exemplar se encontra anexado (p179-180)

chavo	moeda de pouco valor
ensancha	sobra de tecido
falbalá	babado ;tira de pano franzida
cotica	listra estreita e diagonal do escudo
encharolado	posto em charola ou padiola
baldaquim	dossel; cobertura de tecido
casula	vestimenta religiosa; paramento eclesiástico
fachuda	que tem bela figura
telhudo	tonto; maníaco
louçainha	traje de gala; o que enfeita, adorna
arroteador	animal usado para limpar terreno para plantação
nefária	nefanda; execrável; abominável
pembeiro	traficante de escravos do interior para a costa
arraçado	resultado do cruzamento de duas raças; que não apresenta qualidades morais devido à natureza de um dos pais

Tabela 3: Palavras desconhecidas com percentual entre 79% e 60%

palavra	significado
presuntivo	presumível; provável
tarouco	idiota; demente
empalar	espetar pelo ânus uma estaca
camarista	camareiro sem intimidade com o soberano
ajoujado	amarrado com cordas como animais
ferulada	pancada com férula, palmatória

A palavra “pembeiro” não é dicionarizada. O significado foi-nos apresentado por meio de metalinguagem explicitada pelo próprio escritor na narrativa. “Buraçanga” e “canhembora” são tupinismos; “enviatura” faz parte da terminologia diplomática. “casula” pertence ao repertório da liturgia; “baldaquim” é terminologia da arquitetura; “retriz” é termo de zoologia; “tarampantão” é uma formação

onomatopaica; ferulada” é forma neológica criada pelo processo de sufixação. As demais palavras não apresentam rubrica especial nos dicionários consultados.

Não ignoramos que, se muitas das palavras apontadas nas tabelas como total ou parcialmente desconhecidas estivessem contextualizadas, os informantes teriam chegado ao significado adequado ou, pelo menos, próximo daquele empregado no texto pelo escritor. Mas, de qualquer maneira, podemos afirmar que esses itens lexicais não fazem parte do vocabulário ativo deles. Estão guardados, porém, no “tesouro vocabular” do romancista, como disse Haroldo de Campos. Ao empregá-los, João Ubaldo Ribeiro coloca-os no lugar ideal para preservar a tradição vocabular da língua portuguesa: o texto literário.

O fato de termos trazido a esta parte da pesquisa o mestre- escola, o mestre- de-campo, Monsenhor Gabriel, Capitão Cavalo e D. Afonso Jorge II não significa dizer que outras personagens como Hans Flussufer, ou Ana Carocha, a Degredada, não demonstrem em suas falas o uso culto da língua. Apenas estabelecemos como critério de escolha o fato de serem aquelas alvos da pena do escritor para exercer sua análise crítica sobre as elites dominantes, das quais Capitão Cavalo se apresenta como ponto de equilíbrio. Também não significa que não poderão ser convidadas a participar quando abordarmos outros tipos de registro. As situações de uso chancelarão o convite.

6. A TRANSGRESSÃO VOCABULAR E O JOGO DOS SENTIDOS

No *Dicionário Houaiss*, “transgredir” apresenta uma acepção positiva *ir além de; atravessar* e outra negativa *não cumprir, não observar (ordem, lei, regulamento etc.); infringir, violar*. A forma derivada “transgressão”, portanto, poderá significar o ato de ir além ou inobservância, infração, violação, dependendo do contexto em que seja empregada.

Consideramos nesta pesquisa como elementos do vocabulário transgressor os neologismos criados por João Ubaldo, o vocabulário popular, mais especificamente as palavras obscenas e injuriosas e os arcaísmos.

Os neologismos são transgressores por não pertencerem ao vocabulário comum dos falantes da língua, visto resultarem da competência do escritor em criar unidades lexicais novas para satisfazer necessidades de expressão; os termos obscenos e injuriosos, pelo seu emprego bloqueado em determinadas situações de interação verbal e o pouco prestígio social que carregam; os arcaísmos, sendo formas em desuso, por terem também seu emprego restrito a alguma situação discursiva especial. Começemos pelas inovações lexicais.

6.1 De txutxurianas e solta-baixios: a inovação vocabular

O léxico de uma língua é a resultante acumulada de fatores sociais, bem como o meio receptor e criador dos sistemas de denominação terminológica ou não que, pela freqüência de circulação, perderam, ao longo do tempo, o seu caráter de novidade. Esse conjunto é a parte mais superficial de uma língua e, como tal, mais susceptível a influências diversas.

A renovação lexical de uma língua tem como fonte a possibilidade de se criarem termos novos a partir de algumas situações-base:

- a palavra nova surge a fim de denominar um fato novo que precisa de um signo que o represente no mundo lingüístico, para poder circular nos discursos, nos enunciados;

- a palavra vem de outro sistema lingüístico, traduzida, adaptada ou não;

- a palavra resulta de uma associação abstrata ou não de sons da língua;

- a palavra surge a partir do aproveitamento de um significante já existente na língua a que se atribui um novo significado por efeito metafórico, metonímico etc.

A essa nova unidade lexical criada por uma das possibilidades apresentadas a partir de um processo racional – a neologia -- chamamos neologismo. Posteriormente, se aceita e amplamente usada, a nova palavra é dicionarizada, sendo esse um dos critérios que consagram a lexicalização de uma palavra, integrando-a definitivamente ao léxico da língua. Pilla chama a atenção para as conseqüências de atribuir-se exclusividade aos dicionários no trabalho de institucionalização da palavra nova:

A tradição de que somente o registro em dicionários é confiável e infalível para dirimir dúvidas pode, de certa forma, afetar nossa consciência, a ponto de não atribuirmos ao uso, à consciência coletiva da massa falante e à inexorável necessidade de renovação da língua, o valor e o poder necessários como critérios para o reconhecimento de um neologismo.

2000, p.16)

A competência dos falantes em geral para criar novos itens é resultado da gramática internalizada de cada um. Esta os dota da capacidade de criação, bem como a de reconhecer os novos termos, em função da potencialidade virtual e infinita para a renovação do léxico. Os recursos próprios do falante, ou ainda a motivação por questões semânticas de caráter extralingüístico que configuram a lacuna de denominação, permitem afirmar que a formação de novas palavras resulta da necessidade de nomeação dos novos fatos em uma comunidade para fins comunicacionais.

É, portanto, no universo do léxico que se formalizam as transformações e mudanças por que passa o sistema de valores compartilhados por um grupo social.

A escolha das palavras que vão materializar um enunciado não é aleatória. Selecionar um substantivo mais geral em lugar de um mais restrito, empregar um verbo ou sua forma nominalizada, a escolha entre uma unidade do léxico já pertencente ao repertório comum e uma criação lexical que surpreenda pelo seu caráter insólito, o jogo combinatório nos enunciados, trazem ao enunciado certa intenção discursiva, ainda que esta seja a de um produtor de enunciados que se pretenda neutro.

Sobre essa questão, Edith Pimentel Pinto traz à luz as idéias de Mário de Andrade sobre os neologismos (1990, p.182-8). Para o escritor, há dois grupos de criação lexical. O primeiro tem como característica a efemeridade da criação, isto é, os termos são criados em determinado momento, para determinada situação especificamente, *sem valor vocabular registrável* para a língua comum e por isso *não devem mesmo ser registrados pelos vocabularistas porque não têm existência imprescindível*. A esse tipo de novidade lexical, Mário de Andrade denominava palavras transitórias, ou seja, palavras que são importantes para determinado ato discursivo, mas supérfluas na língua. O outro tipo tratava das novas formações com chance de se estabilizarem na língua pela necessidade de suprir um vazio vocabular. Assim, considerava-as imprescindíveis. Edith Pimentel acrescenta ainda que, para Mário, os neologismos poderiam ser de formação interna, isto é, formados com elementos da própria língua por mecanismos autóctones ou importados e

herdados de outras estruturas lingüísticas. E, a considerar no início do século XX como português-padrão o falado em Portugal, incluir-se-iam neste último grupo os brasileirismos e os regionalismos.

Michel Rifaterre (1989, p.53) distingue o neologismo literário do neologismo de língua. Este surge da necessidade de designar uma nova realidade e resulta da relação entre a coisa e a palavra, e seu emprego depende de fatores extralingüísticos. O neologismo literário, por sua vez *é sempre captado como uma anomalia e utilizado em função dessa anomalia, às vezes até independentemente de seu sentido*. Seu emprego e seus efeitos de sentido dependem de relações que se localizam inteiramente na linguagem. Assim restrito ao universo literário criado pelo escritor, dificilmente conseguirá escapar do âmbito da palavra escrita e entrar em circulação atingindo o uso coletivo.

Barbosa reforça a idéia a respeito dos neologismos literários:

Os neologismos estão sempre ligados a uma situação específica de enunciação em que cada ato discursivo instaura um designatum do signo. O 'referente' é estabelecido em função do contexto lingüístico e extralingüístico em que é atualizado. A pluri-referencialidade é qualidade inerente do signo do discurso literário.

(1998, p.46-7)

Por depender do “aqui e agora” do momento da criação literária, a busca de expressividade pelo escritor pode fazê-lo lançar mão de qualquer processo de criação neológica, não sendo possível estabelecer-se sob esse aspecto uma norma discursiva para o texto literário onde são encontradas as novas palavras.

A nosso ver, a criatividade de Ubaldo se apresenta muito mais no emprego de formas do léxico real menos conhecidas, menos desgastadas pelo uso, que propriamente por criações neológicas surpreendentes que marquem seu estilo. Mesmo assim, são encontrados vários neologismos disseminados pelas páginas do romance, todos tendo comprometimento com a expressividade do texto no qual são empregados.

As formações neológicas distribuem-se em neologismos formais ou vocabulares e neologismos semânticos. Entenda-se neologismo vocabular ou formal aquele em que se verifica a presença de significantes novos. As novas palavras pertencentes a esse grupo são consideradas como “verdadeiros” neologismos, tais como os que relacionamos a seguir, encontrados no *corpus*, cujos significados foram construídos a partir dos contextos onde aparecem:

“Comprende coisa aqui, disse Balduíno, zerva forte, muito forte, zerva do mato boa. Pega isso, índio pega: **txutxuriana**, dois mói; casca do pê-roxo, duas lasca; **capibaléu**, duas raiz grossa; um cunhão de jacaré-curuá; caroço de curuiri, duas mão; ponta de rabo de jararacuçu; cardo de **ceranambi** apurado até não poder, três mais um dedo de caneca. (FIP, p.31)

“_ Índio ajeita, certo, certo,certo! Precisa de um pouco, um pouco-pouco de ajuda mas faz tudo na luna preta, sem luz de luna, escondida, né? AH!, piriripatatá, índio sabe, **saracondida**, é?” (FIP, p.164)

“Daí a pouquinho o fulano começa a sentir uma quenturinha nos baixios, quenturinha essa que vira um calorão, calorão esse que levanta o **mucurango** que chega a parecer que ele vai estourar. (FIP, p. 31)

neologismo	significado
capibaléu	nome de uma planta
mucurango	pênis
carotonha	cara feia
ceranambi	nome de planta
garguelar	segurar pela goela
txutxuriana	espécie de erva
saracondida	escondida ²³

²³ Este é um caso em que a criação neológica tem seu sentido suposto por semelhança com a palavra “escondida” que a antecede no mesmo enunciado .

São vários os processos neológicos ativados na formação dos neologismos vocabulares e semânticos.

O neologismo fonológico resulta da criação de uma unidade lexical cujo significante é completamente inédito, isto é, sem aproveitamento de qualquer palavra já existente na língua. Barbosa (1996, p.176) argumenta que *esse é um processo de baixa freqüência, pois muito dificilmente se cria um signo lingüístico, signo de “alguma coisa”, que se não apóie em outro elemento mórfico já existente na língua, ou, então, que nela tenha entrado por empréstimo*, mas que algumas vezes acontece no discurso literário. A criação de um neologismo fonológico deve estar muito bem circunscrita no enunciado onde é empregado o novo termo para evitar problemas de decodificação por parte do leitor.

Registramos um neologismo fonológico e ao mesmo tempo formal na palavra criada pelo escritor para nomear uma das ervas empregadas na tisana milagrosa preparada pelo índio Balduino: **txutxuriana**. Consideramos neologismo fonológico por não haver no sistema da língua portuguesa o encontro /tx/ e formal no todo da palavra.

Oriunda do grego, a palavra onomatopéia significa “criação de palavras” e representa o modelo de signo transparente motivado pelo som. Esse grupo de palavras, do ponto de vista semântico, atende a dois tipos de motivação. O primeiro deles corresponde à imitação do som pelo som. Segundo Barbosa (1996, p.176), o ponto de partida é extralingüístico, e *configura-se pela seqüência inédita da relação do ponto de vista significado / significante, sendo uma tentativa de reprodução, ou antes, de imitação lingüística da coisa significada pelo significante que lhe serve de suporte formal, tendendo à denotação*. Daí resultam, às vezes, formações *ex-nihilo* que criam novos signos sem recorrer a bases lexêmicas ou morfemas gramaticais já existentes na língua, cuidando apenas da adaptação aos elementos fonológicos do sistema lingüístico.

Para Ullmann (1964, p.175), nesse caso, *o som é verdadeiramente um 'eco do sentido': o próprio referente é uma experiência acústica, mais ou menos rigorosamente imitada pela estrutura fonética da palavra*, como ocorre em

“ _ [...] Afereventa, afereventa, deixa sereno três dias, bebe **xuque-xuque-xuque**”. (FIP, p.31)

“ _ [...]golezinho só, bochechadim, possassê, **gute-gute-gute, trelelê, tralalá**, óia o vergaio subindo nas artura[...]” (FIP, p.84)

Nos dois excertos a seguir, as onomatopéias não estão ali para representar sons. Interpretamos como um signo criado para substituir um gesto de afirmação para inspirar confiança aos companheiros envolvidos no resgate de Crescência:

“ _ Índio dá jeito em tudo, índio dá jeito{...} índio já mostrou que arresorve tudo, **pipiripapá-pipiripapá**, pode deixar.” (FIP, p.162)

“ _ Índio ajeita, certo, certo,certo! Precisa de um pouco, um pouco-pouco de ajuda mas faz tudo na luna preta, sem luz de luna, escondida, né? AH!, **piriripatatá**, índio sabe, saracondida, é?” (FIP, p.164)

Em trecho já reproduzido no primeiro capítulo desta tese, João Ubaldo emprega outra onomatopéia para referenciar o ruído provocado pelo ato de beber: “**tuque-tuque-tuque-tuque**” (FIP,p.36). Para comer e matar a dentada “**arrum-arrum**”, “**creque-creque**”, “**ramo-ramo**”. Nos exemplos recentes, as onomatopéias parecem reforçar semanticamente as idéias contidas nos verbos colocados nos enunciados: “beber”, “resolver” e ainda a idéia de esperteza que se depreende do verbo “saber”.

Quanto à materialidade do significante, as formações que aparecem respeitam a tradição da língua, uma vez que são constituídas por combinações dos fonemas que fazem parte do sistema fonológico do português, respeitados, rigorosamente, os padrões silábicos. Já no exemplo a seguir ocorre a transgressão desses padrões, não necessariamente quanto à representação pelos fonemas da língua, mas quanto à estrutura silábica. A única formação onomatopaica que transgride o sistema silábico da língua é “**psst-psst**” em:

“_ [...] muringa só um piricunchinho **_pssst-pssst!** _ já basta.” (FIP, p.65)

As formações onomatopaicas, à maneira dos neologismos, tendem a ser obliteradas, cessado o motivo, a necessidade expressiva e individual de um determinado momento, e seu caráter espontâneo condiz com o coloquialismo presente na fala de Balduino, permitindo, no mais das vezes, a associação imediata com o ruído que pretende realçar para efeito de expressividade no texto. No trecho a seguir, há a preferência por fonemas vibrantes ou plosivos para dar a idéia de som forte, pancadas, em consonância com o verbo “invadir”:

_ [...] eles já tá morrendo de medo, quanto mais na hora que índio **_ratataratá, perequetabum!** _ invade o quilombo. (FIP, p.164)

Pela efemeridade das onomatopéias criadas, não as situamos no dialeto social culto, lugar da memória lingüística. Preferimos deixá-las no universo do vocabulário comum ou no popular, consideradas as condições de produção do discurso informal.

O neologismo sintagmático é a unidade lexical resultante da combinatória de elementos já existentes na língua. Deste grupo fazem parte as formações por derivação e composição, processos mais produtivos na língua portuguesa em se tratando da criação de neologismos. Incluem-se nas criações por neologia sintática: a derivação prefixal e sufixal; as formadas por conversão; as composições subordinativas e coordenativas; composição a partir de bases não-autônomas; composição sintagmática. De todos esse processos, o mais praticado por João Ubaldo é a derivação sufixal como ocorre nos exemplos a seguir.

“Joga feitiço da Degueredada, faz desgraça, vai secar tu e tua **parentage**, tua mãe, teu pai, teus com quem vive, teus de sangue tudo!” (FIP, p. 36)

“Que as dama se queixa de ver índio nu e as filha e família também, que índio bebe cachaça e faz **disturbação**[...]” (FIP, p. 38)

“[...] Todas gente que querer bebe cachaça, festa grande, muita **disturba**ça, muita alegria.” (FIP, p.194)

Os dois últimos neologismos conservam os semas contidos em “distúrbio”, mas os contextos em que aparecem estabelecem diferentes sentidos para cada um dos signos. No primeiro caso, a presença do verbo “queixar-se” mantém o traço semântico de desordem. Já no segundo, as expressões “festa grande” e “muita alegria” alteram-lhe o sentido positivamente, perdendo-se a noção de conflito para “festejo”, “comemoração”. As formas “disturbação” e “disturbaça” parecem transgredir o modelo de formação de substantivos abstratos a partir da base verbal+sufixo (-ção), (-ança), (-ância). A considerar como base o substantivo “distúrbio”, seria confirmada a transgressão, mas existe dicionarizada a forma verbal “disturbar”, que significa *causar distúrbio a; perturbar*, mantendo as formações dentro da norma da língua.

Relacionamos mais algumas ocorrências neológicas. Assinalamos (*) os neologismos derivados de formas verbais dicionarizadas:

neologismo	Processo de formação	Significado contextual
assivissojoemapense	sufixação	quem vive na Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão
parentage	sufixação	parentes, familiares
descompreendido*	prefixação	quem não compreende algo
entontecido*	sufixação	tonto; atordoado
quilombeiro	sufixação	aquele que vive no no quilombo; quilombola
reimadores*	sufixação	que gera mau humor
entibiados*	sufixação	enfraquecido
abestalhadores*	sufixação	torna idiota
encortinadas*	sufixação	com cortinas
chibateados*	sufixação	chicoteados

entremeantes*	sufixação	que intercepta, fica no meio
encharoladas*	sufixação	colocadas em charola, andor
inarrolável	prefixação	não relacionado
sobre-horrendo	prefixação	muito mais que horrendo
semi-sorriso	prefixação	sorriso disfarçado
semi-funéreo	prefixação	quase fúnebre
descarreirador*	sufixação	que tira do caminho
ensecado*	sufixação	encalhado
despachamento*	sufixação	ato de despachar
mulatada	sufixação	grupo de mulatos
vitoriadas*	sufixação	comemoradas
abordunado	parassíntese	com bordunas
solta-baixios	composição	purgante
sota-cocheiro	composição	segundo cocheiro
pouco-pouco	composição	pouquíssimo
auto-xingamento	composição	xingar a si mesmo

Encontramos o adjetivo “canhoado” na seguinte passagem:

“(D. Afonso Jorge). Este, depois de quase ter sido apedrejado, enforcado, esquartejado, esfaqueado, flechado, fuzilado, **canhoado**, incinerado vivo, afogado, atirado de despenhadeiros ou dado de comer aos jacarés, havia simplesmente sido banido.”(FIP, p. 320)

Todas as formas nominais derivam de bases verbais dicionarizadas, à exceção de “canhoado” que vem de uma base virtual “canhoar” para que seja considerado um neologismo de acordo com a norma da língua.. Pelo contexto, “canhoado” assume por “contaminação semântica” o significado “atingido por bala de canhão”. Para o sentido “dar tiro de”, existem as formas verbais dicionarizadas “acanhonear” e “canhonear”.

Alves (1994, p.56) inclui no grupo dos neologismos sintagmáticos as composições por sigla ou acronímia.

Os neologismos semânticos ou conceituais apropriam-se de significantes já existentes e, por efeito de figuração de sentido, atribuem-lhes novos traços de significado, mais um conteúdo. São recorrentes nesse grupo os processos metonímicos e metafóricos, dentre outros.

Para Guilbert²⁴ apud Valente (2005, p.131), há três formas de neologia semântica:

- linguagem figurada, que se situa no campo da retórica.

“[...]golezinho só, bochechadim, possassê, gute-gute-gute, trelelê, tralalá, óia o **vergaio** subino nas artura, que não tem nada que baixe.” (FIP, p. 84)

“_ [...] Daí a pouquinho o fulano começa a sentir uma quenturinha nos **baixios** [...].” (FIP, p.31)

“[...] Toda gente tem ou cachaça feia ou boa cachaça[...]. Dentro dessa cachaças há a **chorosa**, a **confessional**, a **dançarina**, a **amante**, a **querelosa**, a **porradeira** e as inteiramente **fora de si**.” (FIP, p.43)

Mais uma vez o contexto auxilia na apreensão dos significados dos neologismos. Os efeitos causados pela cachaça dão nomes à bebida, num processo claro de metonímia na relação causa /efeito. “Vergalho” ou “vergaio” adquire sentido hiperbólico, pois equipara o órgão genital masculino ereto por efeito da tisana ao do cavalo ou do boi, depois de cortado e seco, quando enrijece de tal forma que é usado como chicote. Aqui o novo sentido é construído por relação metafórica., assim como “baixios”

- neologia por conversão, que ocorre a partir de qualquer mudança na categoria gramatical do item lexical.

²⁴ GUILBERT, ML. La créativité lexicale. Paris, Larousse, 1975

- neologia sociológica, quando um termo de uma língua de especialidade transpõe as barreiras de uso exclusivo e passa a circular como termo do vocabulário comum.

Foram localizados em nossa pesquisa vários termos de especialidade (litúrgicos, jurídicos, de marinharia) e, até onde pudemos verificar, Ubaldo mantém o traço de termo de especialidade no uso contextualizado que faz dessas palavras.

O critério de distribuição de Guilbert entra em conflito com o de Ieda Maria Alves (1994, p.61) quando propõe o fenômeno da conversão como sendo semântico. Alves enquadra a conversão em processo distinto do semântico e faz referência a ele como derivação imprópria, ressaltando que o contexto em que se insere a unidade léxica é que nos permite observar o fenômeno da conversão.

Considerados à parte como processos empregados para criação de novos itens lexicais, apresentam-se os tipos especiais como a truncação, a reduplicação e a derivação regressiva.

A reduplicação consiste em repetir duas ou mais vezes uma determinada base que tem vida independente em enunciados da língua, provocando realce semântico para o sentido da base reduplicada como ocorre em “pouco-pouco”, ou uma determinada sílaba ou palavra não significativa individualmente nas quais predomina muito mais o efeito onomatopaico, como pode ser visto nos exemplos arrolados quando tratamos especificamente das onomatopéias.

A derivação regressiva pode gerar neologismos pela supressão de um dos elementos de caráter sufixal. Segundo Alves (1994, p.71), *em português, grande parte dos casos de derivação regressiva é constituída pelos substantivos deverbais, resultantes da substantivação de suas respectivas formas verbais pelo acréscimo das desinências nominais -a, -e, -o ao radical do verbo*²⁵

À primeira vista, os textos ubaldianos dão a impressão de que neles existe um número bastante significativo de criações neológicas. Esta impressão se desfaz

²⁵ Os processos neológicos como truncação ou cruzamento vocabular e neologia alogênética não foram aqui citados por não termos encontrado nenhuma ocorrência no texto.

quando vamos ao dicionário e lá encontramos a maioria delas dicionarizada. São palavras pertencentes ao léxico geral da língua, acumuladas ao longo de sua história, que, de alguma forma, pertencem ao repertório do autor e por ele são empregadas criteriosamente em seus escritos.

Quanto aos neologismos encontrados, predominam aqueles formados pelo processo de derivação sufixal, respeitando as matrizes morfológicas da língua. As onomatopéias, em sua maioria, respeitam a estruturação silábica do português. As novas unidades lexicais não registradas nos dicionários podem ser reconhecidas e decodificadas com certa facilidade, pois o leitor tem a possibilidade de identificar nelas, de imediato, os modelos que as originam, além de terem no enunciado artisticamente elaborado o suporte para apreensão do significado.

6.2 Empalar ou... \$%!#*+ % : as palavras obscenas

Não se deve rir da desgraça alheia, nem fazer pouco dos desventurados, até porque aquilo que a um vítima sói muitas vezes sobrevir a outro, não raro piormente. Sabe toda a consciência cristã que bem pouco caridosa é a ausência de compaixão e carece de desculpas aquele que vê mofa no sofrimento do próximo. (FIP, p.241)

Dino Preti, em seu artigo *Variação lexical e prestígio social das palavras* (2003, p.56), aborda o fato de existir hoje uma aceitabilidade maior quanto à presença de gíria e de palavras obscenas nos textos escritos da mídia e na literatura, atribuindo tal fato a mudanças de comportamento social, pois *dentro dos padrões mais liberais da vida moderna, esses vocábulos acabam adquirindo um valor catártico para aliviar a tensão social, marcar a luta de classes, extrapolando das chamadas 'classes baixas' (entenda-se economicamente inferiores) para outras classes.*

A análise do lingüista sobre o assunto nos levaria a concluir que os palavrões, assim como as gírias, deveriam estar incluídos no vocabulário comum. No entanto, gíria e palavrão constituem um repertório com menos prestígio social, ou pelo menos, não há expectativa de encontrá-los no meio de um discurso que não seja considerado informal, distenso. Isto, de certa maneira, restringe a presença dessas formas ao vocabulário popular. Deduz-se que, em relação ao uso de palavras obscenas ou de baixo calão, deve-se levar em conta a expectativa do interlocutor e a situação discursiva em que são empregadas.

Afrânio Coutinho (1979, p.28) defende o uso dos chamados palavrões em textos literários:

Por que a juventude de hoje foi aberta a todos os segredos do palavreado de calão ou gíria e não pode lê-lo num livro? Não Vai nisso uma grande dose de hipocrisia ou puritanismo de epiderme?

[...]

Por que essa recusa a registrar em livro as famosas palavras de “quatro letras” quando elas pertencem à linguagem corrente e todo mundo a enuncia?
(1979, p.28)

Em *O feitiço da ilha do Pavão* encontramos alguns itens lexicais dessa natureza, como ocorre na passagem em que o narrador faz a intermediação entre o pensamento da personagem Capitão Cavallo e o leitor:

“Numa hora como a que estavam vivendo, aqueles asnos emproados tinham resolvido procurá-lo, para lhe infernarem a paciência e lhe fazerem propostas esmioladas [...] Podia dizer-lhes que **fossem à merda**, que agora tinha seu filho para preocupar-se, mas resolveu ser paciente e não tocar nesse assunto”.(FIP, p.154)

Pelo discurso indireto, o narrador explicita a tensão da personagem empregando a expressão “fossem à merda”, pensada e não dita por Capitão Cavallo, o homem de maior prestígio da ilha, respeitado pelas autoridades instituídas da Vila de São João Esmoler, para exteriorizar sua impaciência diante de pessoas pouco agradáveis. A seleção de palavras construtoras dos sintagmas

“asnos emproados” e “propostas esmioladas” e o uso da forma verbal “infernarem” denotam o grau de impaciência e descrédito do Capitão.

Na voz do índio Tantanhengá, este revoltado por saber que seu povo seria expulso da vila e obrigado a voltar “para os matos”, encontramos outras ocorrências de palavrão no enunciado:

“ _ Cadê tendente? Cadê Dão Filipe de Meulo Furutado? Cadê condenado pecador, tenente estrumo? [...] Donde que saiu? Saiu de cu, bosta sem mistura, bosta pura! Fio arrejeitado de sarigüéia amolestosa, bixiguento! Cadê tendente? Nós mandava antes de branco parecer! Vão-te à merda do caraio da postema da barbaridade! Dismigaia moleira, come nariz, chupa olho, capa zovo, enfia porrete no rabo [...]” (FIP, p. 36)

Há neste excerto palavras já cristalizadas pelo uso como palavrão: “cu”, “merda” (na expressão “Vão-te à merda”), “caraio”, “zovo”, palavra do vocabulário comum com sentido metafórico. Mas existem outras também de baixo prestígio pelo referente que simbolizam: “bosta”, “rabo”, “postema” (lembrando pus, secreção), “bixiguento” (remetendo à doença bexiga ou varíola). No momento em que o índio fala, não há intenção de monitorar o discurso como acontece no trecho anterior. As palavras empregadas são efetivamente formas de exteriorização psíquica ou exercício da função emotiva da linguagem. Chama atenção neste caso a seqüência de palavras “Vão-te à merda do caraio da postema da barbaridade!” que constrói, de fato, um palavrão no seu sentido literal. Embora os termos sucedam-se sem necessariamente haver uma ligação sintática entre eles, a seqüência materializa a explosão emotiva da personagem.

As palavras de baixo calão estão nos vários discursos, sendo que a primeira análise leva em conta a expectativa dos interlocutores. Embora o palavrão seja pensado, não é dito, e apenas Capitão Cavalão, o narrador e o leitor sabem da intenção do dizer. E o escritor, naturalmente. Na segunda, como a personagem não tem compromisso com a censura, com os preceitos morais da comunidade, e essa

é uma das razões por que ela e seus irmãos de sangue estão sendo expulsos da vila, os termos aparecem explícitos no enunciado, ainda que a carga ofensiva que contêm seja diluída por uma farta dose de humor que caracteriza a exacerbação do índio.

Borges Lustosa, outra personagem eminente também apresenta termos injuriosos e blasfemadores em sua fala. Em seqüência caótica de termos, o Lobo de São João exterioriza sua ira contra o índio, empregando “postema”, que também aparece na fala de Balduíno, ao lado de “abantesma”, “aldrabão”, regionalismo de Portugal, efetivamente, duas palavras com baixa freqüência de uso:

“_ Em guarda, vilão, biltre, postema, aldrabão, abantesma, verme pestilento, filho do demônio, encarnação de Judas, porteiro do inferno, praga do gênero humano, desta feita podes dizer adeus a tudo e todos, podes despedir-te de tua vida ascorosa.” (FIP, p. 158)

Novamente a escolha do escritor tende para a forma menos comum ao decidir-se entre o emprego de “asquerosa” e “ascorosa”, ambas dicionarizadas. Segundo DH, esta palavra tem sua origem no grego e chegou ao português pelo latim, sendo a primeira uma forma dissimilada da segunda.

A linguagem usada pelo mestre-de-campo vai ser motivo de crítica severa de Capitão Cavalo quanto à inadequação à situação:

“_ Senhor mestre-de-campo, lembre-se o mestre-de-campo que está em minha casa e, em casa como a minha, não se sacam espadas, nem se usa tal linguagem, muito menos à mesa.” (FIP, p.159)

Outras transgressões vocabulares do mestre-de-campo:

“[...]Mas a contingências fisiológicas insopitáveis, pois as novas cólicas o assaltavam a cada instante, de forma que chegava à porta de saída e era obrigado a voltar desabaladamente, seguido pelo ajudante, que tentou antecipar-se na ocupação do penicão, mas foi energeticamente rechaçado.

_ Este penico é meu! Vai cagar na puta que te pariu!”
(FIP, p.77)

“ _ Maldito, patife, velhaco, ordinário, maldito entre os malditos, filho de uma puta!”(FIP, p.251)

“ _ Ordens, meu Comandante! _ disse o padre, com as pernas juntas e o corpo retesado.

_Levanta este cu! À traseira! _ ordenou o mestre-de-campo e, imediatamente após, num só movimento ágil, o padre ficou de quatro, para ser quase de pronto penetrado com energia pelo mestre que levou mais tempo do que Balduíno esperava e continuou a dar ordens, como se estivesse à frente de uma batalha.”
(FIP, p.259)

Encontramos em Lima (1996) uma análise da expressão “puta que te pariu”. Partindo da evolução semântica do vocábulo “puta”, chega-se à expressão.

O deslizamento da significação, que transformou a palavra em palavrão, muito se abrandou com a deformação fonética sofrida, permanecendo, no vocábulo pronunciado com a intervocálica dental pura. Sua carga pejorativa, ou seja o palavrão, já não está presente em certas situações e contextos, quando sua inclusão no fluxo sintático confere apenas um valor conotativo de grandeza maior e máxima, uma espécie de superlativo. Como nestes exemplos: “assisti a uma puta briga”, “fiquei puto de raiva”.

Aliás, há uma certa constância no valor interjectivo da palavra quando esta se incorpora a uma frase feita; assim, “puta que te pariu” é uma grande ofensa; mas se lhe retirarmos o direcionamento ao falante, o que restar, ou seja “puta que pariu!” acompanhada da entoação adequada, não passa de uma exclamação de grande espanto”.

(1996, p.16)

Quanto ao uso interjectivo ofensivo ou não ofensivo, podemos concordar, mas isso não significa que tal ou tais expressões percam o seu carácter chulo e não tenham seu emprego monitorado pelas circunstâncias de maior ou menor formalidade que circundem o ato discursivo.

Nos dois primeiros excertos, o tabuísmo é, de fato, a exteriorização de um estado emocional que contrasta com a formalidade das palavras presentes no segmento “contingências fisiológicas insopitáveis”, insistentes em preservar a face da autoridade, o que não se sustenta por muito tempo diante da inexorável situação. No último, no entanto, o termo é empregado num discurso envolto em

atmosfera de erotismo concretizada pela expressão “ficar de quatro” e “ser penetrado”.

Eremitoso Rodão é um embusteiro que vive perto da furna da Degredada. Vez ou outra incorpora o espírito de Joana Leixona, mulher de enormes pecados em outra vida:

“Tinha sido puta de alto bordo no Porto e na grande cidade da Leixônia, puta lena, alcoviteira de primeira, dona de casa de puta, corretora de escravos, desencaminhadora de donzelas, esposas e maridos. [...] (FIP, p.71)

Em DH, “lena” e “alcoviteira” significam *dona de prostíbulo, caftina*, significado já clarificado no texto pela expressão “dona de casa de puta”. Já vimos em outras análises o uso da sinonímia como realce expressivo. Em lugar de repetir o signo, ele explora a repetição do significado, mas empregando outros significantes. Neste caso, o escritor joga com a série sinonímica para reforçar o passado promíscuo que tivera Joana antes de se tornar um “espírito” obrigado a cumprir fadário (*destino fixado por um poder sobrenatural e ao qual não se pode fugir*):

“ _ Caraclo! _ gritou de repente Eremitoso, rodopiando e falando numa voz bem mais grossa que a habitual. _ Carái! Caráiles, poriquê si mi li acordam, si mi li abusam? Porique si mi li portubas? Non tenes aqueles que tis ocúpis os rabis sujos, desinfelizes, troços de carvones? Quales das quales nigrinhis rampeiras queres mi faláris? [...]” (FIP, p.71)

A vida pregressa de Joana Leixona justifica o emprego das palavras de baixo calão. A forma estilizada da fala, porém, serve para quebrar o tom agressivo ou constrangedor dos tabuísmos e das formas injuriosas com as quais se refere às negras que esperavam pelo atendimento de Dona Ana Carocha, a feiticeira, que morava na furna: “rabis sujos”, “desinfelizes”, “troços de carvone”, “nigrinhis rampeiras”. Em seguimento a essa fala, pela voz do narrador, outras ofensas são feitas: “negrinhas brasileiras de merda”, “azêmolas fedidas”, “troços de betume”,

“caganitas de breu”. “Caganitas” é um tabuísmo e significa, segundo DH, *indivíduo baixinho*, apesar de sugerir outro significado mais depreciativo que esse apresentado no dicionário.

Também a realza do quilombo “cai do trono” lingüístico e transgride quando usa a locução “de merda” para estigmatizar os negros não congolenses:

“Já os cativos se comportavam como libertos, já não se comprava nem se vendia um áfrico de merda.”
(FIP, p.94)

D. Afonso Jorge II exaspera-se ao saber que o avô de Crescência vendera mãe e filha como escravas e radicaliza ao pensar na punição para tal insulto aos filhos do Congo. A escolha do verbo “empalar” seria mais econômica, porém certamente menos expressiva:

“_ Devia ser enforcado! Devia ser sentado nu, na ponta dos pés, com uma estaca de madeira e ponta afiada na porta do cu, para que, do cu ao coração, sentisse trespassá-lo devagar o espeto da traição ao sangue.” (FIP, p.126)

O erotismo está presente em muitas passagens da narrativa, ora por meio de um discurso produzido no nível culto da língua, ora no nível popular. Muito mais freqüente é o vocabulário comum que se presta à manipulação do escrito para construir sentidos especiais, contando para isso com a cumplicidade do leitor e a habilidade do escritor.

Segundo Preti (1983, p.65), *em geral pode-se dizer que um dos índices do vocábulo grosseiro e obsceno é a sua referência a uma vida sexual quase sempre deformada, que se fundamenta nos comportamentos de exceção, nos vícios e exageros eróticos*. Assim era a vida de Lô Pepeu com as mulheres da Casa dos Degraus. No trecho a seguir, o discurso erótico vem marcado pelos verbos “atochar”, atravessar, “empinar”, “estraçalhar”, “comer”, “olhar”, “enlouquecer” e pelo emprego figurado dos substantivos “bonifrate” e “gorgomilos”, palavras do vocabulário comum que, nesse contexto, erotizam a cena:

“ _ A ela sem pena! _ bradou uma voz de mulher, por trás do madeirame de uma janela do andar de cima da Casa dos Degraus.

_ Mais alto! Mais sentimento! Mais sinceridade!

_ Sim! Assim! Vou comer-te toda, desalmada. Ai que te atochos até os gorgomilos, malvada! Olha-o cá, olha-o bem! Gostas! Enlouqueces quando o tocas? É o teu bonifrate querido, todo teu, podes viver sem ele? Vê como se empina por ti? Que queres que ele faça? A ela sem pena, a ela sem pena, anda, não esperes que te peça!

_ A ela sem pena, sem pena! Sem pena! Martrata! Estraçaia! A ela sem pena!” (FIP, p. 19)

Iô Pepeu, com sua fixação sexual por Crescência, é responsável por outras passagens eróticas. Ainda que não diga as palavras que levam Iô Pepeu ao gozo final, Crescência aceita ser possuída:

“Nua em pêlo à sua frente, braços pendidos com naturalidade, um joelho levemente dobrado, uma perna meio passo à frente da outra, não tinha a expressão nem um pouco diferente de quando falava com ele em casa ou lhe trazia um refresco; os lábios num semi-sorriso amistoso, os olhos suavemente fixos nele. Ele chegou mais perto para ver e sentir a pele rija e sem manchas, os poros eriçados pelo friozinho de junho e ela deixou-se admirar sem se mover. Ele pediu-lhe que de deitasse, ela se deitou, quase na mesma posição em que estivera de pé, apenas um dos joelhos mais dobrados. Ele quis falar, pensou em como não conseguira convocar palavras para descrever o que sentia e, tremendo como se estivesse com calafrios de febre, também tirou a roupa.” Abre as pernas”, disse, e ela abriu. Sentindo que, novamente desta feita mais que nunca ia precisar que a mulher dissesse aquilo de que tanto dependia, pediu-lhe que o fizesse, com voz constricta e esganiçada. “Não”, respondeu ela, falando pela primeira vez naquela noite. “ (FIP, p.29)

Nesse fragmento, o erotismo se instala também pelo emprego das palavras do vocabulário comum que, delicadamente arranjadas pelo escritor, estimulam os

sentidos da visão e do tato, explode na expressão “abre as pernas” e finaliza na negativa decepcionante da mulher.

A variação lingüística está presente em outros discursos erotizados quando, por exemplo, Iô Pepeu vai buscar como parceiras as mulheres da Casa dos Degraus. Tentando acalmar o furor priápico causado pela tisana que Balduino lhe preparara na tentativa de livrá-lo do vício “das palavras”, procura as negras para aliviar-se:

“Pois então, Foi Santa, foi Nana, foi Vitória, foi Das Dores, Foi Eulâmpia, Foi Nazinha, foi quem apareceu. O sucedido se passou como se segue. Diazinho amanhecendo, levanta-se Iô Pepeu, dá uma mijada no pé da pimenteira, o **mangalho** não baixa, vai-se ele à cozinha, arrasta de lá Vitória, leva-a para dentro, ela já vozeirando “a ela sem pena” desde o corredor, **passa-lhe a vara** da maneira por ela preferida, qual seja, **de quatro** com a saia lhe rodeando o pescoço e ele lhe **amassando os peitos**[...]

Talvez um banho salgado para espantar a moleza. [...] sim era bom um banhozinho salgado, espertava até demais, porque primeiro sentiu uma dormência na boca e depois um **abrasamento intenso** nos **baixos**, que a água fria **não arrefecia**. Mais tarde acharia que ficara meio **avariado da idéia**, porque, sem ver nem como, correu de volta à casa dos Degraus rápido **como um cavalo** e, sentindo-se tão **teso** que lhe doíam os rins, passou a chamar as mulheres uma por uma. Nas últimas vezes, já não conseguia terminar, **todo esfolado** e encharcado de suor. Não, **aquilo** podia **não querer baixar**, mas ele lhe daria um descanso a si mesmo. Não era possível passar o tempo todo naquele **vuque-vuque** “. (FIP, p.84-5)

Frases feitas, onomatopéias, palavras do vocabulário comum não tornam o texto menos erótico. Acrescentam-lhe, sim, a dose certa de malícia que a situação requer, o que não acontece quando Iô Pepeu está com Crescência.

Os desvios sexuais se oferecem como tema do discurso erotizado, diluído pelo humor malicioso que se apresenta. A desobediência às orientações do índio quanto ao uso da tisana teve desdobramentos imprevisíveis por Iô Pepeu, mas sabiamente antecipados pela longa experiência do índio:

“[...] Imaginou que, passeando pelo matagal, conseguiria desviar seus pensamentos para alguma coisa que não fosse fornicar, mas acabou por fazer o que Balduíno havia previsto. Viu uma mulazinha castanha e achou-a irresistível, com seus olhos negros pestanudos, seu coro macio e lúcido, suas ancas bem proporcionadas e sua cauda cerdosa e vibrátil, a qual já acostumada por outros moços, se arredou nervosamente para um lado, assim que ele subiu num toco, baixou as calças e começou a penetrá-la. Dessa vez gozou e derreou sobre os quartos dela. Que continuou parada, como se compreendesse a situação.” (FIP, p.86)

O sexo com animais está registrado em Freyre como prática comum dos meninos na época do Brasil Colônia:

Tanto o excesso de mimo de mulher na criação dos meninos e até dos mulatinhos, como o extremo oposto _ a liberdade para os meninos brancos cedo vadiarem com os moleques safados da bagaceira, deflorarem negrinhas, empenharem escravas, abusarem de animais _ constituíram vícios de educação, talvez inseparáveis do regime de economia escravocrata dentro do qual se formou o Brasil.
(1987, p.375)

Ainda que tenham sido utilizadas as expressões “baixou as calças”, “começou a penetrá-la” e “gozou”, palavras pertencentes ao campo léxico-semântico do erotismo, o grotesco da cena narrada se perde na sensualidade das palavras escolhidas por Ubaldo para descrever física e comportamentalmente a “mulazinha castanha”, dando-lhe um tratamento poético. Os “olhos pretos pestanudos”, o “couro macio e lúcido”, “ancas bem proporcionadas”, “cauda cerdosa e vibrátil”, lembram, de certa forma, a descrição de Crescência feita por mani banto, assim como a docilidade, a obediência ao ceder à volúpia sexual do filho de Capitão Cavalão. E ambas, irresistíveis para o jovem, não falam as tais palavras...

O mestre-escola Moniz Andrade não escapa da decadência moral por sua predileção por meninos e meninas de que era preceptor. Pederastia, pedofilia e

sadomasoquismo se apresentam no jogo de palavras “meninos”, “meninas”, “brincadeira de rua”, “baixar as calças”, “apalpadelas”, “chibateando”, “vergastassem”, que se misturam ao vocabulário comum costurando o discurso erotizado:

[...] Bem verdade que brincadeira de rua não poderia propriamente jamais vir a ser, porque o mestre-escola fazia era ir desenvolvendo aos poucos um rol de pretextos e manobras a fim de que certos alunos e alunas de que era preceptor particular baixassem as calças, para serem chibateados levemente por eles, entre uma apalpadela e outra. Jamais passaram disso, a não ser que se considere o fato de que, depois de algum tempo chibateando os alunos, o mestre passava a pedir retribuição, baixando por seu turno as calças para que o vergastassem só que, ao contrário do que fazia, com toda a força que quisessem [...].” (FIP, p. 232)

As palavras injuriosas, as blasfêmias também se enquadram no conjunto de vocábulos transgressores, de baixo prestígio social pela carga ofensiva, deselegante com que normalmente maculam os enunciados onde são empregados, por serem a materialização de sentimentos inferiores como raiva, inveja, prepotência, desespero etc.

Com freqüência esse veio semântico é explorado por João Ubaldo pelo uso de adjetivos em série, o que intensifica o sentimento exteriorizado, principalmente quando tem a intenção de imprimir sentidos de humor ao texto, chegando às raias do cômico. O desespero de Iô Pepeo diante do “falo inerte” é anunciado pela série adjetiva:

“_Desgraçado _ vociferava, entre tabefes, sacudidelas e esticões. _ Miserável, aí embaixo, dependurado como um pescoço de galinha morta, miserável, miserável, mil vezes desgraçado!
Sim, miserável, desgraçado, maldito, traiçoeiro, aleivoso, covarde, poltrão! Quantas vezes sonhara com a mão esbelta e grácil de Crescência, apertando-o como se tivesse sido feita apenas para isso, enobrecendo-o somente com esse gesto? Ela atendera ao puxão suave da mão dele e parecia cada

vez mais, à vista e aos ouvidos, uma potranca prestes a ser coberta, a pele comocionada fibrilando, as narinas abertas, o fôlego apressado, a boca úmida e lustrosa com os lábios crispados, esperando agora somente que ele a deitasse, enlaçasse e, em meio a gemidos, suspiros e arrulhos, irrompesse de vez por ela adentro, fazendo-a gozar como já quase estava, somente por estreitar suas coxas arrebatadoras uma contra a outra. Mas, qual, assim que os dedos delicados cingiram o que antes se exibia como uma lança enristada, esta inexoravelmente principiou a murchar e já transmutara numa pelanca desvalida”. (FIP, p. 243)

A exaltação do mérito peniano como “lança enristada” se perde na triste comparação a “um pescoço de galinha morta”, “pelanca desvalida”, pelo que o verbo “murchar” é responsável. As palavras são do vocabulário comum, mas no texto assumem valor altamente pejorativo, desmoralizante nesse infausto episódio.

De outros discursos presentes na narrativa, selecionamos o que chamaremos de vocabulário do erotismo na Vila de São João Esmoler:

Verbos

encostar enlaçar pegar morder sentir querer fazer fornicar penetrar
gozar foder folgar distrair irromper afastar enrijecer entumescer arrastar
atravessar arreganhar apertar atochar chibatear levar para cama
tocar (segurar) empinar maltratar desfarelar cingir cheirar despir-se
pincelar

Substantivos

cilindro de carne lança falo bago nuca peito nádegas coxas lugar
meio do mundo sítio vaso (dianteiro) vaso (traseiro) traseiro mamas
púbis pelanca garanhão vergalho cangote periquitona quirica

mucurango agente (de humilhação) lambidas beijos umidade fragrância
quadris encarquilhamento arrebatamento ancas cangote gemidos
bonifrate gorgomilos

Adjetivos

rijo belo eriçado enristada desvalida ereto duro doido entrabertas
enlanguecidos macio acolhedor ostentoso arfante inerte úmidos
arrebatadora

Voltando à epígrafe com que iniciamos esta parte do trabalho, não se deve rir da desgraça alheia, nem do que a provoca. Principalmente quando se trata de personagem de uma obra literária cujo autor é preocupado com o comportamento humano e as repercussões sociais desse comportamento. Pelas palavras, a elite foi representante da tradição da língua, mas por elas também, vieram se juntar ao povo e à sua linguagem espontânea, eliminando, pelos caminhos da transgressão vocabular, as diferenças que geram preconceitos.

Como se vê, a maioria dos termos relacionados pode se apresentar em discursos cultos e pertencerem ao vocabulário comum. Outros ficam restritos ao uso da linguagem popular. No texto ubaldiano, transgressão e tradição alinham-se artisticamente para oferecer ao leitor o prazer estético da leitura.

6.3. Nem chus nem bus: os arcaísmos se apresentam

Cressot (s/d,p.76) usa a expressão “fundo médio” para designar um certo número de palavras ou expressões pertencentes à língua geral de que o falante dispõe para realizar seus atos comunicativos. Nela estão inseridas *palavras da língua antiga e da língua clássica, os termos técnicos, científicos, populares, de*

gírias, provincianos e estrangeiros que a qualquer título tenham conservado ou adquirido direito de cidadania. Afirma que muitos vocábulos de alto valor expressivo são relegados ao esquecimento pela rotina do uso lingüístico e pela falta de curiosidade para conhecer novas palavras, novos termos, no que o manuseio freqüente dos dicionários ajudaria muito. Cressot considera que o emprego de palavras pertencentes a falares particulares e de fases anteriores de uma mesma língua devem ser vistos como empréstimos. Esse tipo de empréstimo é apresentado pelos estudos tradicionais do léxico como arcaísmos.

Dessa maneira, os arcaísmos no texto literário resultam em efeitos evocativos e emotivos. Segundo Ullmann (1973, p.64-5), o diacronismo vocabular traz, de alguma forma, o passado ao presente, pois *la capacidad evocadora de estas formas reside precisamente em el hecho de que son arcaísmos, restos de anteriores etapas de la história de la lengua*²⁶. Para ele, o resultado mais expressivo do uso de um arcaísmo é a evocação da cor local ou a exploração no pastiche. Trazer um termo arcaico a um texto literário moderno pode produzir efeitos de sentido vários: humor, associações históricas, literárias ou bíblicas, ou pode contribuir para criar uma atmosfera de tradição e antigüidade.

Mattoso Câmara (1974, p.81) aponta a língua literária como o lugar para serem encontrados os arcaísmos, pois as obras antigas *“continúan a impor padrões estéticos.* Diz ainda: *o escritor que emprega arcaísmos em relação à língua comum do seu tempo o faz para fins estilísticos, pretende dar certa cor a seu estilo.*

Muitas vezes o emprego dessas formas é apenas semântico, isto é, usa-se uma palavra ainda vigente, cujo sentido antigo não mais possui; ou ainda, num grupo de derivadas, uma das formas é arcaizada e outras permanecem em uso na língua.

Há duas maneiras de se trazer de volta ao uso um arcaísmo. A memória do povo mantém arquivadas formas antigas que já foram esquecidas pelo uso acadêmico e, por algum motivo, elas são repostas nos atos comunicativos. A outra maneira é o emprego estilístico de que fazem uso os literatos. Para este caso

²⁶ O texto correspondente na tradução é “ a capacidade evocadora dessas formas reside precisamente no fato de que são arcaísmos, restos de etapas anteriores da história da língua”. ULLMANN, S . Lenguaje y estilo. Madrid: Aguilar, 1973. 322p

encontramos os exemplos de arcaísmos “revitalizados”, segundo Ismael de Lima Coutinho (1976, p. 212)²⁷: “devaneio”, “grei”:

“Sim, airoso _ e de repente deu um passo à frente, juntou as mãos e fechou os olhos num **devaneio** inesperado.” (FIP, p.129)

“[...]pela segunda vez cometendo a mesma felonía, penaria todos os rigores da lei cabíveis a desordeiros, vagabundos, salteadores e demais celerados que sobejam em sua **grei** imunda.” (FIP, p.41)

Cressot (s/d,p.77) apresenta a palavra “grei” como exemplo de empréstimo de palavra feito a uma fase anterior da língua. DH, em uma das acepções, confirma a presença de um diacronismo “antigo”, segundo o critério estabelecido na organização do dicionário. O emprego da palavra com a acepção *o conjunto de súditos; vassalagem; povo; nação* se ajusta figuradamente ao texto.

Ismael de Lima Coutinho (1976, p.212) apresenta alguns fatores que acionam o processo de arcaização de vocábulos: desaparecimento das instituições, costumes e objetos; sinônimos ou neologismos: eufemismo ou a degradação de sentido; o sentido especial; a homonímia.

O romance em análise não tem datas explicitamente apontadas em toda narrativa. João Ubaldo, porém, fornece informações que permitem ao leitor situar-se no tempo em que a história se desenvolve. A ilha do Pavão é parte da colônia portuguesa, os índios ainda interagem diretamente com o colonizador português, o escravismo resiste às iniciativas de libertação dos negros, a Igreja atua diretamente como lúdima representante dos interesses da Coroa. Portanto, a rerepresentação de palavras já abandonadas pelo uso comum, ou, pelo menos, com baixa frequência de uso, se justifica na medida em que restaura o ambiente, a vida social daquela época, a cultura, a ideologia vigente, desenhando um ambiente de realidade e dando verossimilhança ao universo da ficção literária, como vemos no trecho a seguir, diante do emprego do substantivo “dação”, encontrado em DH com a rubrica *diacronismo*:

²⁷ Ismael de Lima Coutinho (1976) se baseia no resultado de estudo feito por Francisco José Freire (1863) e Duarte Nunes do Leão (1864) sobre termos arcaicos para exemplificar casos de “ressurreição” de termos.

antigo e a acepção.ato ou efeito de dar; doação. O objeto da doação é uma “sesmaria” que, segundo DH era terreno abandonado ou inculto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores:

Por graciosa dação real, me foi concedida esta sesmaria, mas disso não me aproveitei para contestar direitos dos que aqui estavam. (FIP, p.155)

Acatamos como critérios para a identificação de uma palavra como arcaísmo, ou forma arcaizante, os mesmos empregados no DH em relação ao que foi classificado como diacronismo, considerando o fôlego da obra, e a atualidade da publicação:

Neste dicionário, classificaram-se de arcaísmos as palavras ou variantes usadas no português medieval até o português camoniano (século XVI).

Como antigos, foram classificados os vocábulos e locuções, expressões e acepções usados na língua, do século XVI ao XIX, mas já não empregados no século XX.

Obsoletos ou obsolescentes são termos que classificam vocábulos que deixaram de ser empregados já dentro do século XX ou cujo uso se acha em processo de marginalização.

(2001, p XXIX)

Vejamos algumas formas diacrônicas presentes no romance *O feitiço da ilha do Pavão*:

“Vêm nos pesadelos numerosos demônios e suas malfeitorias mais torpes e **guisas** mais arditosas [...]” (FIP, p.10)

Rodrigues Lapa comenta o caráter arcaico da palavra “guisas”:

‘Guisa` é um velho substantivo português, de origem germânica, que significava “maneira, modo” Se fôssemos a dizer ou a escrever hoje qualquer coisa com isto_ ‘Não gosto das guisas de Fulano`_ era uma gargalhada geral, e o pobre que tal dissesse ou escrevesse arriscava-se a ser internado numa casa de saúde. Convém aliás frisar que a locução `à guisa de` = `à maneira de`, já é de uso muito restrito, puramente literário e muito afetado. Por isso, se usa muitas vezes para fins humorísticos

(1998,69-70)

Em DH , encontramos o verbete “chus”adv. (sXIII cf. IVPM) arc. *mais* □ *nem c. nem bus coisa nenhuma; nada* □ *não dizer c. nem bus nada dizer; não pronunciar uma palavra* □ *ETIM lat. plus ‘id.’.* Segundo Lapa (1998, p.70), a locução

em foco é um fenômeno de arcaísmo, pois é quase impossível a separação dos elementos que a compõem. Diz ele: *Não compreendemos o vocábulo isolado, nem é preciso: basta que compreendamos o sentido global da locução. Só esse tem importância.* A locução de uso popular dá um tom de humor à passagem:

“Tinha ficado sentado na beira da cama esperando, tinha até dado umas carreirinhas para esquentar o sangue, mas nada, **nem chus nem bus** “. (FIP, p.85)

O vocábulo “botica” é considerado diacronismo “antigo” ou seja, permaneceu em uso do século XVI ao século XIX, já não sendo empregado no século XX. Das nove acepções que DH apresenta para “botica”, apenas a que se refere ao vocábulo de uso informal no português europeu como regionalismo não é considerado um diacronismo antigo.

“Nas rua Direita, por exemplo, até as pedras do calçamento parecem rebulicar com a agitação das dezenas de artesãos, **boticas**, armarinhos, casas de secos e molhados, armazéns, negras de tabuleiro[...]”. (FIP, p.16) - *diacronismo :antigo.*

“Nojo” é um vocábulo que apresenta a rubrica diacronismo “obsolescente”, ou seja em processo de marginalização pelo pouco uso registrado no século XX, substituído com frequência pela palavra “luto”. Na passagem a seguir, porém, é perfeitamente adequada ao tempo a que o romance está circunscrito:

“Sentado no varandão da casa grande, em frente ao pomar, o coração do capitão se apertava, enquanto ele pensava em seu filho único, pois, apesar de, depois do **nojo** rigoroso a que se obrigara pela morte de Dona Maria Joana [...]” (FIP, 150) - *diacronismo:obsolescente.*

“Arruar” é um diacronismo “antigo” e significa andar pelas ruas de maneira ostentatória, a pé ou a cavalo. Ubaldo vai buscar a expressão “cadeiras de arruar” que, no tempo do Brasil colônia era carregada por escravos, numa autêntica

ostentação da riqueza daquela época, para evocar a cor local de um quilombo no qual o modelo português servia de inspiração.

“Isolada a um dos cantos do largo, uma fileira de cadeiras de **arruar** e liteiras requintadas, com seus carregadores ao pé [...]”.(FIP, p.118)_ *diacronismo: antigo*.

O verbo “arrodear” está rubricado em DH como diacronismo “antigo”, mas aparece no *Dicionário do Nordeste* (2004) como um regionalismo. Em DA, não há referência ao caráter diacrônico da palavra, nem ao uso regional, apenas registrando-o como forma mais presente no uso popular. O *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (2004) registra a forma.

“Mas lô Pepeu suspeitou que eles podiam estar sendo seguidos pelos homens do intendente e convenceu Balduíno com facilidade a subir a pedra do Urubu, **arrodear** o mangue Grande e finalmente, passar por um trecho da mata do Quilombo [...]”. (FIP, p.96) – *diacronismo: antigo*

Os exemplos destacados estão presentes na voz do narrador, regida pela mão hábil do escritor que orchestra as palavras em arranjos expressivos, trazendo, pelo uso de formas arcaizantes, um pouco do passado lexical da língua portuguesa ao presente da narração.

6.4 O *discurso* deTantanhengá. Ou Balduíno da Anunciação. ou Galo Mau. Como se queira

O levantamento vocabular realizado a partir da construção do discurso das personagens Borges Lustosa, Capitão Cavalo etc (4.2) registra a presença de itens lexicais pertencentes ao dialeto social culto, chegando ao nível da erudição. Já a

fala de Balduíno Galo Mau assenta-se no outro extremo quanto à seleção lexical, uma vez que seu discurso vem marcado pelo vocabulário popular.

Disseminados no vocabulário comum, aqui predominante também, vão estar presentes termos que transgressivamente ajudam a elaborar um discurso marcado pelo humor, pelo coloquialismo e pelo erotismo que servem para traçar o perfil psicossocial da personagem contestadora, por defender os direitos adquiridos no processo civilizatório a que foi submetido seu povo. O colonizador colocou o nativo em contato com a modernidade: novos hábitos alimentares, nova maneira de viver, alguns valores novos, apesar de não admitir abrir mão de certos traços de sua cultura tais como andar nu, não ser sedentário, ter seus deuses e suas crenças. Assim, o índio acrescentou algumas práticas às que sua cultura já construía em contato direto com a mãe Natureza. Como conseqüência, são incorporados a seu vocabulário os signos que designam essa outra realidade: “sal”, “açúcar”, “sabão”, “vidro”, “almofada”, “dinheiro”, “carne de vaca”, “panela de ferro”, “faca amolada”, “tenda de novidades”, “armazém”, “roupa”, “chapéu”, que recobrem satisfatoriamente o campo léxico da civilização.

O jabarandaia Tantanhengá, com sua fala arrevesada, é a voz que luta pela liberdade dos primeiros habitantes da ilha, os índios, reavivando na narrativa os embates entre silvícolas e colonizadores no período inicial da formação da nação brasileira. Sua fala revela os embargos na aquisição de uma nova língua, principalmente no que se refere à pronúncia das palavras, marcada por metaplasmos dos mais variados tipos. O exagero com que esse fato é apresentado ao leitor constrói uma personagem caricatural, não exatamente pelo que diz, mas pelo modo como diz aquilo que pensa. Ainda assim, os desvios fonéticos não chegam a interferir na comunicação. Seus interlocutores, inclua-se aqui o leitor, não têm dificuldades em perceber no significante alterado os significados pretendidos. Nas passagens a seguir, vê-se Balduíno às voltas com signos que não pertencem a seu repertório comum:

A) “Seu Dão intendente não tá aí. Tá tudo fechado, hoje é feriado, dia de outono.

_ Dia de quem? Quem é tonu, é santo? Santo Antono não é, não fica com conversa querendo enganar índio, Santo Antono é no tempo de trezena e novena, índio não é besta!

_ Não sei se é santo, só sei que é feriado, dia do outono. Está na postura, é feriado dia do outono, dia da primavera, todos esses dias. O outono começa hoje, é muito importante, é feriado.”(FIP, p.37)

B) “Merecias a morte e ainda a terás, pelas minhas mãos, Deus há de ser servido! Que queres, afinal? Dize o que queres e desde já advirto que, se fores insolente, nada obterás.

_ Índio não sabe o que quer dizer solente, mas índio é solente se quiser, índio é qualquer coisa que quiser, não recebe ordens [...]” (FIP, p.263)

A discussão provocada pelo desconhecimento do signo em sua totalidade como portador de um significante e de um significado provoca o hiato na compreensão do que estava escrito na “postura”. Num país tropical, a estação do ano, o outono, não é bem delimitada. Como não era identificada como parte do real no mundo de Balduino, não era nomeada, não havia familiaridade entre a coisa e a sua representação simbólica, como talvez fosse na cultura do europeu. A identidade sonora entre ou/tonu/ e An/tonu/, este já alterado foneticamente na fala do índio, traz para seu mundo a relação com a figura religiosa, e com ela outras marcas da religiosidade cristã: a trezena e a novena. Ele não sabe o que é outono, com suas cerejas e maçãs, mas tem certeza de que não é Santo Antônio, porque esta realidade já faz parte de seu conhecimento de mundo, trazida pelos jesuítas no trabalho de catequese:

“Iô Pepeu aproximou-se para ler o que estava escrito no papel pregado na porta.[...]. Dodecassílabos de grande poder evocativo exaltavam a formosura do outono, a dadivosa estação das frutas. [...]

_ Índio não percebeu nada_ disse Balduino _ **O que é estação?**

_ É o tempo, agora é o tempo das frutas. A maçã, a cereja...

_ O que é cejera? O que é amaçã?

_ Frutas. São frutas que tu não conheces, mas há. O outono é o tempo das frutas.

_ De acajueiro mesmo não, agora não tem caju. E quase o resto todo não precisa de tono, dá tempo todo.” (FIP, p.39)

Depreende-se do diálogo que as palavras “outono”, “estação”, “cereja” e “maçã” não são percebidas pelo índio como elementos simbólicos. O outono não é realizado semanticamente como estação das frutas, pois o caju é fruta (ou pedúnculo, melhor dizendo; a fruta é a castanha) e não dá no outono. Caju é a fruta que faz parte do seu mundo. Portanto, outono não faz sentido para ele, assim como a “cejera” e “amaçã”. Para Berger e Luchmann:

A linguagem tem origem e encontra sua referência primária na vida cotidiana, referindo-se sobretudo à realidade que experimento em estado de vigília, que é dominada por motivos pragmáticos(isto é, o aglomerado de significados diretamente referentes a ações presentes e futuras) e que compartilho com outros de maneira suposta evidente[...] A linguagem conserva mesmo assim seu arraigamento na realidade do senso comum da vida diária.
(1976, p. 58)

A presença de termos grosseiros, injuriosos e obscenos materializa algumas intenções presentes no discurso como, por exemplo, demonstrar a ira provocada pela ordem de expulsão dos índios, engendrada pelo intendente Felipe de Melo Furtado,

_ Mentira. Mentira de Dão Filipe, tendente, filadumaégua com oitenta jumentos.” (FIP, p.37)

o desprezo pela mulher do intendente, Dona Felicidade:

[...] Isso tudo por causa de Dona Felicidade, aquela peste que deveria ser faxineira do inferno, aquela

bacurau remelenta e fedorenta, do nariz de quati, dos dentes de baiacu e do bafo de lama".(FIP, p.46);

[...] índio papa qualquer coisa, índio acha toda mulher merecedora, mas nem índio ia querer papar aquela **surucucu do balaio baixo**".(FIP, p.46);

para desqualificar as autoridades mandatárias da ilha que freqüentavam a "Cambra":

"_Disconfiado nada, tudo **burro**, tudo **safado tapado**. Índio já pensou tudo, já tá tudo aqui pensado, pensadinho." (FIP, p.64);

ou que reinasse no quilombo,

"[...] Índio é mestre do mato, conhece bicho do mato, conhece planta, conhece tudo, conhece **quilombeiro safado medroso**, já tinha metido medo neles na saída de lá [...]." (FIP, p.165)

Nesses fragmentos, os adjetivos empregados são altamente injuriosos quer qualifiquem aspectos morais como **safado**, **sem-vergonha**, **medroso** ou intelectuais como **burro tapado**, além de aspectos físicos **remelenta**, **fedorenta** em perfeita harmonia com os substantivos **peste** e **faxineira**, **surucucu** que, metaforicamente, designam a figura desagradável daquela senhora. As *desqualidades* físicas da esposa do intendente são marcadas pelas semelhanças com animais que pertencem ao mundo de referência do índio: **quati**, um mamífero de nariz comprido; **baiacu**, um peixe coberto de espinhos e **bacurau**, uma ave de hábitos noturnos²⁸. Os vocábulos aqui destacados têm todos etimologia tupi, assim como **surucucu** e aparecem empregados em sentido metafórico.

²⁸ Seria mera coincidência ou um ato intencionalmente sugestivo do escritor selecionar substantivos que apresentam uma sílaba que se repete nos vocábulos baiacu, bacurau e se reduplica em "aquela surucucu do balaio baixo?"

Os sentimentos do índio em relação aos representantes da Coroa que habitam a ilha se reforçam pela repetição da palavra “raiva” e pela expressão “gente ordinária” que aparecem no trecho a seguir:

“Da Câmara cuidaria lô Pepeu, da cacimba do forte cuidariam umas meninas de confiança dele (Balduino) assim como dos potes da casa do intendente, umas meninas tudo com raiva de Dão Felipe, raiva do mestre Borges, raiva de Dona Felicidade, raiva dessa gente ordinária toda, que agora queria mandar os índios de volta para o mato”. (FIP, p.66)

A “tisana tesifera” ou “invencível calda” que Balduino fabricara havia sido despejada em todos os recipientes usados para armazenar a água da fortaleza: “porrão”, “pote”, “vaso”, “vasilhame”, “moringa”, “cacimba”, “cisterna”, “tinhas”, “barrilotes” e “panelas” pelas “meninas que pegavam água na cisterna da fortaleza” (FIP, p.66). Seu efeito provocara “contingências fisiológicas insopitáveis”, “espasmos irreprimíveis”, “dor de barriga”, “cólicas”, “tripas rebeladas”, “peidos”, “bufas” ou *sons emitidos de parte do corpo que não a boca, mas antes o seu oposto*. (FIP, p. 78). Essa foi a arma natural usada por Balduino para enfrentar Borges Lustosa que arregimentou “gentes d`armas”, municada com o aparato bélico da vila, para enfrentar a Sedição Silvícola, título nobre para a insubordinação dos índios à ordem de expulsão decretada pelo Intendente Felipe de Melo Furtado.

A vitória parcial dos índios mereceu de Balduino Galo Mau discurso de “boa veia” popular, no qual termos chulos e obscenos estão presentes para desmoralizar os derrotados. Na fala do índio justifica-se a motivação para o nome popular do grande fato histórico da Vila de São João Esmoler, a batalha do Borra-Botas:

“Viu mecês? Nós peguemos mecês! Cês bota índio pra fora se índio querer! Índio também tem querer! Sabe o que Dona Felicidade tá fazendo? Tá cagando no piniquim! Sabe o que Dão Boroge Lussitosa tá fazendo? Quiequie que Dão Boroge tá fazendo? Tá caçando mais pinico porque atirou pinico ni índio e não pegou ni índio e agora ele tá sem ter onde cagar! Sabe pra que serve guarda e

miriça? Borra nas bota! Sabe o que Dão Boroge faz pra acabar caganeira? Enfia canhão no cu! Índio peidão? Branco cagão! Branco cagão, huí-huí, branco cagão, cagão, cagão! (FIP, p.81)

As condições que cercam os atos de fala conduzem o interlocutor à percepção do jogo semântico proposto pelo locutor. A construção de um discurso transgressor pelos caminhos do erotismo é marcada pelo emprego de itens do vocabulário comum com sentido metafórico quando se refere, por exemplo às partes baixas do corpo ou fenômenos fisiológicos, produzindo efeitos grotescos, de que são exemplos:

pênis :	vergaio (vergalho) pau de bandeira baixios pau de bandeira mangalho cilindro de carne lança falo mucurango bonifrate
testículo :	zovo bago tomate cunhão
vagina:	quirica periquitona vaso dianteiro meio do mundo sítio
pelve:	baixios
ânus	rabo traseiro
flatos	peido (peidar) bufa
urinar	mijar

defecar cagar borrar-se

No fragmento a seguir, como palavrões, expressões injuriosas ou obscenas propriamente ditos, registram-se as unidades pertencentes ao vocabulário do dialeto social popular “cu”, rubricado em DH como um regionalismo e tabuísmo no Brasil e em Portugal, “puta” e “fanchão”. A artesanania do escritor em combinar palavras desconstrói, por meio do humor, a carga negativa ou a rejeição resultante do emprego de tabuísmos que transgridem o dialeto social comum. A atenuação do sentido resulta do contraste estabelecido pelo emprego imponente da típica sintaxe lusitana e vocábulos como “santa” e “soldadesca”, representantes lexicais da tradição da língua, e os termos chulos da fala popular.

“Com que então o mestre-de-campo, com aquela cara de santa puta arrependida, ia aos cus da soldadesca, bonita notícial! [...] Ainda não podia provar nada, mas sabia de fonte mais que limpa, que seu inimigo era um fanchão e estaria perdido se isso viesse a ser sabido”.(FIP, p.255)

Para Pierre Guiraud apud Preti (1983, p.64)²⁹ é grosseira toda palavra que tende a descrever, a pôr em relevo o corpo e suas funções, e em particular as mais baixas, e essa grosseria é mais acentuada quando ela se exprime por meio de termos de origem popular, *termos que, por sua natureza, atualizam as imagens mais materiais e corporais das coisas e funções designadas e às quais, por outro lado, se ligam o descrédito, o desprezo de que são objetos aqueles que os empregam*. Dentro dessa perspectiva enquadram-se os comportamentos de exceção refletidos nos vícios e exageros eróticos presentes na passagem em que Balduíno cede a cena a um “velho muito velho” que lhe ensinara a fórmula da “tisana”, capaz de operar milagres. Por sua ingestão, *aquilo fica o dia inteiro e a noite inteira que nem um pau de bandeira e nem todas as mulheres da vila,*

²⁹ GUIRAUD, P. *Lês Gros mots*. 2.ed. Paris: PUF, 1976. p.9

encarreiradinhas, conseguiriam baixá-lo. Escalavrar, desfarelar, mas derribar nunca do nunca. (FIP, p.32)

“Esse façanhoso preparo lhe tinha sido ensinado havia muito tempo, por um velho muito velho, que morreu numa esteira, empernado com uma mulher novinha, novinha. O velho emborcava a tisana _ ih,ih,ih!_ e ia para onde tinha mulher passando. A mulher passava, ele dizia: vamos se distrair? A mulher dava risada. Ela aí dizia: espie eu aqui, cabecinha pra riba por sua causa, querendo se distrair. A mulher dava mais risada e dizia velho, velho, por que tu não faz como os outros velhos e não vai pra sua rede pitar seu cachimbinho, se queixar das novidades e contar história? Ele olhava para a mulher com aqueles olhinhos pregueados, fazia que não ouvia e dizia: vamos se distrair, essa menina, bote aqui a mãozinha. A mulher ria de novo, ia rindo e, nessa risadinha _ ih,ih,ih!_ adivinhe o que o velho fazia mais ela. Depois ele deixava elas disminlingüida na beira do rio e gostando muito de velho desse dia em diante, e ia caçar outra”. (FIP, p.32)

Observe-se que ali não ocorre nenhum palavrão ou expressão grosseira. Pelo contrário, seu vocabulário simples, carregado de afetividade, constrói um discurso altamente erotizado a partir da rede de significados implícitos tecida por termos aparentemente ingênuos, presentes no jogo de sedução. No dizer de Preti

Tal sentido “escondido” acabaria por dominar todos os demais e transformaria o ato de fala ou o texto num discurso homogêneo e dirigido, marcado por um eixo isotópico que não é o do leitor ingênuo, desconhecedor do contexto “ proibido”, mas que pertence a um ouvinte ou leitor especial, capaz de compreender essa isotopia oculta.
(1983, 71)

Não só no jogo de sentidos maliciosos ou pela exacerbação emocional nas injúrias o vocabulário comum é percebido. Estão na fala da personagem vários grupos fraseológicos explorando o senso comum. Alguns são utilizados na íntegra, sem qualquer alteração em sua estrutura, como ocorre em:

“Índio **não é besta!**”(FIP,p.37)

“Os brancos não **eram os donos do mundo**, o mundo não tinha dono.”(FIP, p. 44)

“_[...] lô Pepeu **não tira ela da idéia**, ele quer casar.”
(FIP, p.163)

“_Tontice, índio tira ela daqui. Rei maruco doido **nem vai botar a mão nela**, tu pode deixar.Índio **tinha tudo na cabeça**.” (FIP, p.135)

“ _ [...]eles **vai correr tudo com o rabo no meio das pernas**.” (FIP, p.163)

Em outras ocorrências, realizam-se pequenas alterações para adequá-los expressivamente ao contexto em que aparecem:

“Mas que calda era essa, qual o efeito dela? **Deixa isso de mão**, confia no índio, **quanto menos falar** da calda, **melhor**.” (FIP, p.66)

“Ainda não podia provar nada, mas **sabia de fonte** mais que **limpa** que seu inimigo [...]” (FIP, p.255)

“_Ah _ riu Balduíno _ Mecê mecezinho acha que pode **botar cachaça** toda **na idéia** e ainda sair correndo atrás de mulé?[...] Não, vai não, e eu sei o que mecê tá pensando, mas não adianta, tem que esperar hora. Hora certa, tem hora certa pra tudo.” (FIP, p. 255)

“Ainda não podia provar nada, mas **sabia de fonte** mais que **limpa** que seu inimigo [...]” (FIP, p.255)

“**Índio avisa amigo é**.” (FIP, p.263)

Registram-se outros grupos fraseológicos no texto ubaldiano que merecem ser destacados:

“deitar aos porcos” “tirar proveito de” “cair no choro” “ não vale um chavo furado”
--

“dar na veneta”
“nua em pêlo”
“leva-e-traz”
“dar de mão beijada”
“passar-lhe a vara”
“ironia dos fatos”
“sem que nem para quê”
“dar na telha”
“lavar as mãos”
“fazer a corte”
“ter dinheiro de sobra”
“lavar a honra”
“a toque de caixa”
“chegar de mãos abanando”
“mal saído dos cueiros”
“ir às turras”
“dar trela”
“morrer de medo”

Quanto à etimologia, são termos de origem tupi presentes nos trechos que representam a fala do **jabarandaia** Galo Mau, palavra tupi que significa “mandachuva”:

flora

ipê-roxo curuiri milomi acatuaba jenipapo urucu acajueiro cipó
jataíba caju caacambuí araçá oitizeiro

fauna

jacaré-curuá jararacuçu siri tatu mutuca potó saúna
jararaca quati bacurau baiacu jitiranabóia jacurutu
surucutinga cobra-cipó

utensílios

coité borduna moquém

Alguns itens lexicais são apontados pelos dicionários como brasileirismos ou regionalismos. Celso Cunha (1987) fez a recolha de várias definições do termo, mas selecionamos a de Mattoso Câmara em seu *Manual de filologia e gramática* :

Qualquer fato lingüístico peculiar ao português do Brasil, em contraste com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo. O brasileirismo pode ser a) regional, quando privativo de uma dada região do Brasil;b) geral, quando se estende por todo o território brasileiro. É este último que caracteriza o português do Brasil em face do português de Portugal, podendo ser um vulgarismo (V.) ou estar aceito na norma lingüística espontânea.
(1974, p.95-6)

Outro estudioso da língua portuguesa, Serafim da Silva Neto apud Cunha (1987, p.34), restringe, de certo modo, o espectro de um brasileirismo dizendo que o *qualificativo de “brasileirismo” só deve se aplicar a palavras de uso exclusivamente regional* ³⁰.

Os dicionários gerais que usamos como referência para nossa pesquisa registram, quando necessário, as duas rubricas: brasileirismo e regionalismo, indicando na maioria das vezes, a região ou regiões geográficas onde são empregados. Vejamos como estão distribuídos em DH alguns dos brasileirismos usados por João Ubaldo Ribeiro:

classe	vocábulo	rubrica	observação
substantivos	moquém	Regionalismo/Brasil	
	boniteza	Regionalismo/Brasil	
	cunhão		corruptela popular de colhão(fonte: NAVARRO:2004:125)
	jacaré-curuá	Regionalismo/Brasil	
	borduna	Regionalismo/Brasil	
	cacimba	Regionalismo/Nordeste/Brasil	
verbo	caçar	Regionalismo/Brasil	sentido figurado:caçar mulher
	pitar	Regionalismo/Brasil	
adjetivo	desmilingüida	Regionalismo/Brasil	

³⁰ A citação de Serafim da Silva Neto foi publicada na *Separata* da Revista e Portugal, vol. XXV. Lisboa, 1960, p.29, nota 37

Poucos são os itens lexicais registrados cujas origens configuram empréstimos. Foram localizados “badulaque”, “pandilheiro”, que são espanholismos; “brandir”, um francesismo; “alcovitagem” e “armazém”, exemplos de arabismos; “zumbaieiro” e “moringa”, de origem malaia e, de origem africana, “quilombo”. “Quilombeiro” é uma formação neológica usada pejorativamente em lugar de quilombola, pertencente ao vocabulário comum.

Do vocabulário culto registram-se “horripilante”, “fiambre” e o tratamento cerimonioso “excelência”, **celênça** em “língua de índio”, plenamente adequado à situação de uso quando se dirige à única autoridade da ilha do Pavão reconhecida como tal por Balduino.

Todas as línguas apresentam em seu léxico palavras opacas ou transparentes, ou seja, palavras que mantêm mais ou menos vivo o caráter de signo motivado. No grupo das palavras transparentes, estão os diversos signos motivados tais como as onomatopéias e as palavras derivadas. A freqüência com que esses dois recursos vocabulares aparecem no texto ubaldiano nos permite defini-los como marcas de estilo do escritor e, sem dúvida alguma, têm papel relevante na construção de sentidos do texto.

Do grupo formado por derivação, destacamos a produtividade semântica do emprego de formas diminutivas em que os sufixos -inho /-zinho se unem a bases substantivas ou adjetivas para construir diferentes intenções discursivas:

[...]O branco vem sem ninguém chamar nem sentir necessidade, traz as coisas dele, ensina ao índio, acostuma o índio bem **acostumadinho** e depois quer tirar tudo do índio? Como isso, como mostra e depois quer tira? Não vai tirar nada de nadinha, falou, fechando os punhos[...].” (FIP, p. 44)

[...]já ta tudo aqui pensado, muito **pensadinho** [...]” (FIP. p.64)

[...]Mas é, índio quer pouco, **pouquinho** mesmo, não trapaia, índio quer biter só **pouquinho**”.(FIP, p.263)

“[...]E para um homem dobrado bastava uma **florzinha** fervida numa **canequinha** de derréis, uma cabacinha mirim, **destamanhinho**”.(FIP, p. 47)

Nesses exemplos ocorrem duas estratégias distintas, mas complementares: nos três primeiros casos, há a repetição da base na forma diminutiva, donde o reforço semântico. No último exemplo, outras unidades léxicas são empregadas para realçar a idéia imposta pelo diminutivo: “mirim”, “derréis”. Também neste trecho o jogo de contraste semântico entre “homem dobrado” e a “pequenez da flor” hiperboliza o efeito devastador futuro da florzinha depois de fervida. As aparências enganam.

Na passagem do velho, dono da receita da tisana, os diminutivos empregados, de aparência afetiva, carinhosa, aparentemente despretensiosa estabelecem uma forte carga de erotismo, “**olhinhos** pregueados”, “**cabecinha** pra riba”, “bote sua **mãozinha** aqui”, construindo o discurso da sedução. O locutor confia na colaboração do leitor para a captura dos implícitos a fim de completar o sentido do enunciado e instalar ali o humor e o erotismo.

Várias outras ocorrências do emprego do diminutivo marcam o registro coloquial informal presente na fala do índio:

“Num zagera na cambra, **talascadinha** aqui, **talascadinha** ali, muringa só um **piricunchinho**.” (FIP, p.65)

“Ih,ih,ih, índio avisou. Tomar **pouquinho**, **golinho** curto.” (FIP, p.88)

Quando analisamos o vocabulário do escritor, também foi detectada a presença de diminutivos. Os sentidos lá analisados, no entanto, diferem dos que aqui relacionamos. Outro é o contexto, diverso o nível social da personagem, daí, diferentes empregos para o mesmo fato lingüístico e, conseqüentemente, efeitos de sentido diferenciados.

Três formações de aumentativo foram identificadas, referindo-se denotativamente à noção de tamanho, mas a segunda acrescenta ainda forte traço semântico de pejoratividade:

“_Índio vai invadir, mas não vai fazer combate [...] sabe tudo pra tirar ela de lá mais ligeiro do que **passarão** pica-peixe garfeando sauna.” (FIP, p.165)

“De forma que Dão tendente, por causa do filho dela e da tentação que ela sentia, vendo no índio o que ele não via no marido **pançudo**, ia cumprir a ameaça.” (FIP, p.46)

“[...] Daí a pouquinho o fulano começa a sentir uma **quenturinha** nos baixios, **quenturinha** essa que vira um **calorão**, **calorão** esse que levanta o mucurando que chega a parecer que vai estourar [...]” (FIP, p.31)

No último excerto, a gradação é construída pela seqüência semântica de quentura e calor, mas a hiperbolização que figurativiza os efeitos da tisana se deve ao emprego do sufixo formador de aumentativo **-ão** em **calorão** em contraste com o diminutivo **-inho** em **quenturinha**

O perfil transgressor de Balduino da Anunciação é campo fértil para violações vocabulares. Se consideramos o dialeto social culto e o comum como os lugares em que a tradição da língua se fixa, as inovações lexicais provocadas por contingências da produção literária diante de uma situação especial tendem a vida curta. Assim como as gírias, poderão cair no gosto do leitor e com o tempo serem absorvida pelo vocabulário comum até atingirem o estágio de lexicalização. É, porém, um percurso muito longo, dependente de vários fatores. A tendência é terem vida útil restrita ao universo do romance ubaldiano.

A análise do vocabulário de Tantanhengá define um texto marcado pelo coloquialismo, pela irreverência, pelo humor. Ainda que informal muitas vezes, não deixou de ser instrumento veiculador da ideologia contestadora contra o poder instituído. O discurso marca o lugar de onde fala a personagem representante do povo e se reforça pela presença freqüente de marcas de oralidade, como a repetição de palavras, possivelmente para suprir lacunas deixadas pelo domínio de

um vocabulário menos farto, porém não menos expressivo. Para concluir, transcrevemos a passagem em que Balduino da Anunciação, tal como seu criador, sabe valorizar a palavra , melhor dizendo, a palavra que pertence à memória da língua , à sua tradição:

“Balduino Galo Mau, nos intervalos das risadas esticadas com que emoldurava os episódios da batalha do Borra-Bota [...] assegurava: um golezinho só, [...] que não tem nada que baixe, nem porrada, nem água fria, nem quirica seca, nem mulé disafiante, nem nada, nada desse mundo! **Independe, disse Balduino, com muito orgulho pelo uso de tão bela palavra, sabes que mais? Independe!**” (FIP, p.84).

7. Conclusão

A grande aventura vai chegando ao seu final.

A análise do vocabulário empregado por João Ubaldo Ribeiro no romance *O feitiço da ilha do Pavão* faz-nos concluir que o jogo vocabular incessante entre tradição e transgressão é o grande tesouro da ilha.

As primeiras leituras do livro nos davam a impressão de que a transgressão vocabular seria o traço mais significativ. Iniciado, porém, o levantamento dos itens a serem analisados - substantivos, adjetivos e verbos -, percebemos que fomos iludidos. De fato as palavras transgressoras ali estavam, mas não de forma tão freqüente. Ao fim, constatamos que o vocabulário que marca a tradição lexical é muito mais presente e, por mais estranho que pareça, esse repertório, há tanto tempo pertencente ao léxico da língua e tão desconhecido por seus usuários, dá aos enunciados um tom de exotismo, constituindo-se numa viagem no tempo e na história da formação da língua portuguesa. Não nos referimos aqui somente a palavras eruditas, tais quais abordamos nesta tese, que estas são relativamente poucas em relação ao conjunto de termos que fazem parte do léxico geral. O estranhamento, o desconhecimento de várias palavras, é justificável quando deparamos com unidades muito antigas no léxico da língua, que datam do século X, XII, XIII... e que ainda são buscadas pelo escritor para serem empregadas em sua primeira acepção dicionarizada. Para transpor esses “precipícios abissais” e fugir das “caribdes antropófagas” espalhadas pelo texto, socorremo-nos dos dicionários, amigos generosos nessas horas, mas tão esquecidos nas aulas de língua portuguesa. Graças a eles tornaram-se possíveis muitas descobertas, informações várias que fizeram mais interessante o trabalho com a palavra, sua forma, suas significações, seus vários usos.

A redescoberta prazerosa de nossas origens veio pelos muitos termos usados no texto de João Ubaldo e que fazem parte de nosso cotidiano, legadas ao léxico da

língua por índios, negros africanos e quem mais influenciou nossa cultura. Na raiz, o latim, redivivo em expressões no original.

Nem só de tradição, porém, se faz o texto. A transgressão vem materializada em neologismos, palavras obscenas e arcaísmos.

Se há a necessidade expressiva de palavras de baixo calão, sua presença no texto perde muito de seu caráter ofensivo, injurioso ou obsceno. Outras unidades vocabulares são chamadas ao discurso para transformar a agressividade verbal em agradável sensação de prazer, e muitas delas pertencem ao paradigma da tradição. A alquimia, em que tradição e transgressão estão presentes, transforma dor em riso e a cumplicidade das palavras magistralmente manipuladas pelo escritor traz o humor ao texto.

Cúmplices são também as palavras que materializam em enunciados a visão crítica do mundo contemporâneo. A ficção se transforma em veículo de denúncia das iniquidades morais e éticas que fazem da corrupção a ferida maior na vida da ilha-país do mar do Pavão descoberta por João Ubaldo.

A palavra comum, pertencente à tradição, é manipulada para sensualizar o discurso erótico presente no romance, assim como para exacerbar taras e promiscuidades do comportamento transgressor do ser humano.

As formações neológicas localizadas no texto são transgressoras pelo caráter de novidade vocabular, não por estarem comprometidas necessariamente com a produção de um significado inusitado, mas pelo fato de o escritor criar um novo termo mais expressivo quanto à sonoridade, ou acrescentar um traço hiperbólico ao narrado, ou ainda, enveredar mais uma vez pelos caminhos do texto bem humorado. No entanto, se o neologismo é transgressor por si só, a maneira como é construído reflete a mais pura tradição da língua. Em todas as novas unidades identificadas nesta tese, os processos de formação de palavras empregados respeitaram as tradicionais matrizes morfológicas. Até mesmo a insólita formação do gentílico “assivissojoemapaense” para os habitantes da Assinalada Vila de São João Esmoler do Mar do Pavão termina por ser uma palavra formada por sufixo acrescentado a estranha acrossemia.

Não bastando o emprego desse vocabulário tão rico e variado, o escritor ainda presta sua homenagem a itens lexicais hoje relegados ao desuso. Ao trazer ao texto alguns termos arcaizantes, torna-os presentes na memória de seus leitores, demonstrando que ainda há algum sopro de vitalidade semântico-expressiva em cada um deles.

O trabalho vocabular de João Ubaldo Ribeiro demonstra que não é pertinente julgar-se um texto como menos formal apenas porque dele fazem parte palavras de menos prestígio social, ou desgastadas pelo uso freqüente. A predileção por itens lexicais ligados à tradição não exclui do romance o vocabulário popular representado pelas palavras de uso comum e grupos fraseológicos. Para um escritor que se sabe leitor de grandes obras, detentor de formação intelectual das mais consideradas, produzir uma narrativa que transita pelos diferentes usos da língua, do mais formal ao mais informal deve ser trabalho de árdua elaboração, cujo resultado é a qualidade literária que encontramos em seu livro.

Pelo convite à reflexão sobre temas que fazem parte da vida do povo brasileiro, pelo compromisso em resgatar a identidade nacional, pela qualidade de seus textos e pela revitalização das palavras que ajudam a reconstruir a história da gente brasileira, razão desta pesquisa, ler o texto de João Ubaldo Ribeiro é uma lição de amor e de respeito à língua portuguesa trazida ao fim desta tese pelas palavras de Argemiro³¹ :

Que seria de mim fora da minha terra? Que sabe alguém mais do que eu? A minha língua, minhas palavras, estas coisas todas posso esquecer? Não posso.

RIBEIRO, JU. *Vila Real*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997p.166

Referência bibliográfica

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: A Academia, 2004.
- ALENCAR, J. de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Klick Editora.[s/d]
- ALVES, I M. *Neologismos.Criação lexical*. 2 ed. São Paulo, Ática: 1994
- AMARAL, A. *O dialeto caipira: gramática – vocabulário*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC / SCCT/ESP.1976
- AZEREDO, J.C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- _____. de *Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. 3 ed. São Paulo: Plêiade, 1996.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed revis. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999
- BERGER, P e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 3. ed. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 1976
- BERND, Z. e ÚTEZA, F. *O caminho do meio*. Uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.
- BIZZOCCHI, A. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Annablume, 1997.
- BORBA, F. B. *Dicionário UNESP do português Contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004
- BORDELOIS, I. *A palavra ameaçada*. Rio de Janeiro: Vieira Et Lent, 2005.
- BORTONI-RICARDO, S.M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística & educação*.São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BUENO, F da S. *Vocabulário tupi-guarani português*. 2 ed. rev. e aum. São Paulo: Gráfica Nagy Ltda., 1983.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. *João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1999.

CÂMARA JR. J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 6 ed (ref. aument.). Rio de Janeiro: J. Ozon Editora, 1974.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARDOSO, M e CUNHA, C. *Estilística e gramática histórica*. Português através de textos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978 p. 146-148.

CARVALHO, J.G. H. *Teoria da Linguagem*. Natureza do fenômeno lingüístico e a análise das línguas. 4ª tiragem emendada. Vol I. Coimbra: Atlântida Ed. 1979.

_____. *Teoria da Linguagem*. Natureza do fenômeno lingüístico e a análise das línguas. 4ª tiragem emendada. Vol II. Coimbra: Atlântida Ed. 1979.

CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. Revista de Filologia Española. Anejo LII. Madrid, Patronato "Menendez y Pelayo"/ Instituto Cervantes, 1950.

CINTRA, L. F. L. *Estudos de dialetologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994.

COSERIU, E. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

_____. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977

COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. 3 ed., ver. e ampl. 5 v. Rio de Janeiro: José Olympio: Editora/EDUFF, 1986.

_____. *O erotismo na literatura (o caso Rubem Fonseca)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico: 1976.

CRESSOT, M. *O estilo e suas técnicas*. Lisboa; Edições 70, [s/d]

CUNHA, C. *Que é um brasileiro?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *A Nova Gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DA CAL, E.G. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Coimbra: Almedina, 1981.

ECO, H. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record, 1986

ELIA, S. *Estudos de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1975.

_____. *Preparação à lingüística românica*. 3 ed.rev e aum. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

_____. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FERNANDES, J.A. *Dicionário de formas e construções opcionais da Língua Portuguesa*: Fortaleza: EUFC, 2000.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GECKELER, H. *Semántica estructural y teoria del campo léxico*. Madri: Gredos, 1976

GENOUVIER, E. e PEYTARD, J. *Lingüística e Ensino de português*. Coimbra: Almedina, [s/d]

GUIRAUD, P. *Les mots savant*. 2. ed. Vendôme: PUF, 1978.

HOLANDA, A. B. N. *Novo Aurélio Século XXI*: dicionário da língua portuguesa. 3 ed ver e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 26 reim. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Inibrade-Centro de Cultura, 1985.

LAPA, M.R. *Estilística da Língua Portuguesa*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, N. *O dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: PMRJ/SMC, [s/d]

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto: 2006

_____. *Análise de textos comunicacionais*. 2 e. São Paulo: Cortez, 2002.

- MARTINS, N.S. *Introdução da estilística*. 3 ed. rev e aum. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MONTEIRO, J.L. *Morfologia portuguesa*. 4 ed (rev e ampl.). Campinas: Pontes, 2002.
- NAVARRO, F. *Dicionário do Nordeste: 5000 palavras e expressões*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2004.
- NUNES, J.H. e PETTIER. *A história do saber lexical e a construção de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, Pontes, 2002.
- OLIVIERE-GODET, R. *João Ubaldo Ribeiro: Littérature brésilienne et constructions identitaires*. ISBN 85-7395-118-4. Rennes: PUR, 2005.
- PILLA, E. P. *Os neologismos do Português e a face social da língua*. Porto Alegre: AGE, 2002.
- PINTO, E.P. *A gramatiquinha de Mário de Andrade*. Texto e contexto. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- POTTIER, B. *Linguística Geral*. Teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença, 1978.
- PRETI, D. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- _____. *Sociolinguística*. Os níveis de fala. 9 ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2003.
- _____. *Léxico na língua oral e na escrita*. PRETI, D. (org.). São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2003.
- _____. *O discurso oral culto*. 2 ed. PRETI, D. (org.). São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.
- _____. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- PROENÇA FILHO, D. *Novas Seletas*. João Ubaldo Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, J.U. *Vila Real*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

- _____. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *Sargento Getúlio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982
- _____. *O feitiço da ilha do Pavão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1997
- RIFATERRE, M. *A produção do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- SALOMÃO, S. *Tradição e Invenção. A semiótica literária*. São Paulo: Ática, 1993
- SANDMANN, A.J. *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 5 ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, NL, 1976.
- TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- TURAZZA, J. S. *Léxico e criatividade*. São Paulo: Annablume, 2005.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, (1964)
- _____. *Lenguaje y estilo*. Madri: Aguilar, 1973.
- URBANO, H. *Oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez, 2000.
- VALENTE, A. *A linguagem nossa de cada dia*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1997.

Artigos

- AZEREDO, J.C. de. *Texto, sentido e ensino de português*. In HENRIQUEZ, C.C. e SIMÕES, D. (orgs). *Língua e cidadania*. Novas perspectivas para o ensino. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004. p 139-156.
- BARBOSA, M. A. *Da neologia à neologia na literatura*. In OLIVEIRA, A. M. P. e ISQUERDI, A. N. (orgs) *As Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998. p 23-50
- BIDERMAN, M. T.C. *As ciências do léxico*. In OLIVEIRA, A.M.P. e ISQUERDO, A.N.(orgs) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p 11-20.

_____. *A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica do português do Brasil*. In Nunes, J. H. e Petter, M (orgs). *História do saber lexical e a constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002. p. 65 - 82.

CHIARA, A.C. de R. *Lori lambe a memória da língua*. In NUÑEZ, C. F. P (org.) *Armadilhas ficcionais*. Modos de desarmar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003..p.68-80.

LIMA, S de. *Frases, expressões e palavras populares ou regionais na obra de Gregório de Matos*. In Idioma, nº 18, ano XV, 2º semestre de 1996. p. 10-37

ISQUERDO, A.N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. In ISQUERDO, A. N. e KRIEGER M.da G. (ogs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. II Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p 11-15

LEITE, M. Q. *Purismo no discurso oral oculto*. In PRETI, D. (org) *O discurso oral oculto*. 2 ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999. p.79-113.

SILVA, L.A. da. *Tratamentos familiares e referenciação dos papéis sociais*. In PRETI, D. (org.) *Léxico na língua oral e escrita*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2003. p.169-194.

VALENTE, A. *Neologismos literários em Mia Couto*. In VALENTE, A. (org.) *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007 . p.23-35.

VALENTE, A.C. *Produtividade lexical: criações neológicas*. In PAULIUKONIS, M.A.L. e GAVAZZI, S. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.129-143.

Artigos da Internet

RODRIGUES, A.D. *As línguas gerais sul-americanas*.

<http://www.unb.br/il/labind/lingerais.htm>

Acesso em 10/08/2007

MATTOS E SILVA, R.V. *Germanismos e arabismos no período formativo da língua portuguesa*.

<http://www.prohpor.ufba.br/germanismos.htm>.

Acesso em 09/08/2007

Leituras Complementares

ASSUMPÇÃO JR., A. P de. *Dinâmica léxica portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

BAGNO, M. *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BARBIERI, T. *Ficção impura*. Prosa brasileira dos anos 70, 80 e 90. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2003.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. *Língua e discurso*. Contribuição aos estudos de semântico –sintáxicos São Paulo: Geobal, 1987.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. 2ed. São Paulo: Martins, 1964

KOCK, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O contexto da obra literária*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes: 2001.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ONG, W. J. *Oralidade e escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papyrus, 1998.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas: Pontes, 2001.

PLEBE, A. e EMANUELE, P. *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SANTOS, D.S. *Os processos de formação de palavras na crônica jornalística de João Ubaldo Ribeiro: a alquimia do riso*. Dissertação de mestrado defendida em 2000, UERJ. (digitada)

SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, NL, 1976.

VALENTE, A. *A linguagem nossa de cada dia*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1997.

VIEGAS, A.C.C. *Literatura e consumo: o caso Rubem Fonseca*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002.

VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

ANEXO

Inquérito sobre palavras desconhecidas

Nome:

Área de atuação:

Escolaridade(informar o grau de pós-graduação, se for o caso)

Quanto ao significado: **C**: conheço; **D**: desconheço

Palavra	classe	Quanto ao significado
carguejar	verbo	
tutear	verbo	
presuntivo	adj.	
lhaneza	Subs.	
tarouco	adj	
chavo	subst	
extremada	adj	
sagaz	adj	
magnanimidade	subst	
Amolente-(se)	verbo	
acólito	subst	
seresma	subst	
esdrúxula	adj	
empalar	verbo	
insidioso	adj	
ensanchas	subst	
camaristas	subst	
estirpe	subst.	
airoso	adj	
veludínea	adj.	
concupiscência	subs	

convizinho	adj	
tabefe	sbst	
retrizes	subst	
paganismo	subst	
engendrar	verbo	
maquinação	subst.	
Assentar(sentar)	verbo	
intento	subst	
enviatura	subst	
enfunado	adj	
falbalá	subst	
régia	adj	
cotica	subst	
encharolado	adj	
baldaquim	adj	
asseado	adj	
excelso	adj	
dardejar	verbo	
lanceiro	adj	
casula	subst	
vestidura	subst	
ovação	subst	
carrancuda	adj	
galhardear	verbo	
tarampantão	subst	
fachuda	adj	
prorromper	subst	
alarido	subst	
arruar	verbo	
buraçanga	subst	
enxamear	verbo	
sacripanta	subst	
telhudo	subst	
ajoujados	adj	
azorrague	subst	
louçainhas	subs	

broquel	subs	
atavios	subs	
capão(animal)	subst	
áulico	adj	
arrotreador	adj	
árdega	adj	
hacanéia	subst	
aparatoso	adj	
ferulada	subst	
fedegoso	adj	
abocanhar	verb	
alamares	subs	
bicorne	adj	
fulguroso	adj	
santoral	subst	
nefária	adj	
treteira	adj	
fornicar	verbo	
touça	subst	
defuntar	verbo	
chibaltear	verbo	
pembeiro	subst	
arraçado	adj	
canhembora	subst	